



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

A Cooperação China-CEEC

Avaliação da Sustentabilidade após uma década

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa

Ramo: Relações Internacionais

Rita Vilaça Lopes Veloso de Monte, 100518007

Dissertação de Mestrado orientada por Tenente-General António Fontes Ramos

Instituto de Estudos Políticos

Setembro de 2022

Lisboa, Portugal

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Tenente-General António Fontes Ramos, apresentada no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa para a obtenção de grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na especialidade de Relações Internacionais.

*Para os meus pais, que nunca me deixaram esquecer a importância de terminar o que
comecei.*

“I will love you without any strings attached”

Índice

Agradecimentos	5
Abstract	6
Lista de Abreviaturas	8
Introdução	9
Capítulo 1. A Cooperação China-CEEC	14
1.1. Complementaridades e Incongruências.....	14
1.2. A Entrada da Grécia e o Reposicionamento da UE.....	20
1.3. A Saída da Lituânia e o Reposicionamento da China.....	24
1.4. O Debate Inicial: A China vs Os Críticos.....	30
Capítulo 2. A China e o Período de Oportunidade Estratégica	37
2.1. O OBOR.....	37
2.2. Enquadramento Histórico e o “Século de Humilhação”	43
2.3. As Eleições Norte-Americanas, a NATO e um Momento Estratégico Perdido pela China.....	66
Capítulo 3. A União Europeia e a China perante a CC-CEEC	71
3.1. A Influência da China na UE: O Problema do <i>Lobby</i> Chinês.....	75
3.2. Dividir e Conquistar: O Perigo de Divisão Interna.....	78
3.3. Os Documentos Europeus que Definem a Relação UE-China.....	80
a. O <i>Outlook</i> Estratégico UE-China.....	81
b. O CAI ou Acordo Compreensivo sobre o Investimento UE-China.....	89
c. A Agenda Estratégica para a Cooperação de 2020.....	92
3.4. O Caso da Ferrovia Budapeste-Belgrado.....	97
Considerações Finais	104
Bibliografia	114

Agradecimentos

Quero começar por agradecer àqueles que não me deixaram entregar à indolência que me é característica e me encorajaram sempre a terminar esta dissertação: os meus pais, que tão carinhosamente insistiam que eu a escrevesse.

Não posso de deixar também de estar profundamente agradecida ao meu orientador, o Tenente-General António Fontes Ramos, que nunca falhou no seu papel e esteve sempre presente quando eu finalmente o contactava, após meses desaparecida do radar académico. Não poderia ter pedido alguém mais atento.

Agradeço ainda à Professora Doutora Ivone Moreira e ao Instituto de Estudos Políticos, que além da formação aberta e livre que me proporcionaram, encontraram sempre soluções para todos os meus problemas.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, um agradecimento muito especial aos meus amigos por terem estado a meu lado quando eu mais precisei.

Abstract

Esta dissertação tem como objetivo analisar a sustentabilidade da Cooperação China-CEEC, uma década depois de ter sido criada. Com sustentabilidade, quero apenas significar se os Estados participantes sentiram benefícios suficientes para participarem ativamente nas atividades da Cooperação China-CEEC. Em 2012, a imagem era otimista. Dezasseis países europeus assinavam acordos com a China para participar num formato de cooperação que lhes permitiria arrecadar investimento para infraestruturas de que muito necessitavam. Contudo, dez anos depois, pouco se alterou na fotografia. O que não parece suficiente para estimular a sustentabilidade desta cooperação.

A Cooperação China-CEEC é um formato de cooperação económica, comercial e cultural entre a China e um conjunto de países da Europa Central e de Leste iniciada pela China, com o objetivo de aprofundar os laços entre os países participantes e investir em infraestrutura nessa região europeia, que foi inserido no *One Belt One Road* após a oficialização deste. Vários receios surgiram depois do mecanismo ser anunciado, principalmente dentro da União Europeia. Surgiram dúvidas sobre as intenções da China: seria uma estratégia para dividir a Europa, ou para arrecadar influência política sobre os Estados em que iria investir? Alguns desses receios vieram a verificar-se, e em certas ocasiões alguns Estados Membros bloquearam iniciativas europeias de censura à China. No entanto, o investimento efetuado durante esta década não foi significativo, e instalou-se uma insatisfação geral que apenas se agravou depois de a China não condenar a invasão da Rússia à Ucrânia.

33800 palavras

This thesis aims to analyse the sustainability of the China-CEEC Cooperation, one decade after its creation. By sustainability, I only mean that the participating States felt enough benefits to take part in China-CEEC Cooperation activities. In 2012, the picture painted was an optimistic one. Sixteen European countries signed agreements with China to participate in a cooperation format that would allow them to get investment for much needed infrastructure. However, ten years later, not much has changed in that picture. Which does not seem enough to stimulate the sustainability of this cooperation.

The China-CEEC Cooperation is an economic, commercial and cultural cooperation format between China and a set of countries from Central and Eastern Europe, initiated by China, with the goal of deepening the ties between the participating countries and invest in infrastructure in this European region, which was inserted in the One Belt One Road after its own officialization. Several fears emerged after the mechanism was announced, especially within the European Union. There were doubts about China's intentions: could it be a strategy to divide Europe, or to gain leverage over the States they would invest? Some of those fears came true, and in certain occasions, some Member States blocked European initiatives to censor China. However, the investment that was made during this past decade was not significant, and a general dissatisfaction settled in, which was only aggravated after China failed to condemn Russia's invasion of Ukraine.

33800 words

Lista de Abreviaturas

Central and Eastern Europe (Europa Central e de Leste) — CEE

Central and Eastern European Countries (Países da Europa Central e de Leste) —CEEC

Cooperação China-CEEC — CC-CEEC

Estados Unidos da América — EUA

Kuomintang — KMT

Memorandum of Understanding (Memorando de Entendimento) —MoU

Partido Comunista Chinês — PCC

República Popular da China — RPC

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS

União Europeia — UE

Organização Mundial do Comércio — OMC

Organização das Nações Unidas — ONU

Introdução

No texto da dissertação, irei explorar a origem e criação da Cooperação China—CEEC (que passaremos a designar sob o acrónimo: CC-CEEC), que embora tenha sido oficializada antes do *One Belt One Road* (OBOR), foi posteriormente inserida nele.

No decorrer da dissertação, irei responder à questão: É a CC-CEEC sustentável? Quero descobrir com esta pergunta, se em 2022, passados dez anos da sua apresentação, a CC-CEEC produziu benefícios suficientes para os Estados participantes quererem participar ativamente nas suas atividades, incluindo, mas não se limitando, a cimeiras.

Irei começar por caracterizar e fornecer um contexto histórico para este formato de cooperação entre a China e países da Europa Central e de Leste (CEE). De seguida, irei explicar as ambições da China de coordenar o projeto, responsabilizando-se no começo pela sua organização e pela disponibilização dos fundos necessários ao investimento planeado, mas também aos seus interesses de cooperação cultural e académica, mencionada em documentos iniciais e continuando sempre a ser um foco de atenção nos objetivos do formato. Irei também discutir a importância e os motivos da escolha da região da CEE para um projeto de colaboração de investimento em infraestruturas, mas também, por outro lado, as possíveis utilidades para a CEE de participar nesse projeto.

Irei ao longo deste primeiro capítulo realizar uma tentativa de relacionar a CC-CEEC com o OBOR, através das suas datas de apresentação ao público, dos seus objetivos e princípios orientadores. Também através de particularidades do OBOR, como o exemplo específico da diplomacia da armadilha da dívida, que irei explorar e conectar com a CC-CEEC, ou o investimento em ativos estratégicos, como portos — utilizando o exemplo específico do Porto de Pireu aquando a entrada da Grécia para o mecanismo de cooperação —, outra particularidade dos investimentos do OBOR.

A questão de Pireu leva-nos a outra questão que irá ser abordada no primeiro capítulo: a entrada da Grécia na CC-CEEC e as suas consequências para o posicionamento da União Europeia (UE) em relação à China. Irei proceder a uma explicação do negócio de aquisição do Porto e das intenções de investimento por detrás dessa transação, mas também dos interesses da Grécia em aceitar vender a posição acionista maioritária do seu porto e em entrar para a CC-CEEC. Mas se parecia que a CC-CEEC estava a dar frutos suficientes para atrair outros países europeus a aderirem, uns anos depois verificou-se o contrário com a saída da Lituânia e a discussão interna na República Checa sobre essa hipótese. É o que tratarei de seguida na dissertação, onde incluirei o processo de tomada de decisão lituano e os motivos que a ela levaram. Irei ainda esclarecer o sentimento geral de insatisfação que se foi criando na região acerca da ineficiência do formato e da própria China, a queda das relações sino-lituanas e como a UE mostrou que, ao contrário dos receios e críticas iniciais, foi capaz de se unificar ao lado da Lituânia, contra o tratamento chinês do seu Estado Membro. Irei também dar ênfase especial à influência da Guerra na Ucrânia para as relações e dinâmicas entre os Estados da CC-CEEC, tendo em consideração que a Rússia é a maior preocupação securitária dos países da CEE. Finalmente, o primeiro capítulo irá incluir a perspetiva chinesa da CC-CEEC e as suas ambições oficiais para o formato. Será explicado como a China vê a CC-CEEC e o OBOR como instrumentos de cooperação com a UE e irei contrapor esta posição com as críticas mais comuns ao formato aqui estudado. Para além disso, irei ainda analisar a influência e efeitos do *soft power* chinês na CEE e as suas repercussões na UE e, como já referi, terminarei com a explicação do conceito de diplomacia da armadilha da dívida.

No segundo capítulo focar-me-ei no OBOR e na exposição dos eventos históricos da China que poderão ter levado à conceção do OBOR e da CC-CEEC, através da clarificação do conceito de “século de humilhação”. Irei começar pela contextualização histórica e breve caracterização do OBOR, sem pormenorizar muito o projeto (visto não ser o meu objeto de

estudo). Continuarei com uma análise do documento *Vision And Actions On Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st-Century Maritime Silk Road* e dos planos da China para o OBOR, os seus princípios orientadores e para uma coexistência pacífica entre os Estados (conceito importante, visto que o diferencia dos investimentos europeus que implicam requisitos políticos, como iremos verificar ao longo do texto). Nesta caracterização, irei ainda destacar a importância do OBOR nas organizações regionais e as suas componentes marítima e terrestre (as mais relevantes para a CC-CEEC), terminando com o desenvolvimento de alguns problemas da iniciativa. De seguida, irei efetuar uma tentativa de explicar onde se insere o OBOR na História e no enquadramento de política externa chinesa. Para isso, irei introduzir o conceito de “século de humilhação” e algumas hipóteses da análise ocidental para determinar como este cabe na política externa atual chinesa e na ordem internacional. Num seguimento lógico, irei explicar o enquadramento histórico que deu origem a esse período de dita humilhação, desde a Revolução Industrial, até ao presente. Irei fazer apontamentos especiais sobre a perspetiva da China da “queda do Ocidente” e do que considera ser o seu momento de oportunidade estratégica, e sobre o *Made in China 2025*. Finalmente, irei conectar a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos da América (EUA) e a reaproximação transatlântica com o posicionamento da UE e dos países participantes na CC-CEEC relativamente às suas relações com a China, especialmente depois da invasão russa à Ucrânia, e como a China poderá ter perdido um momento de oportunidade estratégica.

No terceiro e último capítulo, irei abordar as relações UE-China no contexto da CC-CEEC e do OBOR. Primeiro, irei introduzir brevemente o relacionamento recente entre Bruxelas e Beijing, e as expectativas europeias para a China. Irei aqui também expandir um pouco sobre as preferências das várias regiões da Europa face ao investimento chinês e, de seguida, irei explicar as áreas de relacionamento entre a UE e a China, de acordo com a dificuldade de

negociação do tema (e onde se poderá inserir a CC-CEEC). Por outro lado, irei também desenvolver o ponto de vista de Beijing da sua relação com a UE.

Terminada essa contextualização inicial, procederei às preocupações e possíveis ameaças do OBOR e da CC-CEEC à UE: a influência política da China, ou *lobby* chinês no processo de decisão em Bruxelas, e a coesão interna. O primeiro problema colocado no texto é o do *lobby*, porém esse argumento é algo desvalorizado, o que irei explorar antes de desenvolver as suas possíveis consequências. Irei mencionar outra vez a diplomacia da armadilha da dívida, visto ser um instrumento de influência política que poderá ter repercussões na UE, caso os países da CC-CEEC não tenham a capacidade de pagar os seus investimentos, e irei desenvolver melhor neste capítulo a influência geoestratégica que poderá ser conquistada pela China se isso se vier a verificar. Também voltarei a mencionar e desenvolver o tema do *soft power* chinês na CEE, aprofundado no contexto da influência política nos Estados Membros da UE.

Em seguida, continuarei o texto com a segunda preocupação europeia: a possibilidade de a China ter uma estratégia para dividir a Europa. Irei explicar e contextualizar o momento em que foi anunciada a CC-CEEC e como ela coincide com a crise das dívidas soberanas na UE e, simultaneamente, com uma crise política interna que a União atravessava. Esse facto, aliado com a natureza bilateral do formato e desinteresse em negociar através da CC-CEEC com a UE como um todo, aprofundou as dúvidas europeias. Será isto explicado em mais pormenor, assim como o significado do conceito de “divisão” e suas consequências.

Será depois feita uma retrospectiva passados dez anos da criação do formato e se estes receios se tornaram ou não realidade, aproveitando para escrever uma nota sobre suspeitas de corrupção que têm perseguido o formato.

Num terceiro subcapítulo irei analisar os principais documentos europeus sobre a relação UE-China: a Perspectiva Estratégica, a Agenda Estratégica e o Acordo Compreensivo sobre o

Investimento. Neste último, aproveitarei para desenvolver o tema das sanções e contra sanções com que se atacaram mutuamente a China e a UE em 2021.

Para terminar, irei expor o caso específico da Ferrovia Belgrado-Budapeste, um investimento CC-CEEC, que me parece um exemplo perfeito para analisar neste texto, visto envolver várias problemáticas associadas à CC-CEEC: democracias iliberais, Estado europeu que já foi influenciado pela China na sua atuação na UE, alegações de corrupção, possível diplomacia de armadilha de dívida e atrasos na construção que poderão levar a insatisfação. Esta análise irá começar pelo contexto regional e comercial do negócio e da explicação dos contratos de empréstimo. Irei expor motivações das partes, alegações de corrupção e a reação da UE.

Capítulo 1. A Cooperação China-CEEC

1.1. Complementaridades e Incongruências.

Foi em abril de 2012, enquanto decorria o segundo Fórum Económico e Comercial China-CEEC (*Central and Eastern European Countries*) em Varsóvia, que se oficializou a cooperação entre a China e dezasseis Estados da Europa Central e do Leste (CEE). Destes, onze são membros da União Europeia e os restantes cinco são candidatos oficiais — com a exceção da Bósnia e Herzegovina, que é apenas potencial candidata. Os Estados signatários foram, em ordem de categorização de pertença à União Europeia (UE)¹: Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, República Checa, Roménia, Polónia, Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia e Bósnia e Herzegovina. Uma análise inicial em relação aos países envolvidos leva-nos a concluir que nem todos os países da Europa Central e de Leste foram incluídos. Ficaram de fora, por exemplo, a Alemanha e a Áustria, o que teria de certa forma equilibrado as capacidades e relações do grupo. Porém, observamos também que todos os países europeus envolvidos estiveram na órbita ou fizeram parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria, o que fez regressar ao continente uma divisão que afincadamente se tinha procurado extinguir.

Embora a sua designação oficial seja Cooperação China-CEEC (CC-CEEC), o formato ficou conhecido como “16+1”, transformando-se em 2019 em “17+1”, aquando do alargamento à Grécia, e voltando a “16+1” com a abandono do projeto pela Lituânia em maio de 2021.²

Desde aí, realizaram-se as seguintes cimeiras: Bucareste (2013); Belgrado (2014); Suzhou (2015); Riga (2016); Budapeste (2017); Sófia (2018); Dubrovnik (2019) e em formato online (2020 e 2021).

¹ A ordem é a seguinte: primeiro, os Estados Membros, seguidos dos candidatos oficiais (Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro e Sérvia).

² Lau, Stuart. “Lithuania pulls out of China's '17+1' bloc in Eastern Europe.” POLITICO, <https://www.politico.eu/article/lithuania-pulls-out-china-17-1-bloc-eastern-central-europe-foreign-minister-gabrielius-landsbergis/>.

Durante o Fórum de 2012, onde esteve presente Wen Jiabao, anterior primeiro-ministro chinês, foi também oficializada a primeira reunião no âmbito desta parceria. Na reunião, no dia 26 de abril de 2012, foram apresentadas as “Doze Medidas da China para Promover uma Cooperação Amigável com os Países da Europa Central e de Leste”.³ Deste documento, podemos extrair quatro ideias principais:

- 1) A coordenação do grupo é da responsabilidade da China, que ficou de criar um secretariado para coordenar a comunicação, preparar as reuniões de líderes e fóruns e implementar as decisões relevantes; um comité para aconselhar a construção de redes de transportes; e uma aliança para a promoção do turismo, coordenada pela Administração Chinesa do Turismo e aberta ao setor privado;
- 2) A China prometeu disponibilizar fundos de grandes dimensões para o desenvolvimento da região que incluíam \$10MM em empréstimos e \$500M para a criação de um fundo de cooperação de investimento;
- 3) É um objetivo da China colocar as empresas chinesas dentro do mercado económico e tecnológico europeu através da criação de zonas económicas e tecnológicas;
- 4) O formato tem ainda um foco cultural, visando impulsionar as trocas culturais e académicas entre os seus membros, através de fóruns, programas de intercâmbio e pela atribuição de fundos para a investigação sobre a CC-CEEC.

Sendo a cooperação biunívoca da Europa com a China considerada de valia substantiva e de evidente interesse mútuo, neste caso os países envolvidos e o conteúdo das “Doze Medidas” colocam o relacionamento mútuo numa perspectiva geral de provedor por parte da China e de recipiente por parte dos Estados Europeus. Parece ainda que a inserção deste relacionamento específico se fosse efetuado no quadro mais alargado da UE, poderia trazer mais equilíbrio

³ “China's twelve measures for promoting friendly cooperation with Central and Eastern European countries.” Cooperation Between China and Central and Eastern European Countries, http://www.china-ceec.org/eng/ldrhw_1/2012hs/hdxw/201610/t20161020_6828798.htm.

entre áreas económicas comparáveis, mais cooperação conjunta com os outros países europeus e afastaria o espectro de um relacionamento enviesado e eventualmente de natureza concorrente e potencialmente divisiva.

A iniciativa Uma Faixa Uma Rota, ou *One Belt One Road*, (OBOR) foi apresentada um ano depois, em 2013, e coincide em vários aspetos com a CC-CEEC. Como Li Keqiang referiu em 2014, "A Iniciativa "Faixa e Rota" da China é uma para a paz e cooperação *win-win*. Ela promove um espírito de abertura, inclusão e aprendizagem mútua. A cooperação China-CEEC valoriza a igualdade e o benefício mútuo. Consequentemente, as duas estão muito alinhadas e têm muito em comum".⁴ Disse ainda que ambas são instrumentos de cooperação entre a China e outros Estados, cujo objetivo é a construção de infraestruturas e o desenvolvimento dos laços de comércio e investimento e dos vínculos culturais. Os dois projetos partilham também princípios fundamentais: a compreensão mútua, o respeito pela soberania e integridade territorial mútua e pelos caminhos de desenvolvimento escolhidos por cada um⁵, a igualdade, abertura e inclusão⁶ e os laços culturais e interpessoais. Além do mais, a região da Europa Central e de Leste (CEE) é de alta importância nas rotas traçadas para o OBOR, referindo Li que "os 16 países CEE representam um quarto dos países ao longo das rotas"⁷ e são como "uma ponte estendendo-se sobre o continente Euroasiático".⁸

⁴ "Written interview with media from Central and Eastern European countries by premier Li Keqiang." Embaixada da República Popular da China na República da Eslovénia, http://si.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/201412/t20141216_3018472.htm.

⁵ "The medium-term agenda for cooperation between China and Central and Eastern European countries." Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/201511/t20151124_679424.html.

⁶ Keqiang, Li. "Full text of Chinese premier Li Keqiang's remarks at the fourth summit of China and Central and Eastern European countries." Conselho de Estado da República Popular da China, http://english.www.gov.cn/premier/speeches/2015/11/25/content_281475242031730.htm.

⁷ Keqiang, Li. "Work together to open up new prospects for win-win cooperation." Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/2015zt/lzlcxzdogjldrhw/201511/t20151125_704750.html.

⁸ "Written interview with media from Central and Eastern European countries by premier Li Keqiang." Embaixada da República Popular da China na República da Eslovénia, http://si.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/201412/t20141216_3018472.htm.

Não é de estranhar, então, que a CC-CEEC tenha sido diretamente relacionada ao OBOR logo em 2015, durante o discurso de Li Keqiang na Quarta Cimeira da Cooperação China-CEEC, em Suzhou.⁹ O documento que acompanhou o discurso, a Agenda a Médio-Prazo¹⁰, definiu medidas para a cooperação nos setores da Economia; conectividade; capacidade industrial e produção de equipamentos; finanças; agricultura; ciência, tecnologia, investigação e ambiente; cultura, juventude, educação, desporto e turismo; saúde; e cooperação a nível local. Estas áreas inserem-se nos cinco objetivos do OBOR da conectividade, comércio e investimentos, integração financeira, coordenação de políticas e trocas interpessoais e culturais.

Em 2016, os países participantes na CC-CEEC assinaram o Acordo de Riga, ou as orientações de Riga para a cooperação entre a China pré-existente e alargá-la a novas áreas, e para afirmar veementemente que a cooperação com a China seria realizada “conforme as suas respetivas leis e regulações, e no caso de Estados Membros da UE, legislação e regulações da UE relevantes”.¹¹

Esta aproximação da China a países europeus específicos levanta naturalmente diversas e complexas questões cujas respostas não são nem objetivas nem simples.

Antes do mais, é apontado que o agrupamento de países do centro e leste da Europa voltou a desenhar uma linha de fratura europeia vigente na Guerra Fria, que os europeus têm vindo cuidadosamente a eliminar. De um ponto de vista relacional, a Cooperação China-CEEC vai, de facto, ao arripio do processo de integração europeia. Quando se trata de relações da Europa com áreas com o peso económico da China, é a União Europeia que negocia e estabelece acordos e estratégias. Para além disso, a questão frequentemente levantada é a de saber se esta

⁹ Keqiang, Li. “Work together to open up new prospects for win-win cooperation.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/2015zt/lzlcxzdogjldrhw/201511/t20151125_704750.html.

¹⁰ “The medium-term agenda for cooperation between China and Central and Eastern European countries.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/201511/t20151124_679424.html.

¹¹ “The Riga Guidelines for cooperation between China and Central and Eastern European countries.” Conselho de Estado da República Popular da China, http://english.www.gov.cn/news/international_exchanges/2016/11/06/content_281475484363051.htm.

ligação não tenderá a reduzir a confiança mútua na Europa, ou mesmo a unidade europeia, nomeadamente em momentos em que essa unidade se pode ou deve estabelecer em relação à China.

Para a China tem sido mencionada a vantagem obtida pela existência de passar a dispor na Europa de dois interlocutores simultâneos e permanentes com quem pode negociar de forma separada. A ser esse o modelo de relacionamento seria concebível a mesma abordagem da UE nas suas relações com a China?

A oficialização da Cooperação China-CEEC em 2012 antes de se anunciar a OBOR que foi efetuada apenas no ano seguinte tem sido também motivo de alguma indagação. Foi a garantia prévia de que o acesso à UE era possível? Destinou-se a não alertar os países da CEE para a sua previsível integração num projeto de dimensão mundial dirigido pela China? Foi apenas casual e cronológico?

Do ponto de vista dos países da CEE, para além da procura de novas fontes de financiamento e de diversificação das relações económicas e comerciais, as indagações levantadas relativas à sua aproximação à China incluem como possíveis explicações o interesse em equilibrar a peso da Rússia com um outro poder interessado na região ou mesmo de relativizar a influência da UE. Os países do leste europeu teriam assim alternativas para o seu desenvolvimento e outras fontes de investimento que poderiam compensar as limitações da União.

A escolha de Estados desta região europeia para cooperar não se deveu, naturalmente, ao acaso.¹² Diversas razões têm sido apresentadas para esta aproximação pública tão atípica na altura em que ocorreu. Tem sido referida uma certa vivência ideológica semelhante no passado, enquanto Estados socialistas até ao final da Guerra Fria, como podendo ser usada para criar alguma afinidade histórica passível de auxiliar conversações políticas.

¹² Vangeli, Anastas, “China’s Engagement with the Sixteen Countries of Central, East and Southeast Europe under the Belt and Road Initiative,” *China and World Economy*, Vol. 5, Issue 5 (2017): 101-124.

Segundo, sendo estes Estados pós-socialistas e com processos de desenvolvimento económico relativamente semelhantes, vistos pela China como menos desenvolvidos na fase de transição para um mercado livre¹³, poderia fazer sentido para esta criar uma estratégia de regionalização para um conjunto de países com similitudes suficientes para serem agrupados desse modo. Além disso, os países da CEE são economias capitalistas, com características que atraem os investidores chineses, como a tecnologia avançada e a qualificação dos seus trabalhadores, bem como uma grande procura (e carência) de infraestruturas de energia e de transporte. Por seu lado, a China tinha na altura um problema assumido de sobrecapacidade — um excesso de oferta relativamente à procura interna —, cuja solução poderia passar exatamente por exportar a capacidade de construção para os países que dela necessitassem.

Depois, como já referi anteriormente, doze dos países participantes iniciais são Estados Membros da UE, representando um ponto de entrada — literal e figurativo — para o mercado único da União, o maior e mais avançado do mundo. Para além disso, a CEE é em grande medida dependente do investimento externo, particularmente os Estados que não pertencem à UE, que não se podem candidatar a fundos comunitários e necessitam de se desenvolver economicamente para avançarem no processo de adesão, contradição que pode ser aliviada pelo investimento chinês no âmbito da CC-CEEC. Nestes últimos poderia ainda mais simples investir, tendo em conta que não se aplicam nas respetivas negociações as normas europeias, mais restritivas.

Finalmente, o foco nos investimentos na infraestrutura que têm sido realizados — as autoestradas na Hungria e Sérvia e o porto de Pireu são exemplos emblemáticos — demonstram que a importância da CC-CEEC para a China se centra inequivocamente no OBOR.¹⁴ A CEE é um ponto importante de intersecção entre vários corredores e rotas: “A(s) ponte(s) terrestre(s)

¹³ Szczudlik, Justyna. “What Does China Think about Central and Eastern Europe?” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/what-does-china-think-about-central-and-eastern-europe/>.

¹⁴ Maurice, Eric. “China's 16+1 Foray into Central and Eastern Europe.” EUobserver, <https://euobserver.com/world/138347>.

do norte (...) passam através dos estados Bálticos e Polónia antes de alcançarem a Europa Ocidental. A ponte terrestre do sul (...) que conecta a China com o Médio Oriente e a Turquia chega aos Balcãs e daí estende-se a outras partes da Europa. A rota marítima do Canal do Suez ao Porto de Pireu detido e gerido pela COSCO em Atenas dirige-se então norte para a Albânia, Macedónia e Bulgária. As rotas marítimas através do Mar Negro levam à Bulgária e Roménia: rotas marítimas estão também planeadas para as costas Adriática e Báltica”.¹⁵ A CEE é o ponto de encontro geográfico entre a Europa, a África e a Ásia e, na opinião de alguns analistas, parafraseando Anastas Vangeli para o EU Observer¹⁶, é a zona de teste da China para o mega projeto, permitindo verificar se o modelo é eficaz para impulsionar as relações económicas externas e criar procura por bens e tecnologias chinesas de qualidade superior. Outros especialistas interpretam, porém, as intenções da China como uma ambição de expandir mais o seu mercado na Europa Ocidental através de corredores específicos e relações económicas oportunistas desenvolvidos na região da CEE.

1.2. A Entrada da Grécia e o Reposicionamento da UE.

Em 12 de abril de 2019, na Cimeira de Líderes em Dubrovnik e um mês após a UE declarar a China como rival sistémico¹⁷, os dezasseis tornaram-se dezassete, quando a Grécia foi aceite oficialmente como novo membro da Cooperação China-CEEC. Esta adição ao grupo – a primeira e única até agora – parece corroborar a teoria de que o interesse da China na região reside em grande parte na área das comunicações, em que o porto de Pireu é um elemento-chave como entrada para a Europa e ligação ao projeto da ferrovia Budapeste-Belgrado, via

¹⁵ Vangeli, Anastas, “China’s Engagement with the Sixteen Countries of Central, East and Southeast Europe under the Belt and Road Initiative,” *China and World Economy*, Vol. 5, Issue 5 (2017): 101-124.

¹⁶ Maurice, Eric. “China’s 16+1 Foray into Central and Eastern Europe.” *EUobserver*, <https://euobserver.com/world/138347>.

¹⁷ “Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho: UE-China — Uma perspetiva estratégica.” Comissão Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>.

Macedónia do Norte. A China adquiriu o controlo do porto através de uma empresa estatal, a COSCO, em 2016.¹⁸ Segundo o contrato, a COSCO comprou 51% do porto e comprometeu-se a aumentar a sua participação para 67% nos cinco anos seguintes, durante os quais deveria realizar investimentos na Grécia até 300 milhões de euros. Em 2021, a COSCO adquiriu os 16% adicionais, comprometendo-se em troca a realizar €294M em projetos de investimento, que têm sido comprometidos por protestos da população local e decisões judiciais devido a problemas de sustentabilidade ambiental associados aos planos de expansão do porto.¹⁹

A aquisição do porto não teve apenas consequências diretas, mas também indiretas, atraindo o investimento de diversas empresas chinesas, nomeadamente a compra de uma participação acionista na ADMIE, empresa de eletricidade grega, pela *China State Grid*.²⁰

Na perspetiva da Grécia, poderão considerar-se vários incentivos para esta se tornar membro do grupo.²¹ Primeiro, o estímulo resultante do previsível aumento do investimento chinês, que já estava presente no país e a dar frutos, permitindo transformar o porto de Pireu num dos mais importantes da região para o transporte de mercadorias e logística.²² O país já tinha o estatuto formal de observador desde novembro de 2015, pelo que estava presente e representado a nível elevado nas cimeiras da CC-CEEC a partir daí. A localização geográfica da Grécia é de grande significância estratégica para as iniciativas chinesas do OBOR e da CC-CEEC em particular: é o ponto de encontro entre a Europa, Ásia e África e partilha fronteiras com a Turquia e três países da CEE — Albânia, Bulgária e Macedónia do Norte.²³ Desfrutando desta posição, a

¹⁸ Georgiopoulos, George. “China’s Cosco Acquires 51 PCT Stake in Greece’s Piraeus Port.” Reuters, <https://www.reuters.com/article/greece-privatisation-port-idUSL8N1AR252>.

¹⁹ Stamatoukou, Eleni. “Greek Court Blocks Expansion of Major Port under Chinese Deal.” Balkan Insight, <https://balkaninsight.com/2022/03/15/greek-highest-administrative-court-blocked-coscos-master-plans-of-investments-in-piraeus/>.

²⁰ “Greece and the New 17+1 Format.” OBOReuropa, <https://www.oboreurope.com/en/greece-171-format/>.

²¹ Contrariamente, o maior dissuasor para a decisão de adesão dissipou-se com a mudança de nome da Macedónia do Norte, anteriormente Antiga República Jugoslava da Macedónia (conhecida pelo acrónimo inglês FYROM), através do Acordo de Prespa assinado em 2018.

²² “Greece and the New 17+1 Format.” OBOReuropa, <https://www.oboreurope.com/en/greece-171-format/>.

²³ Tzogopoulos, George N. “Greece, China and the 17+1 Initiative.” Hellenic Foundation for European Foreign Policy (2022), <https://www.eliamep.gr/wp-content/uploads/2020/11/Tzogopoulos-45-final.pdf>.

Grécia tinha interesse em valorizá-la de forma a eliminar os vestígios da crise económica interna que se arrastava desde 2008 e adquirir uma posição de liderança na região.²⁴ Ao mesmo tempo poderia reagir a um certo “distanciamento” da UE muito referido internamente durante a gestão da crise das dívidas soberanas, acompanhando o movimento regional nos Balcãs de aproximação à China.²⁵

Por outro lado, o convite à Grécia serviu como impulso bem necessitado ao grupo, que se arrastava há algum tempo, sendo ainda um país que se havia em ocasiões significativas alinhado politicamente com a China. Nomeadamente, bloqueou em 2017 uma demonstração de censura da UE nas Nações Unidas, relativamente a abusos de Direitos Humanos praticados pela potência asiática.²⁶ Efetivamente, as relações sino-gregas foram-se estreitando desde a entrada da Grécia no formato, mas o investimento chinês e as boas relações bilaterais não foram novidade, sendo que a China tem vindo a investir significativamente desde 2008, e manteve esse investimento durante a crise económica avassaladora para Atenas, que por seu lado conferiu vantagens político-económicas à China — não em contradição de outros países europeus — como a atribuição de vistos dourados a investidores que preenchessem determinados requisitos.²⁷

No entanto, algo que cria dúvidas sobre as intenções e possíveis consequências futuras desta adesão é o facto de as negociações terem sido feitas bilateralmente com a China e sem a consulta dos restantes Estados participantes, nem explicações ou a publicação de regras para futuras admissões. A Grécia entrou na CC-CEEC após anos de visitas mútuas de altos representantes do Estado e de diversas reuniões entre Primeiros-Ministros e Presidentes. Neste processo, a Grécia afirmou o seu apoio ao princípio da “uma China” e à unificação do território

²⁴ *Ibid.*

²⁵ Ciurtin, Horia. “The ‘16+1’ Becomes the ‘17+1’: Greece Joins China's Cooperation Framework in Central and Eastern Europe.” Coordinating Secretariat for Maritime Issues, <http://ceec-china-maritime.org/?p=2457>.

²⁶ “Greece Blocks EU Statement on China Human Rights at UN.” eKathimerini, <https://www.ekathimerini.com/news/219368/greece-blocks-eu-statement-on-china-human-rights-at-un/>.

²⁷ “Greece and the New 17+1 Format.” OBOReuropa, <https://www.oboreuropa.com/en/greece-171-format/>.

chinês, e assinou também vários acordos e Memorandos de Entendimento (MoUs) cujo conteúdo tem vindo a ser apontado como tendo o potencial para prejudicar a unidade europeia, nomeadamente no que se refere à extradição de “pessoas procuradas”²⁸, aviação civil, o estabelecimento de um Instituto Confúcio na Universidade de Thessaly e de um Centro de Estudos Chineses na Fundação Laskaridis, e a abertura de uma filial do Banco da China e de um Gabinete Representativo para o Banco da Indústria e do Comércio da China em Atenas.²⁹ É de notar que no documento referido no início deste subcapítulo³⁰, a Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho com o título “UE-China - Uma perspetiva estratégica”, a União adota uma posição significativamente diferente de todas as anteriores em relação à China.

Assim, o documento começa por considerar que as duas entidades “estão ligadas por uma relação duradoura”, que têm relações comerciais significativas em que a “China é o segundo maior parceiro comercial da UE”, e a “UE é o maior parceiro comercial da China”, além de “estarem empenhadas numa parceria abrangente expressa “na Agenda Estratégica para a Cooperação UE-China 2020”. Porém acrescenta que “há uma consciência crescente na Europa de que o equilíbrio dos desafios e das oportunidades gerados pela China se alterou”.³¹

Reconhece o “protagonismo internacional crescente” da China nomeadamente na Europa, mas refere que este “deve ser concomitante com responsabilidades crescentes em termos de respeito de uma ordem internacional assente em regras, bem como com um reforço da reciprocidade, da não discriminação e da abertura do seu sistema”.³² Para a seguir referir que pelas suas dimensões, capacidades e políticas, a China é “simultaneamente, em diferentes domínios de

²⁸ Tzogopoulos, George N. “Greece, China and the 17+1 Initiative.” Hellenic Foundation for European Foreign Policy (2022), <https://www.eliamep.gr/wp-content/uploads/2020/11/Tzogopoulos-45-final.pdf>.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ “Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho: UE-China — Uma perspetiva estratégica.” Comissão Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>.

³¹ *Ibid.*

³² *Ibid.*

intervenção, um parceiro de cooperação com o qual a UE tem objetivos estreitamente alinhados, um parceiro de negociação com o qual a UE tem de encontrar um equilíbrio de interesses, um rival económico na corrida para a liderança tecnológica e um adversário sistémico que promove modelos alternativos de governação”.³³

Nunca se tinha ido tão longe nesta demarcação. Vários motivos são apontados para tal, mas o documento é explícito no que se refere à problemática central desta Dissertação. “Nem a UE nem os Estados-Membros podem atingir efetivamente os seus objetivos com a China se não derem mostras de unidade total”. “Ao cooperar com a China, todos os Estados-Membros, individualmente e no âmbito de quadros de cooperação infrarregional, como o formato 16+1, têm a responsabilidade de assegurar a coerência com a legislação, as regras e as políticas da UE”.³⁴

1.3. A Saída da Lituânia e o Reposicionamento da China.

A decisão tinha sido tomada no início do ano³⁵, e a 22 de maio de 2021, a Lituânia anunciou oficialmente a sua retirada da CC-CEEC, tendo o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gabrielius Landsbergis, declarado que “Já não existe um 17+1”³⁶ e apelando aos restantes Estados Membros da UE do grupo que abandonassem também o formato, optando pela via de uma UE mais unida nas suas relações com a China.³⁷ Landsbergis foi mais além e afirmou que o mecanismo de cooperação era divisivo e que a UE deveria reagir de forma unificada com a China, como um 27+1, e que esse princípio se deveria aplicar a todos os seus parceiros

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*

³⁵ LRT.IT. “Lithuania Quits 'Divisive' China 17+1 Group.” Lrt.lt, <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1416061/lithuania-quits-divisive-china-17plus1-group>.

³⁶ Lau, Stuart. “Lithuania pulls out of China's '17+1' bloc in Eastern Europe.” POLITICO, <https://www.politico.eu/article/lithuania-pulls-out-china-17-1-bloc-eastern-central-europe-foreign-minister-gabrielius-landsbergis/>.

³⁷ *Ibid.*

externos.³⁸ Na perspectiva do ministro — e do Estado — da Lituânia, a cooperação em causa não trouxe benefícios económicos tangíveis e frustrou as expectativas dos países da CEE, algo que vários dos países participantes se têm queixado ao longo dos anos, em conjunto com uma perceção de um custo político associado à sua aproximação à China, em especial face às suas relações com os Estados Unidos da América (EUA).³⁹ É importante dizer que há um consenso de que esse custo político vem com um benefício associado: a região, que se julga estar a ser considerada como pouco relevante em termos geoestratégicos para os grandes poderes globais como os EUA e a UE, viu a presença e interesse destes aumentada, o que cria espaço para debater com mais acuidade os interesses regionais.⁴⁰

O abandono do formato pela Lituânia não foi espontâneo. Nos meses anteriores, vários fatores foram contribuindo para que a decisão se tornasse oficial. Primeiro, a abertura de um Gabinete Representativo de Taiwan — essencialmente uma embaixada, com o nome “Taiwan” em vez de “Taipé”, algo que a China considerou uma afronta contra a sua soberania e integridade territorial — deu início a uma guerra comercial com a China que, não tendo ainda terminado, resultou num processo interposto pela UE na Organização Mundial do Comércio (OMC), com base em práticas comerciais discriminatórias.⁴¹ A 20 de maio, uns dias antes de tornar pública a saída, o parlamento da Lituânia passou uma resolução condenando os “crimes contra a humanidade” e “genocídio Uigure” praticado em Xinjiang⁴², apelando à comunidade internacional⁴³:

³⁸ *Ibid.*

³⁹ LRT.IT. “Lithuania Mulls Leaving China's 17+1 Forum, Expanding Links with Taiwan.” Lrt.lt, <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1356107/lithuania-mulls-leaving-china-s-17plus1-forum-expanding-links-with-taiwan>.

⁴⁰ “EU-China Opinion Pool: The Future of 17+1 after Lithuania's Departure.” Merics, <https://merics.org/en/opinion/eu-china-opinion-pool-future-171-after-lithuanias-departure>.

⁴¹ “EU Refers China to the WTO Following Its Trade Restrictions on Lithuania.” Comissão Europeia, https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_22_627.

⁴² “Lithuania Quits 'Divisive' China 17+1 Group.” EURACTIV, <https://www.euractiv.com/section/china/news/lithuania-quits-divisive-china-171-group/>.

⁴³ BNS. “Lithuanian Parliament Passes Resolution Condemning 'Uighur Genocide' in China.” Lrt.lt, <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1413940/lithuanian-parliament-passes-resolution-condemning-uyghur-genocide-in-china>.

1. para que a Organização das Nações Unidas (ONU) investigasse formalmente o “genocídio” em Xinjiang;
2. e para que a UE revisse a sua política de cooperação com a China e a sua posição em relação às violações de Direitos Humanos praticados por ela.

A declaração mencionava ainda outros pontos, incluindo a presença de autoridades chinesas em Hong Kong e a Lei de Segurança Nacional de Hong Kong e a liberdade religiosa, política e cultural no Tibete.⁴⁴

A reação da China foi a de excomungar a Lituânia e denunciar a sua saída como resultado de pressões de Washington.⁴⁵ Alguns analistas chineses reportaram ao jornal chinês Global Times que a situação poderia até ser uma oportunidade para “reduzir “alguns ativos negativos”” na CC-CEEC, visto que a Lituânia estaria politicamente contaminada pela influência norte-americana, e que o mecanismo se tornaria mais sustentável a longo prazo.⁴⁶ Mais tarde, reagiram às críticas da falta de investimento na Lituânia, dizendo que devido ao facto de a sua dependência económica na China ser baixa, o governo lituano acreditava “que a perda de benefícios reais é muito menor do que os ganhos políticos que conseguiu através dessa manobra”.⁴⁷

Num aspeto os analistas chineses e ocidentais concordam: consideram no geral que é improvável que mais países sigam o exemplo lituano, precisamente pela influência dos EUA. Contudo, ao contrário do argumentado pela China, os países da CEE terão uma tendência para se manter na CC-CEEC porque o interesse dos EUA na região aumentou significativamente devido ao funcionamento do formato. É de notar, todavia, que sendo obrigados a escolher caso

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ Qingqing, Chen, e Yang Kunyi. “Lithuania's Decision to Quit China-CEEC 17+1 Won't Change Fundamentals of Platform.” Global Times, <https://www.globaltimes.cn/page/202105/1224260.shtml>.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ Fandi, Cui. “Czech Politicians Warned of 'Abandoning National Interests for Political Capital to West' If Nation Quits China-Led '16+1' Investment Platform.” Global Times, <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1267747.shtml>.

as tensões sino-americanas continuem a agravar, e as relações entre Beijing e Moscovo a estreitar, a tendência será provavelmente de se manterem do lado do seu provedor securitário: os EUA.⁴⁸ No verão de 2022, no entanto, a República Checa pôs estas previsões em causa, começando a considerar abandonar também o formato para prosseguir uma nova orientação mais ocidental, mas também porque, à semelhança da Lituânia, o país não observou benefícios económicos tangíveis na sua cooperação com a China.⁴⁹ Também seguindo o exemplo lituano, decidiu ainda construir e renovar as suas relações com países democráticos e com Taiwan e rever a sua relação com a China.⁵⁰ O Ministro dos Negócios Estrangeiros e governo checos receberam até uma resolução do comité dos negócios estrangeiros para o fazer. Não há garantias do resultado desta resolução, visto até que o exemplo da Lituânia é demonstrativo da retaliação chinesa quando contrariada politicamente, algo que o presidente do Senado checo admitiu querer evitar.⁵¹ Por outro lado, as relações económicas e políticas entre os dois países já estão deterioradas, pelo que vários analistas preveem que não haveria muitos efeitos negativos com a saída.⁵² Mais uma vez, o Global Times respondeu, referindo opiniões de analistas de que a decisão da República Checa é meramente política que serve os interesses pessoais dos decisores e que nega os benefícios económicos que podem advir do formato, estando “A abandonar interesses nacionais em troca de capital político para o Ocidente”.⁵³ Quanto às consequências da sua possível saída, a China manteve a retórica de que os largos benefícios seriam aproveitados pelos restantes países participantes. Acrescentou, quando

⁴⁸ “EU-China Opinion Pool: The Future of 17+1 after Lithuania's Departure.” Merics. <https://merics.org/en/opinion/eu-china-opinion-pool-future-171-after-lithuanias-departure>.

⁴⁹ Gosling, Tim. “Czech Republic Eyes Exit from China's 16+1 Investment Club.” Al Jazeera, <https://www.aljazeera.com/features/2022/6/8/czech-republic-eyes-exit-from-chinas-161-investment-club>.

⁵⁰ Lopatka, Jan. “Czechs Considering 'All Options' Regarding China's 16+1 Group.” Reuters, <https://www.reuters.com/world/czechs-considering-all-options-regarding-chinas-161-group-2022-05-20/>.

⁵¹ Tiezzi, Shannon. “Czech Senate President Milos Vystrel on China, Taiwan, and the 16+1.” The Diplomat, <https://thediplomat.com/2022/06/czech-senate-president-milos-vystrel-on-china-taiwan-and-the-161/>.

⁵² Gosling, Tim. “Czech Republic Eyes Exit from China's 16+1 Investment Club.” Al Jazeera, <https://www.aljazeera.com/features/2022/6/8/czech-republic-eyes-exit-from-chinas-161-investment-club>.

⁵³ Fandi, Cui. “Czech Politicians Warned of 'Abandoning National Interests for Political Capital to West' If Nation Quits China-Led '16+1' Investment Platform.” Global Times, <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1267747.shtml>.

confrontada com os baixos números reais de investimento, que a culpa não era sua, mas do ambiente económico e de mercado, visto que “É o mercado e as empresas que representam o maior papel”, pelo que os investimentos efetuados dependem das condições presentes no país.⁵⁴ Todavia, a verdade é que a presença económica da China na CEE é virtualmente limitada a empréstimos financeiros e importações, os investimentos chineses representando menos de 1% do investimento direto estrangeiro na região em 2020.⁵⁵ Assim, parece natural que os países da CC-CEEC estejam insatisfeitos com a China neste campo, já que embora tenha aumentado o total de investimento desde que se iniciou o formato, este beneficiou quase exclusivamente o poder asiático. Na última década, de acordo com dados chineses, o comércio na região aumentou cerca de 85%⁵⁶, mas, porque este tem sido composto principalmente de importações e empréstimos, o défice externo dos países da CEE aumentou consideravelmente, e os investimentos chineses também não aumentaram de forma significativa. Para dar perspetiva do investimento na região onde deveria haver uma cooperação económica especial com vista ao seu desenvolvimento, em 2021 a China investiu um total de €13.8MM nos países da CC-CEEC que são Estados Membros da UE, o mesmo, aproximadamente, do que investiu no mesmo período de tempo na Holanda.⁵⁷ Por estes valores é compreensível que a região CEE sinta que a China não lhe atribuiu a importância que lhe prometeu em 2012. Esta posição tem vindo a agravar-se ao longo dos anos e em 2020 a perspetiva futura dos observadores da China e da CEE era de que as relações com a China estavam estagnadas e que a situação não deveria mudar no curto prazo. Por um lado, porque a vontade política regional para o concretizar tinha desaparecido, por outro porque vários Estados participantes haviam criado tensões políticas

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ Turcsányi, Richard Q., “China and the Frustrated Region: Central and Eastern Europe’s Repeating Troubles with Great Powers.” *China Report* 56 : 10 (2020): 60-77, <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0009445519895626>.

⁵⁶ Stec, Grzegorz, e Francesca Ghiretti. “China-CEE relations + Xinhua interviews with Kuleba and Lavrov + UK-China relations.” Merics, <https://merics.org/en/merics-briefs/china-cee-relations-xinhua-interviews-kuleba-and-lavrov-uk-china-relations>.

⁵⁷ *Ibid.*

com a China a outros níveis: a Lituânia criou o gabinete representativo de Taiwan, o presidente da Eslováquia visitou o Dalai Lama e a República Checa tomou medidas de segurança contra a Huawei e a ZTE.⁵⁸ Estes três países são também os mais favoráveis a Taiwan, que tornou público um pacote de investimentos de apoio à CEE, de \$200M, e que se prevê que irá beneficiar especialmente os três Estados mencionados.⁵⁹

A relação destes Estados com Taipé, a saída da Lituânia e as suas condenações da China, bem como as dúvidas recentes da República Checa em permanecer no formato e renovar as suas relações com Estados democráticos demonstram que as relações com a China podem sofrer por decisões de teor político e moral dos participantes da CC-CEEC. Mais recentemente, isto confirmou-se com a aprovação tácita da China à invasão russa da Ucrânia, que a colocou em contradição direta com os interesses estratégicos e securitários da Europa⁶⁰, precisamente da região tradicional de influência russa: a CEE. As consequências foram rápidas e a maioria das empresas da CEE afastou-se tanto do mercado russo como do chinês, e os governos esfriaram no seu acolhimento das delegações chinesas, que foram recebidas por representantes de grau inferior ao habitual e não foram ainda capazes de encontrar um país para organizar a Cimeira da CC-CEEC de 2022. Isto não impediu os Estados menos democráticos e mais favoráveis a Moscovo, a Hungria e a Sérvia, de manter uma atitude de *business as usual*, ou quase, com a China, sendo de notar que os líderes de ambos os países asseguraram recentemente mandatos renovados.⁶¹

⁵⁸ Turcsányi, Richard Q., “China and the Frustrated Region: Central and Eastern Europe’s Repeating Troubles with Great Powers.” *China Report* 56 : 10 (2020): 60-77, <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0009445519895626>.

⁵⁹ Stec, Grzegorz, e Francesca Ghiretti. “China-CEE relations + Xinhua interviews with Kuleba and Lavrov + UK-China relations.” Merics, <https://merics.org/en/merics-briefs/china-cee-relations-xinhua-interviews-kuleba-and-lavrov-uk-china-relations>.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ *Ibid.*

1.4. O Debate Inicial: A China vs Os Críticos.

De acordo com a narrativa chinesa, a CC-CEEC é um mecanismo criado para gerar desenvolvimento económico e laços de amizade entre os países participantes e a China. É, à semelhança da nova Rota da Seda, uma iniciativa de cooperação e paz que visa utilizar as compatibilidades das economias dos Estados participantes de modo a atingir estes objetivos. Numa entrevista de Li Keqiang em finais de 2014⁶² aos meios de comunicação da CEE, o Primeiro-Ministro chinês afirmou isso mesmo, contrastando a carência de infraestruturas nesta parte da Europa com o sistema industrial, setores de fabricação e reservas cambiais da China. Para além de ser uma parte integrante e essencial do OBOR, a CC-CEEC tem também naturalmente um impacto importante na União Europeia. Afinal, onze dos participantes iniciais são Estados Membros da União e os restantes encontram-se em várias fases do processo de adesão, pelo que as relações dos países europeus e da China com a UE seriam sempre um ponto impossível de ignorar. “O que nós vemos na Europa é apenas amizade e cooperação”, adianta Li, sobre as intenções da China, incessantemente questionadas. O gigante económico teria apenas o intuito de contribuir para o desenvolvimento económico global sem interferir politicamente na governança interna dos Estados com quem colabora, contribuindo para uma ordem global aberta e inclusiva, baseada na autodeterminação dos Estados e nos benefícios mútuos⁶³. A CC-CEEC — como o OBOR — existe para reforçar a paz através da troca: económica, com investimentos; financeira, com a facilitação do câmbio da moeda chinesa; e cultural, com intercâmbios de estudantes, *think tanks* e diálogo com a comunicação social dos vários países. Um dos projetos mais importantes deste grupo, elevado quase como sua bandeira, é a *China-Europe Land Sea Express Line*, ou como é mais conhecido, a ferrovia Budapeste-

⁶² “Written interview with media from Central and Eastern European countries by premier Li Keqiang.” Embaixada da República Popular da China na República da Eslovénia, http://si.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/201412/t20141216_3018472.htm.

⁶³ Vangeli, Anastas, “China’s Engagement with the Sixteen Countries of Central, East and Southeast Europe under the Belt and Road Initiative,” *China and World Economy*, Vol. 5, Issue 5 (2017): 101-124.

Belgrado. Esta representa um espaço geográfico importante na conectividade interna da região bem como mais um passo na ligação entre a Ásia e a Europa, facilitando o fluxo de trabalhadores, bens, capitais, tecnologia e empresas.⁶⁴ Nas palavras de Xi Jinping, é um “compromisso para cooperação *win-win* e desenvolvimento comum e uma resolução para criar um melhor futuro juntos” onde todos os membros assinaram acordos do OBOR.⁶⁵ Segundo o seu discurso ao longo dos anos, a CC-CEEC não tem a intenção de dividir a UE, até pelo contrário, deverá servir para aprofundar as relações China-UE.⁶⁶

Dez anos depois da sua criação, a China mantém que o formato promove as relações bilaterais na região e apresentou benefícios económicos para os países, embora estes neguem que tenham adquirido qualquer vantagem económica concreta.

Na sequência da análise antecedente, julgo poder afirmar que as críticas e preocupações relativas à CC-CEEC na área mais funcional podem-resumir-se a duas questões centrais: o potencial de criar divisão dentro da União Europeia e da China assumir ascendência e condicionamento político sobre os países; e o perigo de os Estados participantes caírem na chamada *debt trap* diplomacy, ou diplomacia da armadilha da dívida.

Em primeiro lugar, a China é criticada por utilizar a CC-CEEC como uma espécie de cavalo de Tróia para penetrar a União Europeia. Pepperman⁶⁷ descreve a procura de influência político-económica na região como a exploração dos Estados participantes — em larga escala economicamente dependentes dela — em seu benefício, através de uma combinação de

⁶⁴ “Written interview with media from Central and Eastern European countries by premier Li Keqiang.” Embaixada da República Popular da China na República da Eslovénia, http://si.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/201412/t20141216_3018472.htm.

⁶⁵ Jinping, Xi. “Keeping up the Momentum and Working Together for A New Chapter in China-CEEC Cooperation.” Embaixada da República Popular da China na República da Estónia, <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceec/eng/dssghd/t1853043.htm>.

⁶⁶ Turcsányi, Richard Q., “China and the Frustrated Region: Central and Eastern Europe’s Repeating Troubles with Great Powers.” *China Report* 56 : 10 (2020): 60-77, <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0009445519895626>.

⁶⁷ Pepermans, Astrid, “China’s 16+1 and Belt and Road Initiative in Central and Eastern Europe: economic and political influence at a cheap price”, *Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, Vol. 26 (2018): 181-203.

promessas económicas e financeiras e *soft power*, particularmente através do diálogo diplomático e cooperação cultural. A componente cultural da CC-CEEC, para além do apoio ao turismo e às artes, caracteriza-se pela comunicação persistente entre as estruturas e instituições chinesas e os meios de comunicação, centros académicos e de investigação e embaixadas dos Estados participantes, mantendo uma representação positiva da China e uma imagem pouco transparente dos projetos integrantes do formato.⁶⁸ Esta comunicação prima ainda pelo intercâmbio de estudantes e docentes e a criação de programas académicos ligados à China e de centros de investigação OBOR.

A difusão de informação positiva sobre a relação com a China e os seus benefícios, ligada ao mencionado diálogo diplomático, é útil para a manutenção da imagem chinesa de parceiro pacífico, sem segundas intenções, enquanto vai arrecadando influência político-económica através dos empréstimos e contratos de construção, cujos fundos têm origem em bancos do Estado chinês. A consequência máxima da CC-CEEC, continuando a seguir o argumento inicial, é a quebra da unidade da UE na sua posição para com a China⁶⁹, que discutivelmente já se verificou.

À primeira vista, esta crítica tem algum mérito, se observarmos as posições tomadas por Estados Membros da UE participantes na CC-CEEC nos últimos anos — em particular, a Hungria e a Grécia, antes até de aderir à CC-CEEC. Em 2016⁷⁰, por exemplo, a Hungria, Croácia, Grécia e Eslovénia não apoiaram uma declaração da União relativa à conduta chinesa no Mar do Sul da China. Um ano depois, em junho de 2017⁷¹, a Grécia bloqueou uma

⁶⁸ Shopov, Vladimir. “Decade of Patience: How China Became a Power in the Western Balkans.” European Council of Foreign Relations, <https://ecfr.eu/publication/decade-of-patience-how-china-became-a-power-in-the-western-balkans/>.

⁶⁹ Jakóbowski, Jakub, e Marcin Kaczmarek, “Beijing’s mistaken offer: the ‘16+1’ and China’s policy towards the European Union,” *OSW | Commentary*, No. 250 (2017).

⁷⁰ Pepermans, Astrid, “China’s 16+1 and Belt and Road Initiative in Central and Eastern Europe: economic and political influence at a cheap price”, *Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, Vol. 26 (2018): 181-203.

⁷¹ *Ibid.*

declaração comunitária na ONU, crítica da opressão a dissidentes. No mês anterior⁷², o presidente sérvio chegou a dizer “estamos sempre no mesmo lado”, referindo-se ao parceiro chinês. São apenas alguns exemplos, havendo mais instâncias em que os Estados em questão falharam em criticar a China quanto a Direitos Humanos, ou a usaram como trunfo em negociações com a UE. No entanto, não há provas de que tenha havido uma desunião significativa resultante da cooperação dos CEEC com a China à parte de exemplos esporádicos. Claro que esses são apontados de forma reiterada e, por isso, têm um significado político.

Passo a explicar a diplomacia da armadilha da dívida. A maioria dos projetos de infraestrutura no âmbito da CC-CEEC têm 85% de financiamento chinês, empréstimos preferenciais por bancos estatais Chineses como o Banco de Exportação-Importação da China (*Export-Import Bank of China* — Exim) ou do Banco de Desenvolvimento da China (*China Development Bank* — CDB); o restante montante deve ser assegurado pelo Estado do país onde será concretizado o projeto. Estes empréstimos têm normalmente condições bastantes favoráveis, como taxas de juro baixas (aproximadamente dos 2,5% aos 3% por ano) e um plano de pagamento a longo prazo (entre 20 e 25 anos).⁷³ Contudo, os contratos vêm também associados a outras condições, como a contratação de outras empresas chinesas — que assegurem a construção e os materiais — e de trabalhadores também chineses. Para além disso, estes empréstimos têm como condição a garantia soberana, isto é, o Estado concorda que, na impossibilidade de as empresas envolvidas serem incapazes de assegurar o pagamento, ele próprio o garante.

A diplomacia da armadilha da dívida é algo que divide os observadores da China. É uma interpretação de factos relativos a investimentos e, como tal, há quem analise de forma diversa e negue totalmente a sua existência.

⁷² *Ibid.*

⁷³ Jakóbowski, Jakub, e Marcin Kaczmarek, “Beijing’s mistaken offer: the ‘16+1’ and China’s policy towards the European Union,” *OSW | Commentary*, No. 250 (2017).

Assumindo a posição de que é uma crítica válida aos contratos chineses e, portanto, um tipo real de diplomacia utilizado pela China, é necessário analisá-lo.

É importante admitir as vantagens deste modelo. Nomeadamente, as taxas de juro e a duração dos pagamentos; mas mais que as condições vantajosas, o investimento chinês é bem-vindo em países com uma carência significativa de infraestruturas e sem acesso a outros tipos de financiamento, como os fundos da UE.

Este modelo tem vantagens, ou teria, se os inconvenientes não as excedessem. Quanto às primeiras, já referi os termos proveitosos dos empréstimos e do seu montante avultado. Junta-se-lhes a capacidade técnica das empresas chinesas e o facto destes países terem poucas alternativas de financiamento⁷⁴, tendo em conta que os fundos da UE e de outras instituições internacionais obrigam — ao contrário do investimento da China, que afirma não pretender ingerir nos assuntos internos de um país estrangeiro — a condições políticas.

Quanto às suas limitações, um modelo de financiamento que se caracterize pelo empréstimo implicará sempre a dívida e no caso do financiamento na CC-CEEC, subsiste o perigo de um aumento súbito e brusco da dívida externa de economias pequenas, exacerbado pela falta de transparência dos termos dos contratos e pela contratação de pessoal e empresas chineses para concretizar os projetos. Essa especificidade significa que parte significativa do capital investido em pessoal, materiais, equipamentos e serviços não fica na economia do país onde se dá a construção, não estimulando a economia local, agravando o perigo da subida da dívida e criando dificuldades no balanço de pagamentos e à aquisição de moeda estrangeira.⁷⁵ Ao invés, o capital é injetado na economia chinesa, que se serve da ocasião para resolver o seu problema de sobrecapacidade.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ *Ibid.*

Outro problema é a falta de transparência nos contratos de empréstimo e cláusulas desfavoráveis que determinam a cedência de porções de território ou portos de interesse estratégico para a China, no caso de incapacidade de pagamento. Exemplo já realizado deste perigo na Europa é o projeto da autoestrada no Montenegro, cuja construção já aumentou a dívida do país em relação ao PIB em 23%, mas os mais emblemáticos são os casos do Djibouti e Sri Lanka.

No outro lado da discussão, argumenta-se que, na verdade, a China ainda não deu provas de confiscar ou assumir o controlo de território ou infraestruturas. Pelo contrário, mostra-se aberta a renegociar os termos dos seus empréstimos, como concluiu um estudo da Universidade de John Hopkins.⁷⁶ A China, discutem estes analistas, tem um processo de aprendizagem contínua nos seus investimentos e empréstimos em que ajusta os seus procedimentos às necessidades que vai descobrindo.⁷⁷ Por outro lado, analisando o porto de Hambantota no Sri Lanka que foi parcialmente adquirido pela China numa situação de falta de pagamento de empréstimo, o exemplo mais utilizado, analistas que rejeitam o conceito chamam à atenção de que o porto foi parte de um “programa de desenvolvimento corrupto e insustentável” promovido pelo presidente e que a dívida do Sri Lanka não tinha ligações à China, mas aos mercados da Europa Ocidental e a problemas económicos estruturais.⁷⁸

Esta discussão sobre a diplomacia da armadilha da dívida não tem de momento uma resposta certa no caso da CC-CEEC, visto que os empréstimos ainda estão em fases precoces e não há por isso exemplos que confirmem ou neguem a sua aplicação. Contudo, é um debate que aproxima ainda mais a CC-CEEC do OBOR, demonstrando a importância do segundo para o

⁷⁶ Acker, Kevin, Deborah Brautigam, e Yufan Huang, “Debt Relief with Chinese Characteristics.” *China Africa Research Initiative*, Working Paper No. 2020/39 (2020), <https://static1.squarespace.com/static/5652847de4b033f56d2bdc29/t/60353345259d4448e01a37d8/1614099270470/WP+39+-+Acker%2C+Brautigam%2C+Huang+-+Debt+Relief.pdf>.

⁷⁷ Brautigam, Deborah, e Meg Rithmire. “The Chinese ‘Debt Trap’ Is a Myth.” *The Atlantic*, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/02/china-debt-trap-diplomacy/617953/>.

⁷⁸ Jones, Lee, and Shahar Hameiri. “Debunking the Myth of ‘Debt-Trap Diplomacy’: How Recipient Countries Shape China’s Belt and Road Initiative.” Chatham House, <https://www.chathamhouse.org/2020/08/debunking-myth-debt-trap-diplomacy/4-sri-lanka-and-bri>.

estudo do formato na CEE e para a sua compreensão. No próximo capítulo irei então proceder a uma breve explicação do projeto global da Faixa e Rota e fornecer um enquadramento histórico para a sua conceção.

Capítulo 2. A China e o Período de Oportunidade Estratégica

2.1. O OBOR.

O OBOR é um projeto de construção de infraestrutura global concebido pelo Governo da República Popular da China (RPC) e anunciado pela primeira vez no Cazaquistão, pelo Presidente Xi Jinping.

No dia 7 de setembro de 2013, na Universidade de Nazarbayev no Cazaquistão⁷⁹, o Presidente da RPC introduziu num discurso as bases do que se pode considerar o mais ambicioso projeto moderno de conectividade. A Nova Rota da Seda, como também é chamado, traz no seu nome lembranças de um passado histórico da China que Xi mantém bem presente e que apresenta como visando a paz e o desenvolvimento conjunto entre os povos da Ásia e da Europa, e o incremento de trocas culturais e económicas entre povos diferentes nas suas crenças, etnias e modos de vida. Foi com esta referência que iniciou o seu discurso⁸⁰, no qual expressou a vontade da China de, através da iniciativa em questão, contribuir para o desenvolvimento e prosperidade comuns dos países que integrassem o OBOR. Para além da cooperação económica, a Nova Rota da Seda é um instrumento de cooperação política com potencial para combater os desafios de segurança internacionais que Xi denomina das três “forças do mal”: o terrorismo, o extremismo e o separatismo, que se combinam com o tráfico de droga e o crime organizado internacional.

Foi ainda neste discurso que a China introduziu os cinco objetivos da Nova Rota da Seda: coordenação de políticas; conectividade de instalações; comércio desimpedido; integração financeira; e laços interpessoais. Estes foram explicados em mais detalhe no documento

⁷⁹ “President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpfwzysiesgjtfhshzzfh_665686/t1076334.shtml.

⁸⁰ Jinping, Xi. “Promote Friendship between Our People and Work Together to Build a Bright Future.” Discurso por S.E. Xi Jinping Presidente da República Popular da China na Universidade Nazarbayev, <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cebel/eng/zxxx/t1078088.htm>.

publicado em 2015 pelo Governo chinês “*Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*”.⁸¹

Primeiro, a coordenação de políticas refere-se à colaboração no planeamento de políticas de desenvolvimento e de cooperação regional.

Segundo, a conectividade de instalações tem o objetivo de aprimorar os planos de construção de infraestrutura e de redes de infraestrutura que unam as sub-regiões Asiáticas e a Ásia com a Europa e África. Em particular, esta secção foca-se na infraestrutura de transporte⁸² (terrestre, aéreo e marinho) e de energia.

Terceiro, o comércio desimpedido trata da remoção de barreiras ao investimento e ao comércio, com vista a criar um ambiente em que seja promovido o comércio e se possa negociar abertamente. A intenção é a de negociar bilateralmente com os países envolvidos para criar zonas de comércio livre.⁸³ A China apela aqui a que os países invistam em si e na Nova Rota da Seda, a qual apoiará as economias locais, incluindo o emprego e os meios de subsistência das populações locais.

Quarto, a integração financeira, o aprofundamento da cooperação financeira, de modo a criar vários sistemas a esse nível: de estabilidade da moeda, de investimento e financiamento e de informação de crédito na Ásia. É todavia muito generalizada a opinião de que a prática desta cooperação tem levado a China ao estabelecimento de uma ordem financeira diferente da ordem ocidental, desenvolvendo um mercado de ações asiático — através da emissão de títulos

⁸¹ “*Vision And Actions On Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st- Century Maritime Silk Road*”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Ministério do Comércio da República Popular da China, com Autorização do Conselho de Estado (2015).

⁸² Designadamente, remover *bottlenecks* de transporte, construir infraestrutura de segurança de estrada e equipamento de gestão de tráfego, refinar a conectividade alfandegária, construir um mecanismo de transporte de percurso inteiro, atingir uma standardização do transporte, construir portos e aperfeiçoar a tecnologia de cooperação em logística marítima; desenvolver infraestrutura aérea e energética e rotas de transporte de petróleo e gás seguras; construir cabos óticos transfronteiriços; e criar uma Rota da Seda de Informação, com um corredor de informação por satélite.

⁸³ Essas zonas devem ser construídas através dos seguintes métodos: baixar barreiras não-tarifárias; aumentar a transparência; expandir as áreas do comércio; inovar as formas de fazer comércio (nomeadamente o comércio online); promover acordos para evitar a dupla tributação; e expandir a cooperação nas áreas da agricultura, pesca, agropecuária, proteção do ambiente e recursos energéticos.

em Renminbi — e constituindo bancos, fundos e instituições financeiras na Ásia: o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB); o Novo Banco de Desenvolvimento BRICS; a Organização de Cooperação de Xangai (OCX); e o Fundo da Rota da Seda (SRF).

Quinto, os laços interpessoais, que proporcionam o apoio público ao projeto. Este objetivo é idealizado em intercâmbios académicos, culturais, de voluntariado e laborais e na cooperação jornalística entre agências noticiosas, mas o documento também menciona a cooperação na produção e tradução de itens culturais (como livros ou filmes), no desporto e na expansão do turismo. Notavelmente, expressa a vontade da China em se tornar numa ponte de comunicação entre os partidos políticos e parlamentos dos países participantes e promover a comunicação amigável entre eles.

Para além dos cinco objetivos, o OBOR rege-se por cinco princípios da coexistência pacífica⁸⁴: o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos mútua, a igualdade e benefícios mútuos e a coexistência pacífica, *per se*.

Uns dias após a apresentação do OBOR, em 13 de setembro, realizou-se em Bishkek, capital do Quirguistão, a 13ª Cimeira da OCX, onde estiveram presentes os presidentes da China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, mas também representantes de organizações internacionais e de países observadores da OCX: do Irão, Índia, Afeganistão, Mongólia e Paquistão. O segundo grupo participou na reunião maior, onde Xi Jinping apresentou um discurso importante sobre desenvolvimento comum. Na sua intervenção⁸⁵ falou novamente nas três forças do mal, na necessidade de criar uma “comunidade de destino e interesses” partilhados, neste caso no contexto da OCX, de modo a criar um quadro de apoio

⁸⁴ “Vision And Actions On Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st- Century Maritime Silk Road”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Ministério do Comércio da República Popular da China, com Autorização do Conselho de Estado (2015).

⁸⁵ “Xi Jinping Delivers Speech at SCO Summit, and Raises Four-Point Proposal,” Ministério dos Negócios Estrangeiro da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zjzg_663340/dozys_664276/dqzzywt_664402/201309/t2013.

estratégico e de desenvolvimento e fez uma proposta ao grupo com quatro pontos: promover a confiança mútua, os benefícios, a igualdade, o respeito cultural e a consulta mútua — ecos dos princípios do OBOR —, o que implica o apoio mútuo deste grupo de países em disputas sobre soberania, integridade territorial e sistema político (tudo isto explicado no relatório oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros Chinês e que tenderá a ser uma tentativa de salvaguarda para os desenvolvimentos futuros em Taiwan e no Mar do Sul da China); segundo, salvaguardar a segurança e estabilidade regionais, em especial através da implementação da Convenção de Xangai para o combate ao terrorismo, separatismo e extremismo; terceiro — e o mais explicitamente ligado ao OBOR — estabelecer uma cooperação pragmática na construção e facilitação de infraestrutura de transporte, Xi propõe construir corredores de transporte que liguem o Mar Báltico ao Oceano Pacífico e a Ásia Central ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico, traçando um mapa inicial para a faixa terrestre da Nova Rota da Seda⁸⁶; por último, fortalecer as interações interpessoais e não governamentais, ecoando mais uma vez um dos objetivos do OBOR.

A propósito desta cimeira e das visitas à Ásia Central que a acompanharam⁸⁷, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, reiterou também a ideia de que a região está interconectada através da geografia, dos rios e montanhas que atravessam vários países, mas também pela História, através da antiga Rota da Seda. É com este vínculo que se desenrolam as parcerias estratégicas, comerciais e até energéticas regionais, três áreas importantes na OCX e no OBOR. Tal como na cimeira, também nas visitas Xi Jinping voltou a repetir a importância dos princípios apresentados para o OBOR, contextualizando-os para a Ásia Central e preparando-a para a sua participação no projeto, enfatizando sempre a ausência de intenções obscuras de procura de influência ou hegemonia na região. É ainda importante notar que da

⁸⁶ “Jointly Build Silk Road in the New Era with Mutual Learning of Civilization and Common Development.” Consulado-Geral da República Popular da China em Joanesburgo. Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, <https://www.mfa.gov.cn/ce/cgjb/eng/zxxx/t1078943.htm>.

⁸⁷ *Ibid.*

económicos: o primeiro começa no Norte da China, passa pela Ásia Central e a Rússia e chega à Europa através do Mar Báltico; a segunda tem início no Noroeste da China e termina no Golfo Pérsico e Mar Mediterrâneo, através da Ásia Central e Ocidental; e a terceira vai do Sudoeste da China até ao Oceano Índico, pela Península da Indochina⁹⁰. Estes caminhos são conectados através de uma rede de transportes⁹¹ — ao longo dos corredores económicos — que se materializam nos projetos OBOR de construção de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.

A componente marítima chama-se *21st Century Maritime Silk Road*, ou Rota da Seda Marítima do século XXI (daqui em diante, denominada Rota). A Rota é concretizada pelo meio de uma série de portos estratégicos ao longo do mar Mediterrâneo, o Mar da China Meridional e o Oceano Índico, que criam um caminho até determinadas regiões: a Europa, a Ásia do Sul, África e o Médio Oriente⁹².

A maioria dos projetos OBOR são financiados pela China através de empréstimos e investimento direto estrangeiro, que são fornecidos por bancos estatais chineses, instituições financeiras ou fundos específicos do OBOR. Em destaque, encontram-se o AIIB, criado em 2015, o Fundo da Rota da Seda (SRF), em 2014, o Exim e o CDB. Este último é responsável por um agrupamento de mais de 900 projetos em mais de 60 países, nos setores da infraestrutura de transportes, energia e recursos.⁹³

Embora as rotas estejam assim idealizadas e a despeito de existirem alguns mapas oficiais do OBOR, a distinção de um projeto que integre esta iniciativa não é fácil. Uma das críticas mais reiteradas é a ambiguidade na classificação dos projetos. Como explica Yuen Yuen Ang⁹⁴, não

⁹⁰ Mações, Bruno, *Belt and Road: A Chinese World Order* (Londres: Hurst & Company, 2018).

⁹¹ *Ibid.*

⁹² Rolland, Nadège, “China’s “Belt and Road Initiative”: Underwhelming or Game-Changer?”, *The Washington Quarterly* 40(1) (2017): 127–142.

⁹³ Mações, Bruno, *Belt and Road: A Chinese World Order* (Londres: Hurst & Company, 2018).

⁹⁴ Ang, Yuen Yuen. “Demystifying Belt and Road: The Struggle to Define China’s ‘Project of the Century’.” *Foreign Affairs*, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-05-22/demystifying-belt-and-road>.

há uma definição concreta do OBOR e assim podem ser nele inseridos todo o tipo de grupos participantes: governos, empresas públicas ou privadas, universidades, ONGs, associações de caridade, sem que seja sequer necessário ter apoio do Estado.

Mesmo adotando uma interpretação restrita para o OBOR, como “projetos financiados pelo Estado Chinês a fim de promover cooperação ou desenvolvimento bilateral”⁹⁵ continuam a ser problemáticos os casos mais ambíguos, por exemplo projetos cujo objetivo seja a obtenção de lucros, mas que são co-financiados por empresas estatais chinesas, como a construção de casinos.⁹⁶ Mas esta ambiguidade é característica da política externa chinesa e útil para manter os conceitos abertos à interpretação que seja mais vantajosa e à passagem do tempo.

O OBOR também é criticado por muitos pela sua falta de transparência e, em parte devido a essas duas características, é acusado de emprestar quantidades extraordinárias de dinheiro a pequenos Estados para propositadamente ganhar vantagens políticas e territoriais quando estes se veem incapazes de restituir o valor emprestado — a chamada diplomacia da armadilha da dívida. Como já estabeleci no texto, há divergências no que toca à sua análise, mas importa referir que é um conceito solidificado na análise ocidental do OBOR e que a política externa dos Estados ocidentais o têm em conta. Aliás, a interpretação dominante no Ocidente é que o OBOR é um instrumento estratégico chinês que utiliza os seus meios financeiros e económicos para ganhar influência política nos países participantes e desafiar a ordem internacional atual, de modo a reivindicar a China pelo “século de humilhação”.

2.2. Enquadramento Histórico e o “Século de Humilhação”.

O “século de humilhação” é uma expressão utilizada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) para se referir ao período histórico entre 1839 e 1949, pontuado por uma série de

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*

acontecimentos em que a China se considera humilhada pelas “agressões ocidentais” que fizeram com que perdesse o controlo de mais de um terço⁹⁷ do seu território para nações estrangeiras. Durante este período⁹⁸, viu-se obrigada a abrir o acesso a portos por “tratado” e a dar privilégios extraterritoriais a potências estrangeiras; foi derrotada em guerra pelo Japão, anteriormente visto como nação inferior, que ganhou controlo sobre Taiwan e parte da Manchúria; sofreu revoltas populares que culminaram em dezenas de milhões de pessoas mortas e que foram impulsionadas pela incapacidade do Império de resistir às agressões estrangeiras; assistiu a movimentos de independência no Tibete, Mongólia e Xinjiang, perdendo por isso mais território; assistiu também ao colapso do sistema imperial milenar seguido de um longo período de caos e fragmentação do país; sofreu oito anos de guerra contra o Japão durante a Segunda Guerra Mundial; e viveu uma guerra civil longa, entre os dois partidos políticos principais, que devastou o país e culminou no estabelecimento da RPC em 1949 e na expulsão de Chiang Kai-shek, líder nacionalista, da China. Estas ocorrências foram agravadas pelo choque da passagem forçada de potência regional para alvo de sucessivas ofensas políticas, militares e diplomáticas.

Uma análise breve do conceito do “século de humilhação” é essencial para compreender a política externa chinesa, incluindo o OBOR, que é subjacente ao entendimento chinês de toda a ordem internacional e do seu papel nela.

Podemos encontrar três componentes neste conceito de humilhação: o passado, o presente e o futuro. A elite chinesa é consensual pelo menos no primeiro, no sentido em que ele está estabelecido e incutido no imaginário político da população. Embora haja críticos⁹⁹ que não consideram que este fenómeno tenha realmente ocorrido para a China e que a grande maioria

⁹⁷ Kaufman, Alison A, “The ‘Century of Humiliation’ and China’s National Narratives.” *Testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission Hearing on “China’s Narratives Regarding National Security Policy”* (2011), <https://www.uscc.gov/sites/default/files/3.10.11Kaufman.pdf>.

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ Elliott, Jane E., *Some Did It For Civilisation, Some Did It For Their Country: A Revised View Of The Boxer War*, (Chinese University Press, 2002).

dos chineses não estava ciente de muitos destes acontecimentos, parece indiscutível que se neste momento o sentimento de humilhação está difundido na sociedade chinesa, mesmo que impingido pela propaganda do PCC. Pode, pois, ser considerado em última instância real, tal como são reais as consequências que dele possam advir.

Quanto ao presente e ao futuro, já não é consensual, com exceção da importância de reaver Taiwan. Estes dois estão interligados: como deve a China agir no momento e qual deve ser o seu papel na manutenção (ou transformação) da ordem internacional. Kauffman¹⁰⁰, no seu texto sobre esta matéria, encontra três interpretações, todas com implicações diferentes para o futuro e que resumirei.

Primeiro, a visão de que a China se deve manter cautelosa e com uma atuação prudente (mínima) perante um sistema internacional que lhe é prejudicial e que tendencialmente se manterá agressivo e competitivo por as relações internacionais serem por natureza competitivas e predatórias ou por conveniência dos poderes ocidentais. Esta é uma visão defensiva, que promove o desenvolvimento diplomático e militar da China para que esta se possa proteger de instituições internacionais coloniais.

Segundo, a interpretação de que o sistema atual deve ser aceite e adaptado através da influência crescente da China. Esta parte do pressuposto que a China já alcançou influência e respeito suficientes para ter um papel ativo na modulação do sistema internacional, admitir que o país já ultrapassou no século XXI as indignidades do século de humilhação, devendo lutar por um futuro mais igualitário e pelos valores culturais que considera relevantes para si, aceitando a responsabilidade acrescida da sua influência.

Terceiro, numa visão que incorpora elementos das duas anteriores, vários analistas argumentam que o sistema internacional pode ser alterado e deve sê-lo, através de um papel

¹⁰⁰ Kaufman, Alison A, “The ‘Century of Humiliation’ and China’s National Narratives.” *Testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission Hearing on “China’s Narratives Regarding National Security Policy”* (2011), <https://www.uscc.gov/sites/default/files/3.10.11Kaufman.pdf>.

ativo da China. Nesta análise, o sistema atual é desajustado às necessidades e interesses da China, mas ao contrário da primeira visão, o país não é impotente e deve moldá-lo de acordo com os valores de paz e não competitividade, reforçados pelo século de humilhação.

Em suma, a aplicação política de cada interpretação exposta terá consequências diferentes para a China e para a ordem internacional e tendo em conta que a própria interpretação chinesa se divide, ao Ocidente resta observar e preparar-se para as diferentes rotas possíveis.

O OBOR surge como o grande projeto global da China. Podemos tentar encaixá-lo nas visões anteriores, mas apenas a primeira — cautelosa, inativa — se destaca como incompatível. Na lógica do século de humilhação, a rota da seda apresenta uma China longe de vulnerável e mostra ao mundo um gigante económico (aparentemente) benevolente, com a pretensa intenção — e voltando às visões apresentadas por Kauffman — de auxiliar o desenvolvimento económico global e a construção de uma ordem internacional mais igualitária.

Para enquadrar o possível comportamento da China, considera-se indispensável reter alguns fatores estruturais do passado suficientemente marcantes para não terem sido esquecidos.

Até ao início do século XX, a figura suprema na vida política chinesa era o imperador, líder político de todo o mundo no plano físico e no plano metafísico, era considerado o “filho do Céu”, detentor do Mandato do Céu, encarregado de governar a Terra de modo moralmente responsável. A China era vista como o centro do planeta e da ordem mundial (sinocêntrica, portanto) e todas as outras nações ser-lhe-iam subordinadas. Nesta altura, a China era a nação mais avançada¹⁰¹ da região, rodeada por povos que, embora fossem muitas vezes superiores em termos militares, foi sempre capaz de subjugar. Por essa razão, as relações externas chinesas eram conduzidas numa base de supremacia, em que os restantes Estados eram tributários, reconhecendo formalmente a soberania chinesa e recebendo vantagens comerciais em troca.

¹⁰¹ Foi até à Revolução Industrial a economia mais rica e produtiva do mundo, o que explica a sua relutância em ver outros povos, nomeadamente os ocidentais, como seus iguais.

Este estatuto aplicava-se tanto aos vizinhos geográficos como aos invasores ocidentais e há autores, como é o caso de Kissinger, que argumentam que o Império do Meio, como se autodenominava, não era apenas uma manifestação ideológica, era também – e talvez mais significativamente – uma fachada em períodos de dificuldade, em fim de manter a sua aparência de magnanimidade.¹⁰² Apesar dessa postura e de ela se aplicar a áreas como a justiça, que exigia julgar todos os estrangeiros que cometessem crimes dentro do seu território, o que fazia de forma arbitrária e não independente¹⁰³, a China gozava de uma boa reputação no Ocidente, que admirava a sofisticação da sua burocracia, filosofia e cultura.

Com as alterações geopolíticas no Ocidente provocadas pela Revolução Industrial e que produziram um avanço económico e tecnológico antes inimaginável, nomeadamente em tecnologia militar e naval, o *status quo* antigo estava prestes a desaparecer. A China entrou neste período da História sem acompanhar o crescimento tecnológico ocidental e, como tal, sem estar preparada para a era de expansão territorial com origem no Ocidente, atraído pela riqueza chinesa e firme em alterar a ordem internacional em seu proveito.

Há várias teorias que explicam a razão pela qual a China não beneficiou da Revolução Industrial, uma delas, apresentada por Joel Mokyr¹⁰⁴, é de que as diferenças culturais profundas, não apenas políticas e religiosas, entre a China e os países ocidentais não o permitiram. Mokyr explica que a China, ao contrário da Europa, era um império unificado desde o séc. XII. O continente europeu, por seu lado, estava fragmentado em países em constante conflito. Essa fragmentação terá permitido uma maior liberdade de pensamento filosófico e científico que permitiram a Revolução Industrial, isto porque quando um indivíduo era perseguido na sua nação pelas suas crenças ou ideias, tinha a possibilidade de escapar para

¹⁰² Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed (Lisboa: Quetzal, 2012).

¹⁰³ Spence, Jonathan D, *The Search for Modern China* (Nova Iorque: Norton, 1991).

¹⁰⁴ Swanson, Ana, e Joel Mokyr. "Why the Industrial Revolution didn't happen in China." *The Washington Post*, <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2016/10/28/why-the-industrial-revolution-didnt-happen-in-china/>.

outro país onde as pudesse desenvolver. Mokyr expande que embora a China fosse uma meritocracia¹⁰⁵ e, à primeira vista, fosse assim mais justa, como o território político chinês era uma massa unificada de tamanho imenso, tornava-se impossível o desenvolvimento de qualquer dissidência.

A primeira metade do séc. XIX foi marcada pela instabilidade: vagas de desemprego nas elites educadas, o vício do ópio (que acabaria por causar uma guerra com a Grã-Bretanha) aumentava e o incremento na sua importação causou um escoamento de prata para o estrangeiro que perturbou seriamente a economia interna chinesa. Embora fosse ilegal¹⁰⁶, o uso de ópio era prevalente na China e a sua importação não dava sinais de abrandar. Foi apenas em 1834 que se aboliu o monopólio da Coroa britânica sobre a importação do ópio para a China, que resultou num aumento brutal de importação da droga entre 1838 e 1839. Face ao contínuo escoamento de prata e à desilusão com as autoridades, começaram a surgir movimentos em Cantão¹⁰⁷ a favor da legalização da droga, que culminaram em fracasso.¹⁰⁸ Porém, em antecipação à legalização, muitos mercadores ficaram enalhados com excedentes de *stock*, e em 1839, decidida em erradicar o ópio da sua Nação, a corte Qing exigiu aos comerciantes de Cantão que entregassem aos seus oficiais todo o seu contrabando. Quando estes se recusaram a fazê-lo, prendeu-os nas suas fábricas até que o fizessem e enviou uma carta à Rainha Vitória pedindo que esta proibisse a venda de ópio na China e ameaçando fechar as exportações de produtos chineses. Nenhuma destas ocorrências abonou a favor da China na opinião pública britânica,

¹⁰⁵ Ao contrário da Europa, onde os estudos eram determinados pela classe social e outros elementos relacionados com as circunstâncias do nascimento da pessoa, a China permitia que os jovens que fossem bem-sucedidos num determinado exame prosseguissem os seus estudos.

¹⁰⁶ A venda e o uso de ópio foram ilegalizados em 1729. Mais tarde, em 1796, foram ilegalizados o seu cultivo e a importação.

¹⁰⁷ O sistema de Cantão foi um sistema comercial e político que esteve em vigor entre 1759 e 1842 e que proibia o comércio estrangeiro na China a partir de todos os portos exceto o porto de Cantão (Guangzhou). Este sistema foi criado unilateralmente pela China e oficializado por decreto judicial em 1759 e caracterizava-se por um comércio entre cidadãos, sendo proibido o contacto entre estrangeiros e oficiais do governo chinês. Ademais, era um sistema de monopólio, em que apenas treze companhias — denominadas *hongs* — estavam autorizadas a negociar com os comerciantes de outros países e que asseguravam os seus privilégios através de contribuições aos tribunais chineses.

¹⁰⁸ Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed, (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

que começava a clamar por guerra. A China, todavia, não tinha a preparação necessária para uma guerra com a Grã-Bretanha. As suas armadas eram antigas e os seus conhecimentos de armamento desatualizados e, para piorar a situação, recusava-se a aceitar a clara desvantagem da sua posição. “Séculos de supremacia tinham distorcido o sentido de realidade da Corte Celeste”¹⁰⁹, escreve Kissinger.

A Guerra do Ópio perdurou entre 1840 e 1842 e culminou na assinatura e ratificação do Tratado de Nanjing¹¹⁰, que estabelecia uma indemnização total de 21 milhões de dólares à Grã-Bretanha, a abertura de cinco cidades-porto (Cantão, Ningbo, Xangai, Xianmen e Fuzhou), a cessão de Hong Kong, o direito de estabelecer relações comerciais livremente com quem aprovesse¹¹¹, a obrigação de correspondência oficial em termos de igualdade e, finalmente, uma tarifa fixa que seria estabelecida em tratado posterior. Esse tratado posterior foi o Tratado de Bogue, de 1843, que entre outras estabeleceu a Cláusula da Nação Mais Favorecida, que ditava que a Grã-Bretanha tinha o direito de reivindicar para si qualquer vantagem acordada com outro Estado.

Com a assinatura destes dois documentos, também a França e os EUA exigiram renegociar as suas posições. A China viu nesta situação uma oportunidade de aliviar a sua posição estratégica: aceder às exigências francesas e norte-americanas ajudaria a sua relação bilateral com ambas e diminuiria a posição relativa de Londres em Beijing, ao criar uma competição por lucro diretamente entre as três potências, “o que se encaixava bem na política tradicional Chinesa de pôr os bárbaros uns contra os outros”.¹¹² Foram assim redigidos tratados com os EUA e a França.

¹⁰⁹ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed (Lisboa: Quetzal, 2012): 67.

¹¹⁰ “Treaty of Nanjing (Nanking), 1842.” US-China Institute, <https://china.usc.edu/treaty-nanjing-nanking-1842>.

¹¹¹ Abolindo assim a exclusividade dos *Cohong*, comerciantes nas *hongs* licenciados pela corte para negociar com estrangeiros.

¹¹² Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed, (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

No final, a corte Qing foi incapaz de reconhecer a sua posição relativa militar. Citando de novo Immanuel Hsü, “Eles recusaram-se a reconhecer a inferioridade militar e retrogradação política da China, e assim permitiram-se dormir outros vinte anos”.¹¹³

Durante esse período não desapareceram os seus desafios. Na política externa, os Qing enfrentavam as três potências ocidentais que representavam uma nova ordem internacional, uma Rússia expansionista, com empenho em conquistar e ocupar territórios no interior chinês (o que foi conseguindo, tomando controlo de vários territórios ao longo da Ásia oriental), e o Japão, que procurou, com sucesso, copiar os modelos ocidentais económicos e tecnológicos e ambicionava ocupar o leste da China e construir uma ordem internacional leste-asiática.¹¹⁴

As ameaças externas, por sua vez, criavam desassossego interno, exacerbado pela ineficácia do Império em resolvê-las e os receios do povo chinês manifestaram-se em várias rebeliões, nomeadamente as rebeliões Taiping, Nian e muçulmana, que em conjunto resultaram em dezenas de milhões de mortes.

Entretanto e retornando ao plano externo, em 1858, a Grã-Bretanha ameaçou cercar Tianjin, como contestação a buscas ilegais levadas a cabo pelas autoridades chinesas a um navio britânico – o Arrow. Face ao cerco, a corte chinesa aceitou assinar um novo tratado, que graças à Cláusula da Nação Mais Favorecida, se negociou também com a França e os EUA. Este ficou conhecido como o Tratado de Tianjin, que estabeleceu, entre outros, o direito a uma embaixada britânica em Beijing, a abertura ao comércio estrangeiro no rio Yangtze, a abertura de mais portos de tratado e a proteção da comunidade cristã em território chinês.

Em 1894 a China confrontou-se com o Japão na Coreia, tendo perdido a batalha numa questão de horas, vendo-se obrigada a reconhecer a independência da Coreia e a ceder Taiwan e Liaodong ao Japão. Liaodong, contudo, foi devolvido à China depois de uma operação conjunta

¹¹³ *Ibid.*, 193.

¹¹⁴ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012).

entre a Rússia e a França e a Alemanha, a troca de permitir a São Petersburgo construir um caminho de ferro através da Manchúria, do qual acabou por obter controlo.¹¹⁵

Deste modo final do século, a China tinha perdido vários territórios à Rússia e aos Estados ocidentais, que seguiram a primeira no seu ímpeto de ocupação. A frustração popular aumentava exponencialmente e adivinhava-se que os Qing seriam finalmente destituídos.

Perante estas circunstâncias, o início do séc. XX ficou marcado pelo aparecimento de nacionalismos na China.

O primeiro grande exemplo ocorreu em 1900, quando um grupo de especialistas em artes marciais e misticismo apoiantes da dinastia imperial, os Boxers, recrutaram agricultores e outros trabalhadores na miséria e procederam a uma campanha violenta contra os cristãos e estrangeiros na China, chegando a matar o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão. Esse ato foi apoiado pela imperatriz, que declarou guerra aos poderes estrangeiros. Foi a Revolta Boxer.

Pouco tempo depois, em 1903, um jovem chamado Zou Rong escreveu um pequeno livro, “O Exército Revolucionário”, culpando os Manchus, etnia dos Qing, da incapacidade política face às crises que assolavam a China e apelando a reformas inovadoras, como a igualdade de género e a liberdade de imprensa e de associação.¹¹⁶

A partir de 1905, começaram a surgir novos conceitos nacionais: monarquia constitucional, socialismo e anarquia. A revolução soviética e a fundação do Partido Socialista Japonês, em 1906, em especial, entusiasmaram os socialistas. Mas foi em 9 de outubro de 1911 que se deu o derradeiro acontecimento para os Qing e o governo imperial da China. Nesse dia, em Wuhan, uma bomba explodiu acidentalmente, numa série de experiências realizadas por um grupo revolucionário. Quando três dos seus membros foram descobertos e executados, o grupo

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ Spence, Jonathan D, *The Search for Modern China* (Nova Iorque: Norton, 1991).

percebeu que se não causasse uma insurgência, seria destruído, pelo que foi exatamente o que fez, levando a cabo uma revolução que terminou em 1912, com a abdicação dos Qing.

“E quase sem qualquer experiência nas artes e instituições de autogovernança, o povo Chinês foi apresentado com a opção de conceber o seu próprio futuro num mundo vigilante e perigoso”.¹¹⁷

Em 1912, a China atravessava uma grave crise existencial: tinha pelo menos sete potências predatórias no seu encaço, o seu sistema político estava em transformação, com uma autoridade central forte, cuja popularidade tendia mais para o republicanismo, e a sua infraestrutura económica também se alterava profundamente. A Aliança Revolucionária transformara-se no Kuomintang (KMT), ou Partido Nacional do Povo, que tentava instaurar uma democracia, e foi criada uma República da China em 1912, reconhecida por vários Estados. Contudo, em 1914 tinha-se já tornado num regime ditatorial sob a autoridade de Yuan Shikai, que em 1916 tentou, sem sucesso, restaurar uma monarquia.¹¹⁸ Esta época entre 1912 e 1949 foi marcada por vários incidentes, nomeadamente as relações problemáticas com o Japão, que incluíram guerra e revoltas internas devido à percepção de humilhação pelo vizinho asiático e o mundo ocidental¹¹⁹, e a guerra civil e ideológica entre o KMT e o PCC — e, inescapavelmente, entre os seus líderes, Chiang Kai-shek e Mao Zedong.

A guerra com o Japão foi subitamente terminada depois dos ataques nucleares norte-americanos a Hiroshima e Nagasaki, iniciando uma corrida aos recursos e territórios ocupados pelos japoneses durante o conflito.¹²⁰ Embora os comunistas tivessem vantagem geográfica,

¹¹⁷ *Ibid.*, 268.

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ Um exemplo desta problemática ocorreu durante a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, quando foi descoberto que o Japão tinha realizado acordos secretos com a Itália, a França e a Grã Bretanha — mas também, e talvez tenha sido o golpe mais profundo, um acordo que assegurava esse controlo territorial direitos militares noutras províncias com o anterior Primeiro-Ministro chinês Duan Qirui, em 1918 — de modo a assegurar os direitos sobre a região de Shandong, previamente atribuídos à Alemanha, em troca de assistência naval contra esta na Guerra. Para além de o território se manter fora do seu controlo em segredo, o próprio Tratado foi assinado sem a presença da China, cujos delegados ficaram retidos por protestantes chineses.

¹²⁰ Spence, Jonathan D, *The Search for Modern China* (Nova Iorque: Norton, 1991).

Chiang Kai-shek pediu auxílio aos EUA, que lhe foi concedido através de tropas em portos estratégicos e centros de comunicação. Os norte-americanos tentaram ainda mediar o conflito e enviaram George C. Marshall em dezembro de 1945 num esforço diplomático para um cessar-fogo e a criação conjunta de um governo de coligação. Porém, a desconfiança chinesa em relação à interferência de poderes externos na sua política interna em conjunto com as diferenças ideológicas e políticas profundas entre os partidos comunista e nacionalista impediram a coligação. Marshall voltou para os EUA em janeiro de 1947 e o conflito entre KMT e PCC foi reiniciado. Entre setembro de 1948 e janeiro de 1949, os nacionalistas tinham perdido entre 1 e 1.5 milhões de soldados e o partido colapsou. A 21 de janeiro, Chiang demitiu-se e a 29 de abril os soldados comunistas atravessaram o rio Yangtze, ocupando todo o território nacional em pouco tempo.¹²¹

A RPC foi estabelecida por Mao no dia 1 de outubro de 1949, com capital em Beijing, e foi reconhecida pela URSS no dia seguinte. Os Estados comunistas declararam o seu reconhecimento formal em rápida sucessão, mas a nova República também foi reconhecida por países não comunistas: a Índia, a Birmânia (Myanmar), o Paquistão, o Ceilão (Sri Lanka), o Reino Unido e a França. Os EUA, contudo, apenas iniciaram relações diplomáticas formais com a RPC a 1 de janeiro de 1979, quase trinta anos depois.

“Dominador e esmagador na sua influência, impiedoso e altivo”¹²², o seu sonho era um estado de Revolução Permanente na China, o seu objetivo, a Grande Harmonia, um estado de exaltação espiritual e ideológico.¹²³ No seu entendimento, era imperioso que a China rompesse com toda a sua tradição, especialmente cultural e filosófica, como primeiro passo para se libertar do século de humilhação ao qual havia sido submetida, a seu ver, não só pelas potências estrangeiras, mas também pelas próprias doutrinas nacionais. Em 1949 Mao fez um ultimato

¹²¹ *Ibid.*

¹²² Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012): 111-12.

¹²³ *Ibid.*, 112.

ao povo chinês — em retrospectiva, revelador do que viria assolar a China —, eliminando a própria escolha que estava a dar: “todos os Chineses sem exceção devem inclinar-se ou para o lado do imperialismo ou para o lado do socialismo [...] nem existe um terceiro caminho. Nós opomo-nos aos reacionários de Chiang Kai-shek que se inclinam para o lado do imperialismo, e nós também nos opomos às ilusões acerca de um terceiro caminho”.¹²⁴

Por outro lado, e de modo algo contraditório, manteve próximas algumas máximas tradicionais, como a importância da vantagem psicológica, do planeamento estratégico a longo prazo e da manipulação dos outros Estados em seu favor. Este espírito permaneceu um pilar na política externa chinesa, nomeadamente na sua aparente indiferença pela ameaça das armas nucleares. Sobretudo, Mao preservou da tradição chinesa a visão sinocêntrica e direcionou a sua atuação na política externa de modo a transportar a RPC para uma posição privilegiada na ordem internacional, algo que se manteve como fundamental na política externa chinesa até hoje.

No mesmo ano, Mao reuniu-se com Estaline em Moscovo, com vista a criar uma aliança militar sino-soviética e, depois de um longo período de conversações, foi assinado o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua em fevereiro de 1950. Os resultados deste documento não pareciam muito significativos, resumindo-se a um pacto de assistência mútua em caso de agressão pelo Japão ou potência aliada a este, à promessa de cooperação em esforços de paz e no desenvolvimento dos laços económicos e culturais entre ambos e de garantia que a parte não participaria numa aliança, nem tomaria partido contra a outra parte.¹²⁵ Kissinger viu nisto uma vitória para Mao: “Em teoria, obrigava a China a vir globalmente em auxílio da União Soviética. Operacionalmente, dava a Mao uma rede de segurança se as várias crises que

¹²⁴ Mao, Zedong, “On The People’s Democratic Dictatorship: In Commemoration of the Twenty-eighth Anniversary of the Communist Party of China,” *History and Public Policy Program Digital Archive, Translation from Selected Works of Mao Tse-Tung*, Vol.4 (1961): 411-23.

¹²⁵ Zhou, Enlai, e A. Y. Vyshinsky. “The Treaty of Friendship, Alliance and Mutual Assistance Between the People’s Republic of China and the Soviet Union, February 1950.” Central Intelligence Agency, <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01443R000300050007-8.pdf>.

pairavam em torno das fronteiras da China aumentassem”.¹²⁶ Outros autores, como Spencer¹²⁷ e Hsü¹²⁸, interpretaram o resultado contrário, que Mao apenas obteve um empréstimo modesto (\$300M¹²⁹), uma garantia de ajuda militar num eventual ataque japonês e uma aliança com termos de outro modo vagos. Por outro lado, teve de reconhecer a independência da Mongólia exterior e de abdicar da administração exclusiva em vários territórios.¹³⁰

Simultaneamente, Chiang Kai-shek estabelecia a atual República da China¹³¹ em Taiwan, com capital em Taipé. Isto tornou-se um obstáculo constante para a China de Mao, que não se via de forma justa na cena internacional enquanto Taiwan não fosse parte integrante do seu território. No entanto, o acontecimento que catapultou a China para o palco internacional foi a Guerra da Coreia.

A península da Coreia foi ocupada no seguimento da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. A norte, pela União Soviética; a sul, pelos Estados Unidos. Ambos se retiraram em 1949, possibilitando a criação de dois Estados Soberanos vizinhos – a República Democrática Popular da Coreia (ou Coreia do Norte), liderada por Kim Il-sung, e a República da Coreia (ou Coreia do Sul), governada por Syngman Rhee – que disputariam a partir desse momento a unificação e domínio do território.

A Coreia do Norte, tendo sido previamente ocupada pelos soviéticos, nasceu como Estado socialista e parte do mundo comunista. Sendo assim, quando Kim Il-sung decidiu avançar para a conquista do Sul, consultou Mao e Estaline, ambos os quais lutavam por maior influência na Coreia. Moscovo permitiu o avanço em 1950, aparentemente sem o aval de Mao, que receava que uma tomada bem-sucedida da Coreia do Sul impossibilitasse um avanço chinês futuro

¹²⁶ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012): 137.

¹²⁷ Spence, Jonathan D, *The Search for Modern China* (Nova Iorque: Norton, 1991).

¹²⁸ Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed, (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

¹²⁹ Mao, Zedong, e Joseph Stalin. “Conversation between the Soviet Union’s Joseph Stalin and China’s Mao Zedong, 1949.” US-China Institute, <https://china.usc.edu/conversation-between-soviet-unions-joseph-stalin-and-chinas-mao-zedong-1949>.

¹³⁰ Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed. (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

¹³¹ Existente desde 1912 na China interior e extinguindo-se como Estado soberano em 1949.

sobre Taiwan — Mao não acreditava que os EUA permitissem duas conquistas comunistas de tal envergadura. Contudo, após a aprovação de Estaline, Mao cedeu uma quantidade significativa de soldados de etnia coreana à Coreia do Norte e durante várias semanas as tropas norte-coreanas desceram a península sem percalços, tomando Seul e impelindo um confronto em Pusan.

Entretanto, Estaline tentava evitar responsabilidades militares para a União Soviética, mantendo-se afastado do conflito que tinha criado e que na realidade servia os seus objetivos.¹³² Curiosamente, foi a aliança sino-soviética que permitiu uma intervenção norte-americana no conflito. Na mesma altura que o Conselho de Segurança da ONU tentava aprovar a condenação da Coreia do Norte e uma ação de auxílio à Coreia do Sul, a União Soviética recusava-se a votar até que a RPC fosse reconhecida e Taiwan fosse parte do seu território. O boicote permitiu a aprovação das medidas referentes à Coreia e foram enviadas tropas norte-americanas para Pusan. Os EUA decidiram também neutralizar o estreito de Taiwan – algo que tinham garantido à China não fazer.

As interpretações do que levou Mao a entrar na Guerra variam. Alguns estudiosos acreditam que foi o facto das tropas norte-americanas ultrapassarem o Paralelo 38, pisando solo norte-coreano.¹³³ Outras, que foi o próprio bloqueio do estreito de Taiwan.¹³⁴ Esta segunda análise faz sentido à luz da tradução de Kissinger do pensamento estratégico chinês, que terá tomado a ação americana em Taiwan como uma invasão imperialista, e do contraste com o pensamento estratégico ocidental. No Ocidente, utiliza-se o conceito de dissuasão, cujo objetivo é evitar o confronto militar; Mao, contudo, primava por ter a iniciativa e a vantagem psicológica em

¹³² A seguinte citação de Kissinger explica a situação estratégica soviética. “Se os Estados Unidos não intervissem, aumentaria a ameaça para a China que ficaria mais dependente da União Soviética. Se a China reagisse ao desafio norte-americano, precisaria de assistência soviética maciça, o que daria o mesmo resultado. Se a China ficasse de fora, a influência de Moscovo sobre uma Coreia do Norte desiludida aumentaria”. Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012): 147.

¹³³ Spence, Jonathan D, *The Search for Modern China* (Nova Iorque: Norton, 1991).

¹³⁴ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012).

relação ao seu adversário. No pensamento chinês, a dissuasão traduzia-se na antecipação, no desferimento do primeiro golpe.¹³⁵ À luz desta análise, quando os EUA neutralizaram Taiwan estavam a desferir um golpe contra a Ásia – e contra a China especificamente, o que levou Mao a ponderar que se os EUA saíssem vitoriosos da Coreia, seriam uma ameaça à China. Entrou assim no conflito, sem apoio soviético, e embora o sul da península não tenha sido conquistado pelo Norte, as tropas chinesas e norte-coreanas paralisaram os EUA, uma superpotência nuclear, obrigando as suas tropas a recuar para sul do Paralelo 38. Ainda assim, a ameaça nuclear norte-americana pôs fim à Guerra e foi assinado um armistício em 1953.

Após um conflito que terminou com cerca de um milhão de baixas chinesas, a RPC entrou em força na ordem internacional e “construiu uma credibilidade militar a que a China, como adversário que justificava medo e respeito, recorreria durante várias décadas”.¹³⁶ Ademais, estabeleceu a sua independência face à União Soviética e abriu a possibilidade de explorar as divisões entre as duas superpotências da época, tal como a China tradicionalmente explorava os “bárbaros” uns contra os outros.

Ainda no rescaldo da Guerra da Coreia, em 1954 ocorreu a chamada primeira crise de Taiwan: após a partida das tropas norte-americanas do estreito de Taiwan, o governo nacionalista em Taipé – que estava a negociar um tratado de assistência mútua com os EUA – arriscou um reforço militar das ilhas costeiras de Kinmen e Matsu, as quais Beijing bombardeou como resposta. As relações sino-norte-americanas azedavam progressivamente e a União Soviética decidiu auxiliar a China no desenvolvimento de um programa nuclear.

Em 1953, um ano antes de Taiwan, Estaline morre e é sucedido por Nikita Khrushchev. Estaline teve uma postura consistente de enfraquecimento da posição internacional de Mao, especialmente na Ásia¹³⁷; os líderes quase desde o início que discordaram ideologicamente e

¹³⁵ *Ibid.*

¹³⁶ *Ibid.*, 167.

¹³⁷ Inclusive, mantinha relações com os nacionalistas em Taiwan.

havia uma preocupação séria por parte dos soviéticos de que Mao liderasse o comunismo asiático.

Mas as relações entre Mao e Khrushchev não foram melhores, deteriorando-se desde o início, nomeadamente em consequência de o novo líder soviético ter denunciado o seu antecessor como um criminoso e destruído o culto de personalidade que se tinha construído em seu redor. Mao não simpatizava com Estaline, mas um discurso que contestava a sua infalibilidade como líder era, no seu entendimento, um discurso revisionista; e o revisionismo era um afastamento do comunismo. O fosso ideológico apenas aumentou com a restante filosofia de Khrushchev: a coexistência pacífica com os Estados capitalistas, o medo de um conflito nuclear, a cautela face a potenciais rastilhos que pudessem desencadear um conflito global. Mao, por seu lado, via a guerra como origem do sucesso do comunismo¹³⁸, sempre glorificou o conflito nuclear, afirmando que a China comunista sobreviveria independentemente das baixas que pudesse sofrer. Esta disputa ideológica foi aumentando progressivamente, e os dois gigantes comunistas envolveram-se em diversas disputas, mas mantiveram a sua aliança formal. Uma destas alterações controversas envolveu novamente Taiwan. Em 1958, pouco tempo depois de uma visita de Khrushchev a Beijing, Mao ordenou um novo ataque às ilhas costeiras. Essa visita prévia, embora alheia à questão de Taiwan, levou Washington a acreditar no contrário, que Khrushchev tinha nessa ocasião concedido o seu apoio à RPC. Mais uma vez Mao, numa situação de fraqueza relativa, levou propositadamente as duas superpotências a ameaçarem guerra nuclear.¹³⁹ No final, e embora Khrushchev tenha decidido suspender a cooperação nuclear com Beijing, a segunda crise de Taiwan foi um fortíssimo golpe de propaganda por parte da China.

¹³⁸ Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed. (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

¹³⁹ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012).

Voltando um pouco atrás no tempo, entre 1950 e 1951, o PCC enviou dezenas de milhares de intelectuais chineses (de acadêmicos a cientistas e médicos) para “cursos” de duração entre seis e oito meses, onde foram introduzidos à dialética comunista, ao reconhecimento da natureza protegida das classes onde tinham nascido – a esmagadora maioria destas pessoas vinham de famílias com algum dinheiro – e ao pensamento comunista de Mao, Marx, Engels, Lenine e Estaline.¹⁴⁰ Foi o primeiro processo de doutrinação do partido e no final era esperado que os “alunos” lhe professassem o seu empenho e agradecimento.

Foi uma amostra do que viria em 1956, quando Mao anunciou num discurso o seu desejo de abrir o partido à crítica e de até estudar o Ocidente e suas línguas. Seria a Campanha das Cem Flores: cem flores deveriam florescer na cultura, cem escolas de pensamento na ciência. A campanha foi divulgada pela imprensa em abril de 1957 e nos meses seguintes, a aderência cresceu de críticas “razoáveis” a protestos contra o controlo intelectual do partido, os padrões de vida na China e outros problemas sociais e políticos que atacavam diretamente o PCC e o seu modo de governo, que foi denunciado como tirânico. Mao pôs termo à revolta rotulando mais de 300,000 intelectuais como direitistas, o que lhes arruinou as carreiras no seu país, e enviou grande parte para campos de trabalho, para a cadeia, ou exilou-os em províncias rurais para que pudessem aprender junto dos agricultores.¹⁴¹

Existem duas interpretações para esta campanha: que foi uma estratégia organizada para erradicar as vozes discentes do partido; ou que começou como um esforço sincero de aproximação à população, que se degenerou perante a dimensão das críticas. Não obstante a sua intenção, Mao saiu com a sua liderança reforçada.

Foi com esse reforço que lançou, pouco tempo depois, o Grande Salto em Frente. Em 1957, Khrushchev anunciou na Conferência de Moscovo a intenção da URSS de ultrapassar

¹⁴⁰ Spence, Jonathan D, *The Search for Modern China* (Nova Iorque: Norton, 1991).

¹⁴¹ *Ibid.*

economicamente os EUA em quinze anos. Nesta altura, a produção agrária chinesa atingia níveis muito baixos e a maioria do comércio ocorria nos mercados rurais informais (dos quais o Estado não arrecadava receita). Nestas circunstâncias, Mao decidiu competir com os soviéticos, anunciando que ultrapassaria a Grã-Bretanha em produção de aço no mesmo prazo. Todavia, acreditando que através da exaltação ideológica e reorganização da política económica conseguiria ultrapassar esses objetivos, o prazo foi diminuindo até alcançar os três anos e as metas agrícolas tornaram-se colossais. Procedeu-se a uma descentralização do processo de decisão económica, que passou para os líderes partidários locais. Mobilizaram-se os camponeses para projetos gigantescos de obras públicas, afastando-os das suas famílias. Eliminou-se grande parte da propriedade privada, criando comunas. E, como os quadros locais do partido inflacionavam os números da produção, com receio de castigo político, o PCC acreditou que o Grande Salto em Frente estava a ser bem-sucedido, continuando a exportar cereais para a URSS como pagamento por armamento maquinaria pesada industrial e provocando uma carência alimentar gravíssima na população chinesa, levando a uma das maiores fomes da História da Humanidade que terminou em 1962, juntamente com o projeto, na qual morreram mais de 20 milhões de pessoas e a esperança média de vida diminuiu para sensivelmente metade. Um plano que, se vitorioso levaria a China para o centro ideológico do mundo comunista, terminou com uma das maiores tragédias da Humanidade, e com um declínio da então precária relação com a URSS, cuja abordagem cautelosa colidia com esta demonstração desastrosa da revolução permanente de Mao.

Esta ruptura pôs em causa, em certa medida, a sua liderança, porque o apoio soviético era visto por muitos como essencial ao desenvolvimento chinês. Por sua vez, Mao via nos seus pares uma inércia e conforto que chocava diretamente com o seu ideal de Revolução Permanente. Na década de 1960, Mao identificou nas artes o último vestígio da burguesia e tradicionalismo chineses, o antissocialismo e até o revisionismo. Identificou ainda uma facção adversária

dentro do partido, mais conservadora e burocrática, determinada a alterar a estrutura de poder. Spence põe a hipótese de este receio de Mao de ser posto de lado poderia também vir da sua idade avançada.¹⁴² De qualquer modo, em 1966, Mao pôs em marcha a Grande Revolução Cultural do proletariado, começando por uma purga da burocracia cultural, que incluiu o exílio de Deng Xiaoping (crítico do regime, nomeadamente do sistema de comunas) e sua família. O seu objetivo seria destruir o partido, para o reconstruir e consolidar-se como líder supremo.¹⁴³ Para isso, teria de politizar as massas, especialmente a juventude chinesa, descontente pela dificuldade em entrar para a política devido à sua história familiar e pela corrupção do partido. Mao ordenou ainda um ataque aos denominados Quatro Velhos: os velhos costumes, hábitos, cultura e pensamento. Os revolucionários mais radicais criaram um grupo paramilitar, a Guarda Vermelha, composta de jovens e estudantes com fervor ideológico, e encorajaram-na a destruir monumentos, templos, túmulos, livros; tudo o que trouxesse à memória o tradicionalismo chinês, chegando até a destruir túmulos de descendentes de Confúcio. Mas os Guardas Vermelhos eram também brutais com os seus concidadãos. Aplicavam técnicas de humilhação pública e violência crescente a possíveis revisionistas e contrarrevolucionários. Eventualmente o grupo dividiu-se em várias facções que, sem uma liderança coordenada, começaram a aplicar as suas próprias ideologias e a combater entre si. A violência chegou a tal ponto que o próprio Mao interviu em 1967, instruindo as Forças Armadas (a única instituição chinesa que resistiu à Revolução Cultural) para restaurarem a ordem. Um ano depois, denunciou-os como extremistas de esquerda e ordenou o seu desmantelamento.

As consequências da Revolução Cultural foram devastadoras: o sistema educativo foi praticamente dizimado, deixando uma geração desprovida de treino adequado; inúmeros intelectuais foram enviados para o campo, desperdiçando anos de investigação científica;

¹⁴² *Ibid.*

¹⁴³ Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed. (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

morte, tortura, devastação. “Contudo para os revolucionários puristas, nenhum preço era demasiado alto e nenhum sacrifício demasiado grande para a perpetuação da visão Maoísta e a aproximação à transformação socialista”.¹⁴⁴

Numa perspectiva de política externa, em meados da década de 1960, Mao alterou progressivamente o seu discurso em relação aos EUA. Falava na impossibilidade da guerra entre as duas nações¹⁴⁵, e evitou entrar diretamente na Guerra do Vietname, apenas enviando material militar. Do lado norte-americano, o primeiro sinal de alteração de atitude perante a RPC veio em 1966, com Lyndon Johnson. Johnson mostrou-se aberto a cooperar com a China, embora tenha depois seguido conselhos internos contrários e qualquer esperança de alteração de política foi abandonada.

Uma nova referência à abertura política à China apareceu já em 1969, com o discurso de tomada de posse de Richard Nixon. Esta sugestão não passou despercebida a Mao, que logo ordenou uma análise compreensiva da alteração de posição em relação aos EUA. Esta análise, levada a cabo por quatro marechais do EPL, concluiu que no caso de a URSS invadir a China, uma relação positiva com os EUA seria um ativo estratégico de extrema importância.¹⁴⁶ De facto, no verão desse ano, as tensões com os soviéticos voltaram a aumentar, designadamente com o crescimento das tropas soviéticas nas fronteiras dos dois Estados.

Da perspectiva de Nixon, em plena Guerra Fria, os EUA não poderiam permitir que se houvesse um conflito sino-soviético, a URSS saísse vitoriosa. Ademais, as circunstâncias internas eram favoráveis à reaproximação: o descontentamento com a Guerra do Vietname, a retirada da Ásia como parte do abandono da ideia de “polícia do mundo” e a vontade de políticos mais liberais,

¹⁴⁴ *Ibid.*, 703.

¹⁴⁵ Snow, Edgar. “Interview with Mao.” *The New Republic*, <https://newrepublic.com/article/119916/edgar-snow-interview-china-chairman-mao-zedong>.

¹⁴⁶ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012).

empresários e académicos de rever as relações sino-norte-americanas.¹⁴⁷ Parecia que a altura era a certa para tentar reverter décadas de convenção estratégica norte-americana.

Com ambos os líderes decididos a reconciliar as duas nações, foram iniciadas, lentamente, conversações e em julho de 1971 Henry Kissinger embargou numa visita secreta a Beijing, onde se reuniu com Zhou Enlai. O sigilo desta visita, embora certamente não tenha sido convencional, era importante: a sua publicidade teria exigido morosos processos políticos e autorizações externas que teriam alterado seriamente os seus resultados, se sequer a tivessem permitido.

Entre 9 e 11 de julho de 1971, Henry Kissinger visitou Beijing, deparando-se, curiosamente, com uma diplomacia aproximada daquela que era tradicional na China: cerimoniosa e acolhedora, com uma cuidadosa estratégia psicológica. Kissinger recorda que, apesar da brevidade da ocasião, a agenda imposta pelos chineses era folgada, deixando pouco tempo para conversações diplomáticas. Citando-o, “como que para assinalar que depois de sobreviver a mais de duas décadas de isolamento, não estavam agora com particular pressa de concluir um acordo importante”.¹⁴⁸

Nixon tornou pública a visita secreta no dia 15 de julho e revelou a sua intenção de ele próprio visitar com prontidão a capital chinesa, iniciando formalmente uma nova era de relações diplomáticas sino-americanas. Durante a década de 1970, porém, a relação China-EUA desenvolveu-se lentamente, tendo sido apenas no final da década, em 1979 com o presidente Jimmy Carter que os EUA reconheceram formalmente a RPC como Estado soberano e consentiram a política da uma China.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Hsü, Immanuel Chung-yueh, *The Rise of Modern China*, 6th ed. (Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

¹⁴⁸ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed, (Lisboa: Quetzal, 2012): 268.

¹⁴⁹ “U.S. Relations With China.” Council on Foreign Relations, <https://www.cfr.org/timeline/us-relations-china>.

Nesta altura, a China continuava numa fase de desenvolvimento tecnológico muito atrás dos EUA, que a viram durante muitos anos como um país que precisava do seu auxílio no seu processo de modernização.

Contra todas as previsões, a China foi crescendo economicamente durante as décadas que se seguiram, graças em grande parte às políticas de Deng Xiaoping na década de 1980. As relações com os EUA durante esse período e até o final da presidência de Jiang Zemin não se desviaram muito do percurso que tinham levado até aí. A época depois de Jiang sair do poder é bem explicada e analisada por Kissinger em *Da China*¹⁵⁰, correspondendo ao momento em que a China alcançou os EUA em tamanho e importância económica global.

Em 2002-2003, quando Hu Jintao chegou à presidência, com Wen Jiabao como Primeiro-Ministro, a China já tinha alcançado na prática as características de uma grande potência, tinha, sob Jiang, entrado na OMC e, assim, na ordem internacional económica. Era uma China com interesses globais e que não necessitava de tecnologia ou instituições ocidentais, mas que tentava equilibrar o crescimento de que tinha beneficiado com a desigualdade profunda entre os seus cidadãos.¹⁵¹

Para atingir a posição de superpotência, Hu e Wen anunciaram a sua intenção de ascender pacificamente, de modo a contrariar o modelo histórico de criação de superpotências através de guerras e conquistas militares e a contribuir para um “mundo harmonioso”.¹⁵² O interesse nacional era o crescimento continuado e pacífico, sem constrangimentos políticos.

É interessante notar que foi permitida a publicação na China de documentos que contestavam essa visão de “ascensão harmoniosa”, que sugeriam ou defendiam abertamente a necessidade de uma capacidade militar forte capaz de dissuadir possíveis inimigos. Esta não era a narrativa oficial do PCC, porém o facto de não terem sido censuradas estas vozes e de hoje, na década

¹⁵⁰ Kissinger, Henry, *Da China*, 2ªed (Lisboa: Quetzal, 2012).

¹⁵¹ *Ibid.*

¹⁵² *Ibid.*

de 2020, a China ter uma das maiores armadas a nível global leva a questionar se não seria já uma espécie de aviso. No final de contas, a política externa chinesa é pensada a longo prazo.

Durante esta ascensão pacífica, a relação com os EUA tornou-se muito mais cooperativa, e a China apoiou os norte-americanos com informações e apoio diplomático nas guerras do Afeganistão e Iraque no pós-11 de setembro. No entanto, os ataques terroristas de 2001 foram precisamente um ponto de viragem nas relações sino-norte-americanas e na forma como a China começou a ver o Ocidente. Na década de 2000 houve três grandes acontecimentos que determinaram uma visão de “queda do Ocidente” dentro das elites e juventudes académicas chinesas: os ataques do 11 de setembro, as guerras que se lhe seguiram, e a crise económica que devastou a Europa e os EUA.

A crise de 2008 foi talvez a mais importante. Como Kissinger refere, desde a era de Deng que a China olhava para o Ocidente como modelo económico e financeiro a seguir, o que foi estilhaçado pelo colapso dos mercados financeiros ocidentais. Simultaneamente, a economia chinesa florescia, tornando evidente, para a liderança chinesa, a visão de que o Ocidente já não era infalível e a sua queda era inevitável, e assim haveria mudanças drásticas na ordem internacional.¹⁵³ Nesse ano, nos Jogos Olímpicos em Beijing, a China aproveitou o momento para demonstrar na prática o crescimento económico brutal que tinha experimentado e representar o seu ressurgimento na cena internacional, com um espetáculo luxuoso de *soft power*.¹⁵⁴

Perante estas circunstâncias globais, Hu assumiu um momento de oportunidade estratégica para a China: os primeiros vinte anos do milénio deveriam refletir tanto o seu progresso e potencial como as suas vulnerabilidades. A China deveria aproveitar todas as oportunidades que

¹⁵³ *Ibid.*

¹⁵⁴ *Ibid.*

surgissem, refletindo sobre outras que foram perdidas como erros como a revolução cultural.¹⁵⁵

Este momento estratégico chinês deu lugar, com o passar do tempo, a uma competição económica e tecnológica nunca vista entre estes dois países. O OBOR é um instrumento da China nesta corrida, tal como é a estratégia *Made in China 2025*.¹⁵⁶ O *Made in China 2025* é o plano da China a dez anos, publicado em 2015, para desenvolver principalmente o setor de fabrico, com o objetivo de o modificar num setor de alta-tecnologia: veículos de novas energias e, robótica, inteligência artificial, tecnologias de informação de nova geração.¹⁵⁷ É uma iniciativa de transformação de toda a produção feita na China, com o objetivo de a colocar no topo da cadeia tecnológica e da exportação de qualidade, acima da quantidade; ademais, tem a finalidade de eliminar a dependência na tecnologia estrangeira e em cadeias de fornecimento globais.¹⁵⁸ Isto significa uma reversão total da situação pela qual passou durante a Revolução Industrial, passando para o topo na ordem internacional contemporânea.

2.3. As Eleições Norte-Americanas, a NATO e um Momento Estratégico Perdido pela China.

As eleições norte-americanas vieram causar alterações sentidas na Europa, especialmente no que toca ao rejuvenescimento da relação transatlântica, tendo-se verificado um realinhamento entre os dois blocos. Esta aproximação apenas se veio a acentuar com a invasão da Rússia à Ucrânia, que juntamente com a sua aceitação tácita pela China e a reação agressiva que esta tem demonstrado pelos Estados que manifestam boas relações com Taiwan, precipitou os

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ Haralambides, Hercules, e Olaf Merk, “Belt Road Initiative Maritime Trade Flows - International Transport Forum,” *International Transport Forum Discussion Papers*, No. 2020/02 (2020), https://www.itf-oecd.org/sites/default/files/docs/belt-road-initiative-maritime-trade-flows_1.pdf.

¹⁵⁷ McBride, James, e Andrew Chatzky. “Is 'Made in China 2025' a Threat to Global Trade?” Council on Foreign Relations, <https://www.cfr.org/backgrounder/made-china-2025-threat-global-trade>.

¹⁵⁸ *Ibid.*

países da CEE a mobilizar-se em direção à organização securitária.¹⁵⁹ A NATO e os EUA são o maior provedor de segurança na região, pelo que a decisão entre manter o seu posicionamento político num momento crítico para a sua segurança junto de um país que mantém a sua relação, sem fazer julgamento das ações da Rússia e mantendo relações normais com ela, tanto a nível político como económico, tendo em especial consideração que a CEE se encontra na área de influência da Rússia, e alinhar-se com a NATO, não surpreende. Não são todos os países da CEE que tomaram esta decisão, contudo, e a Sérvia e a Hungria, os menos democráticos da região, continuam relações normais com Beijing e mantêm a desconfiança nas instituições ocidentais. Não obstante, argumenta-se que o erro de Beijing terá sido o de ignorar as preocupações da UE de que a CC-CEEC serviria para a dividir e fornecer Beijing com influência na CEE, sem se aperceber da desilusão geral causada pela falta de investimentos ao longo dos anos.¹⁶⁰ Acrescentaria aqui que o erro da China foi também ignorar a apreensão histórica dos países que fizeram parte da URSS ou da sua esfera de influência, que são por esse motivo desfavoráveis à Rússia e sensíveis a decisões políticas que vejam como uma desconsideração às suas sensibilidades políticas, mas principalmente à sua segurança nacional face a um antigo poder opressor. Beijing já se apercebeu deste problema e tentou normalizar as relações com a CEE, realizando uma viagem de visita à Europa em abril de 2022, com o objetivo de aumentar a cooperação China-CEE, passando pela República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Estónia, Letónia e Polónia.¹⁶¹ Todavia, sendo a questão da Rússia considerada essencial, a visita não produziu resultados tangíveis.

¹⁵⁹ ANI News. “Amid Ukraine Crisis, CEE Aligns with EU, Sees China as ‘Russian Ally.’” ThePrint. <https://theprint.in/world/amid-ukraine-crisis-cee-aligns-with-eu-sees-china-as-russian-ally/979532/>.

¹⁶⁰ *Ibid.*

¹⁶¹ Tidey, Alice. “How China's Ukraine Stance May Be Final Straw for Eastern EU Countries.” Euronews, <https://www.euronews.com/my-europe/2022/04/22/how-china-s-ukraine-stance-may-be-final-straw-for-eastern-eu-countries>.

Dentro da CEE e na própria UE e NATO há diferentes percepções da China como ameaça.¹⁶² Os resultados de um inquérito recente da NATO revelaram que a percentagem de participantes que viam a China como ameaça securitária aumentou 11%, para 52%, em apenas um ano, e embora os países da CEE considerem a Rússia a sua prioridade, a maioria esfriou relações com Beijing.¹⁶³ Embora seja um progresso para uma convergência europeia e transatlântica, este continua a ser um tema divisório dentro destas instituições que prejudica ou até impede a sua ação em tempo útil. Para evitar que isso aconteça, há académicos que defendem que os EUA devem aproveitar a oportunidade de afastamento da CEE para estreitar as suas relações com a região, promover a democracia nos seus países e combater as ambições revisionistas chineses, investindo não só no relacionamento diplomático mas também em tecnologias e infraestruturas, encontrando uma alternativa à CC-CEEC e revertendo as aquisições chinesas de infraestruturas estratégicas que poderão vir a prejudicar ações da NATO com um aumento da presença militar chinesa.¹⁶⁴

Esse aumento da presença chinesa no espaço europeu produzido pelo OBOR e a CC-CEEC é um dos incidentes de mudança entre a cimeira de Lisboa de 2010, que originou o anterior Conceito Estratégico, e a cimeira de Madrid de 2022, a partir do qual se produziu o novo Conceito Estratégico da NATO. Pela primeira vez na História, a Rússia não é o único foco do documento e a China, tendo-se revelado uma ameaça aos interesses, valores e à própria segurança da aliança transatlântica, aparece como novo risco securitário que poderá até levar a NATO a ativar o artigo 5º.¹⁶⁵

¹⁶² Karásková, Ivana. “The Other Great Power Threat – China as a New Challenge for NATO’s Eastern Flank.” Merics, <https://merics.org/en/opinion/other-great-power-threat-china-new-challenge-natos-eastern-flank>.

¹⁶³ Brzozowski, Alexandra, Aneta Zachová, Davide Basso, Fernando Heller, Michal Hudec, Sofia Stuart Leeson, e Spiros Sideris. “European NATO Allies Harden China Stance but Cracks Remain.” EURACTIV, https://www.euractiv.com/section/politics/short_news/european-nato-allies-harden-china-stance-but-cracks-remain/.

¹⁶⁴ Speranza, Lauren, e Candace Huntington. “China’s Failures in CEE Open the Door for the U.S.” Center for European Policy Analysis (CEPA), <https://cepa.org/chinas-failures-in-cee-open-the-door-for-the-u-s/>.

¹⁶⁵ “NATO Strategic Concept 2022.” NATO, https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf.

Neste novo Conceito Estratégico, a Rússia continua a ser o adversário examinado em maior detalhe, mas estão também visados outros poderes autoritários que "estão a investir em capacidades convencionais, nucleares e mísseis sofisticadas, com pouca transparência ou consideração por normas e compromissos internacionais"¹⁶⁶, onde se insere a China. Menciona ainda o conceito de “competidores estratégicos” que fazem uso de ferramentas antiéticas e autoritárias como táticas híbridas, a produção e disseminação de desinformação, a instrumentalização da migração, a manipulação da energia e a coação económica. Muitas destas podem ser identificadas nas políticas russas e chinesas, como a instrumentalização da energia como elemento de vantagem russo face ao Ocidente que é seu comprador, para tentar evitar sanções económicas ou ajudas militares à Ucrânia. Por outro lado, a desinformação e a coação económica são já conhecidas da política externa chinesa.

A China tem uma secção dedicada a si, algo inédito em outros Conceitos Estratégicos, o que indica que a NATO está a afastar-se da concepção de uma aliança de proteção contra a Rússia e a transformar-se numa de segurança mais completa dos seus membros. Todavia, já em dezembro de 2019 se tinha discutido numa reunião da Aliança em Londres a importância no seu espaço de atuação, concluindo-se que esta representava oportunidades, principalmente como parceiro económico, e desafios, em circunstâncias incomparáveis com ameaça direta Rússia.¹⁶⁷ Os desafios identificados não se alteraram no Conceito Estratégico, dois anos depois do documento produto da reunião, “NATO 2030 — Unidos para uma Nova Era” (novembro de 2020). Já à época as preocupações eram as cadeias de fornecimento, o 5G e as tecnologias e ciberespaço e a desinformação. O que este documento menciona que não foi incluído mais tarde no Conceito é a CC-CEEC e o OBOR e a sua capacidade de transformar poder económico

¹⁶⁶ “NATO 2022: Strategic Concept,” NATO, https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf.

¹⁶⁷ “NATO 2030: United for a New Era.” NATO, https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2020/12/pdf/201201-Reflection-Group-Final-Report-Uni.pdf.

em vantagem política e, mais tarde, em poderio militar¹⁶⁸ a nível global, através dos ativos estratégicos captados através de investimentos (como o Porto de Pireu), mas recomenda permitir o relacionamento bilateral dos aliados com a China no âmbito do formato, de modo a não prejudicar a coesão da NATO.¹⁶⁹

A China, reitera o Conceito Estratégico¹⁷⁰, tem ambições e políticas que contestam os interesses, segurança e valores fundamentais da NATO, mantendo a sua estratégia e propósitos opacos e agindo em áreas consideradas pela Aliança como fundamentais para a sua paz e desenvolvimento, das quais se destaca o espaço marítimo, dentro do qual o Conceito propõe defender todas as linhas de comunicação e rotas comerciais.¹⁷¹ Aliás, 93% dos portos mundiais, no mínimo, são já aquisição (pelo menos parcial) ou operados por empresas chinesas. Os portos podem ser utilizados para fins não militares, que constituem uma ameaça à Aliança, por exemplo através da recolha de informações e da manipulação de fluxos comerciais.¹⁷² Como resposta à ameaça chinesa, o Conceito propõe uma série de medidas que vão de acordo, como seria de esperar, à estratégia que tem sido utilizada pelos EUA, incluindo: aperfeiçoar o espaço tecnológico e de inovação no espaço Euro-Atlântico, adaptar a Estrutura de Comando da NATO à era da informação e aprimorar a infraestrutura de ciberdefesa; repensar e fortalecer a abordagem a ameaças militares e não militares e outros obstáculos à sua segurança, incluindo as cadeias de fornecimento; apoiar as aspirações Euro-Atlânticas dos Balcãs Ocidentais e Mar Negro, que são regiões de importância geoestratégica importante, robustecendo a sua resiliência contra influências e coação externas.¹⁷³

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ “NATO 2022: Strategic Concept.” NATO, https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf.

¹⁷¹ *Ibid.*

¹⁷² Lew, Jacob J., Gary Roughead, Jennifer Hillman, e David Sacks. “China’s Belt and Road: Implications for the United States.” Council on Foreign Relations, https://www.cfr.org/report/chinas-belt-and-road-implications-for-the-united-states/download/pdf/2021-04/TFR%20%2379_China%27s%20Belt%20and%20Road_Implications%20for%20the%20United%20States_FINAL.pdf.

¹⁷³ “NATO 2022: Strategic Concept.” NATO,

Capítulo 3. A União Europeia e a China perante a CC-CEEC

Neste momento, a China atravessa um período de fechamento político sem fim à vista, o que por um lado justifica as exigências de reciprocidade da UE, e por outro prejudica o seu suposto apoio à globalização. Este isolamento é agravado pela deterioração das suas relações com a UE, que tem vindo a crescer devido a vários fatores: as sanções e contra sanções económicas, a coação económica e medidas comerciais que a China tem vindo a tomar contra o mercado único europeu e a sua resposta à crise que a Europa enfrenta referente à Guerra na Ucrânia.¹⁷⁴ Ademais, o mito da conversão democrática chinesa da década de 2000 não se concretizou, a China não se transformou num mercado livre e aberto, e o novo governo removeu o limite de dois mandatos presidenciais da sua constituição, permitindo a Xi Jinping permanecer líder do Partido até ao fim da sua vida.¹⁷⁵

O principal ponto do que se tem chamado o “pensamento de Xi Jinping” é sem dúvida o “sonho chinês”, em certa medida comparável ao sonho americano, mas de um ponto de vista de um rejuvenescimento da China. Esta narrativa é repetida vezes sem conta e a sua realização é utilizada como sugestão para a utilização do poderio financeiro e económico, ao revés das convergências com os valores ocidentais¹⁷⁶, como teria feito Deng, por exemplo. Os europeus ocidentais veem uma economia vibrante na China, veem também esse sonho chinês e esta

https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf.

¹⁷⁴ “EU China Relations.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-China_Factsheet_01Apr2022.pdf

¹⁷⁵ McDonell, Stephen. “China's Xi Allowed to Remain 'President for Life' as Term Limits Removed.” BBC News, <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-43361276>.

¹⁷⁶ Godement, François, e Abigaël Vasselier, “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” *European Council on Foreign Relations* (2017).

influência sugestiva é utilizada para criar e nutrir as relações com estes Estados Europeus.¹⁷⁷ Quanto aos Estados da CEE, o passado recente comunista ainda pesa na opinião pública, que não vê as relações próximas com a China de forma positiva, pelo que a sua estratégia de *soft power* na região destaca mais a promessa de emprego e investimento. Estes Estados, concluiu a auditoria *China at the Gates*¹⁷⁸, preferem investimentos *greenfield* — uma forma de investimento estrangeiro direto em que uma empresa mãe constrói uma subsidiária noutra país, sendo ela responsável por todo este processo¹⁷⁹ — e empréstimos, de modo a poder suprimir a falta de subsídios da UE. Os Estados da Europa do Sul, que também receberam um grande volume de investimento chinês, têm no geral interesse em aumentar as suas opções de relações económicas. Já os Estados da Europa do Norte, parece estarem mais focados em relações mais bilaterais nomeadamente incluindo políticas focadas no acesso ao mercado chinês.

Os autores da auditoria¹⁸⁰ identificam três áreas nas relações com a China:

1. Tópicos impossíveis: estes são aqueles em que a cooperação não é possível neste momento ou num futuro próximo, como os Direitos Humanos e o Direito Internacional (a China impõe o seu Direito acima das leis internacionais, quando lhe é conveniente), porque os interesses estratégicos de ambos não coincidem de todo;
2. Tópicos difíceis: são aqueles sobre os quais existem alguns interesses comuns, como por exemplo as alterações climáticas, e torna-se possível alguma cooperação securitária dentro dos quadros da ONU;
3. Tópicos negociáveis: a China tem interesse em encontrar convergência nestes assuntos, por isso é fácil a cooperação.

¹⁷⁷ *Ibid.*

¹⁷⁸ *Ibid.*

¹⁷⁹ Chen, James. “Green-Field Investment.” Investopedia, <https://www.investopedia.com/terms/g/greenfield.asp>.

¹⁸⁰ Godement, François, e Abigaël Vasselier, “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” *European Council on Foreign Relations* (2017).

Há algumas áreas que, graças a desenvolvimentos políticos internacionais, têm causado alguma controvérsia, como o comércio e o investimento. Envolvidos com questões mais políticas, estes podem tornar-se tópicos de difícil negociação e levar retaliações.¹⁸¹

A CC-CEEC pode facilmente inserir-se nessa categoria, sendo um grupo sub-regional externo e paralelo à UE, que trata em princípio de áreas de interesse mútuo entre alguns Estados Membros da UE e a China — investimento, infraestrutura, comércio, cultura —, podemos argumentar que as fricções políticas com a União pela parcelização das negociações, pela falta de transparência e todas as outras suspeitas já discutidas transformaram um tópico negociável, se tivesse sido realizado abertamente e em conjunto com a União, num tópico difícil.

É de notar que não obstante os desenvolvimentos recentes na política internacional que têm vindo a aumentar as tensões entre a UE e a China, em particular a relutância da segunda em penalizar a Rússia pela agressão à Ucrânia, a UE considera que esta categorização dos tópicos de negociação continua válida. Embora os constrangimentos políticos tenham vindo a aumentar a desconfiança pelo gigante asiático e despertar a ideia de maior autonomia europeia, a nível político e económico, a China mantém-se um parceiro económico que a UE não pode desconsiderar: em 2021, foram os maiores parceiros comerciais em bens, com um saldo de €1.9MM por dia (em contraste, esse valor é apenas de €300M entre a China e a Rússia¹⁸²), e nesse ano a UE exportou €223MM e importou €472MM em bens e serviços da China.¹⁸³

Já a China parece ver a relação com a UE com base em dois ângulos: por um lado quer uma parceria compreensiva económica, financeira e comercial; mas por outro exclui da relação áreas económicas relevantes e tem um interesse especial na não interferência pela UE no que interpreta como os seus assuntos domésticos, o que inclui Direitos Humanos e questões

¹⁸¹ *Ibid.*

¹⁸² Borrell, Joseph. “On China's Choices and Responsibilities.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/eeas/china%E2%80%99s-choices-and-responsibilities_en.

¹⁸³ “EU China Relations.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-China_Factsheet_01Apr2022.pdf

securitárias. Alguns analistas vão mais longe e concluem que Xi Jinping divide as relações UE—China em três visões da UE¹⁸⁴:

1. Como pilar indispensável numa ordem mundial multipolar pós-hegemonia norte-americana, que a China espera que mantenha a neutralidade face aos EUA sem que por isso se isole na ordem global;¹⁸⁵
2. Como parceiro comercial, económico e financeiro “instrumental e multidimensional”, visto que a economia chinesa depende dos investimentos e exportações e por isso de capital estrangeiro (e com a relação conturbada que tem com os EUA, a UE eleva-se como parceiro cada vez mais importante);
3. Como contrapeso político aos EUA, particularmente os Estados Membros — em especial os que têm relações históricas com a China — através de relações bilaterais.

A China esperava e provavelmente desejava que a UE se afastasse dos EUA e da aliança transatlântica, contudo o contrário revelou-se verdade e a UE mostrou uma unidade inesperada face à invasão russa da Ucrânia, e após a cimeira entre a UE e a China de 1 de abril de 2022, a UE reforçou a cisão ideológica¹⁸⁶ entre os dois blocos e, nesse sentido, declarou publicamente a importância da força, unidade e diplomacia europeias para influenciar as escolhas chinesas.¹⁸⁷

A quase passividade da China em relação a esta agressão em território europeu causou desconfiança por parte dos Estados Membros da UE, instalando-se a dúvida de se a China viria

¹⁸⁴ Wong, Brian, e Wang Yingliang. “China’s Vision for Relations With Europe Is Slipping Out of Reach”, *The Diplomat* (2022). <https://thediplomat.com/2022/04/chinas-vision-for-relations-with-europe-is-slipping-out-of-reach/>.

¹⁸⁵ Esta ordem internacional será uma visionada pela China, em que os EUA serão depostos do seu lugar de hegemonia e a China será um dos polos fundamentais à sua existência. A UE, de acordo com o interesse chinês, deverá ser outro polo que servirá para contrabalançar o poder dos EUA contra o chinês, e deverá ser neutra nas suas relações com os primeiros, “sem que por isso se isole”, isto é, sem por isso deixar de se relacionar tanto com os EUA como com a China, servindo até de ponte entre os dois.

¹⁸⁶ Borrell, Joseph. “On China’s Choices and Responsibilities.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/eeas/china%E2%80%99s-choices-and-responsibilities_en.

¹⁸⁷ *Ibid.*

a assumir uma postura ativa de rejeição e de auxílio se a Rússia decidisse continuar a investidora militar para outros Estados europeus.¹⁸⁸

O OBOR e a CC-CEEC em particular não são, pela sua natureza, indiferentes à UE, tendo em conta que vários dos membros destes dois projetos são Estados Membros da UE. A União tem duas grandes preocupações, ambas relacionadas com a sua percepção do que esta iniciativa representa para a política externa da China: uma estratégia de “dividir e conquistar” a Europa, através de influência política adquirida por meio dos empréstimos concedidos aos Estados da CC-CEEC e a outros no quadro da Nova Rota da Seda. Primeiro, está preocupada com a sua coesão interna; depois, com a criação de um contexto de favorecimento da China em Bruxelas, receio apoiado pelo modo de agir de alguns Estados Membros em algumas ocasiões que serão discutidas mais tarde.

3.1. A Influência da China na UE: O Problema do *Lobby* Chinês.

Deve referir-se em primeiro lugar que há analistas que desvalorizam o argumento da influência chinesa. Argumentam que embora a cooperação com a China tenha trazido bastantes benefícios — um aumento significativo do comércio entre os países da região e a China, investimento em infraestruturas, trocas culturais, etc. —, estes não são suficientes para se poder concluir que ela tenha conseguido alcançar uma influência suficiente para realizar os seus objetivos políticos através desses Estados.¹⁸⁹ Essa insuficiência pode ser medida por meio da insatisfação dos países da CC-CEEC, cujas expectativas para esta cooperação não foram atingidas. Os investimentos têm sido menores do que o esperado e têm sofrido diversos imprevistos¹⁹⁰, muitos deles relacionados com o modo de funcionamento da UE, que a China pode não ter tido

¹⁸⁸ Wong, Brian, e Wang Yingliang. “China’s Vision for Relations With Europe Is Slipping Out of Reach.” *The Diplomat*, <https://thediplomat.com/2022/04/chinas-vision-for-relations-with-europe-is-slipping-out-of-reach/>.

¹⁸⁹ Sali, Evangjelia, “16+1 Initiative in China-EU Relations: ‘Golden Opportunity’ or ‘Divide and Rule’”, *16+1 Cooperation and China-EU Relationship* (2018).

¹⁹⁰ *Ibid.*

em conta ao criar o fórum: as regras europeias de concursos públicos, que já causaram atrasos na ferrovia Budapeste-Belgrado, de segurança e de saúde, os direitos laborais europeus e, talvez o maior impedimento, a dicotomia entre Direito da UE e Direito nacional dos Estados Membros e o princípio do primado do Direito Europeu.¹⁹¹ Para além do mais, analistas, como Pavlicevic¹⁹², defendem que a China não necessita da CC-CEEC como “porta de entrada” ou “cavalo de Tróia” para aceder à Europa, visto que os seus investimentos e o balanço comercial na Europa Ocidental são vastamente superiores àqueles conseguidos com o formato no Leste do continente. Deste modo, de acordo com a lógica de que a China arrecada influência através dos investimentos e dívida externa dos seus parceiros, o acesso à UE teria sido já efetuado através dos Estados ocidentais, mais próximos do núcleo ou centro de Bruxelas.

Outra preocupação comum é o futuro dos empréstimos e investimentos chineses na CEE se estes Estados, como Montenegro, forem incapazes de pagar as suas dívidas. Os contratos são pouco transparentes, pelo que as suas cláusulas não são do conhecimento geral público, mas sabe-se que, à semelhança de outros contratos idênticos no âmbito do OBOR, certos ativos ficaram sob o controlo da China quando os Estados falharam os pagamentos, nomeadamente portos com interesse estratégico para a China. Outra preocupação é que, mesmo sendo capazes de pagar, a influência diplomática e política que um gigante geopolítico como a China pode ter em Estados da periferia europeia, insatisfeitos com a UE, neste momento com problemas de populismo e movimentos autoritários e que sentem que não têm poder dentro da União. Como irei aprofundar, uma preocupação da UE é a utilização da relação com a China por esses Estados Membros como “arma de arremesso” para atingirem os seus objetivos políticos e

¹⁹¹ O princípio do primado da UE dita que no caso de normas da UE e normas nacionais (incluindo normas constitucionais) entrarem em conflito, o Direito que deve ser aplicado é o Direito da UE. Este princípio existe para que os Estados Membros não invoquem o conflito de normas para entrarem em incumprimento do Direito da União.

¹⁹² Sali, Evangjelia, “16+1 Initiative in China-EU Relations: ‘Golden Opportunity’ or ‘Divide and Rule’”, *16+1 Cooperation and China-EU Relationship* (2018).

financeiros ou o dano propositado de esforços da UE para alertar ou sancionar a China por determinadas atitudes negativas relevantes no Direito Internacional.

Outra prova para determinados investigadores é a inclusão de Estados não Membros da UE, que aumentou a sua influência contra esta: não foi uma escolha acidental¹⁹³, visto que estes não estão vinculados às suas legislações. Por outro lado, estes Estados saem prejudicados no seu processo de adesão (à exceção da Bósnia e Herzegovina, que não tem ainda o estatuto de candidata). Ademais, a China foi capaz de levar à Cimeira de Riga o Primeiro-Ministro da Bielorrússia, em 2016, sem a consulta a consulta prévia dos restantes Estados participantes¹⁹⁴ — interessante também a escolha do Estado: a Bielorrússia, Estado autoritário, aliado próximo da Rússia e afastado politicamente da UE.

Finalmente, o *soft power* ou influência da China no contexto da CC-CEEC não se limita aos empréstimos e à capacidade de controlo que poderá alcançar com eles. As trocas culturais são outro modo de influência que tem sido disputado. Por um lado, na educação: o crescente número de institutos Confúcio, à partida inócuos, de ensino da língua oficial chinesa e conteúdo cultural. Contudo, estes institutos são inseridos em universidades, embora sejam instituições independentes (algo que não acontece com outros institutos semelhantes), o seu conteúdo é pré-aprovado em Beijing pelo PCC e oferecem lucro às universidades onde estão inseridos, ganhando algum poder de interferência nestas instituições académicas, especialmente quando se trata de assuntos relacionados com a China¹⁹⁵. Por outro lado, nos meios de comunicação: a China tem comprado tempo de antena em estações de rádio e clubes de futebol na Europa e o número de acordos entre meios de comunicação chineses e europeus não tem parado de crescer, para fornecer conteúdo noticioso aos segundos através de suplementos. Por exemplo, o *China Watch* do *China Daily* está presente em jornais de todo o mundo. Na Europa Ocidental, jornais

¹⁹³ Godement, François, e Abigaël Vasselier, “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” *European Council on Foreign Relations* (2017).

¹⁹⁴ *Ibid.*

¹⁹⁵ *Ibid.*

como o *Le Soir*, *Se Standaard*, *Zemias*, *Le Figaro*, *Handelsblatt*, *El País* e *The Daily Telegraph* incluem segmentos pagos através deste tipo de acordos.¹⁹⁶

O outro lado da moeda é claro: meios de comunicação como o *Le Monde* ou o *Deutsche Welle* não estão disponíveis na China, devido a políticas apertadas de censura.

3.2. Dividir e Conquistar: O Perigo de Divisão Interna.

A segunda inquietação de Bruxelas é a possibilidade de a China ter uma estratégia para dividir a Europa, impedindo a concepção de uma estratégia unificada da UE para a sua relação com a China. É importante fazer um reparo quanto ao momento da criação da CC-CEEC: 2012, no rescaldo da crise global financeira de 2008, quando a UE se estava a recompor dos problemas sócio-económicos que esta havia causado nos Estados Membros, mas também da fragmentação que ela própria havia sofrido, em particular ao deparar-se com a possibilidade da saída da Grécia da zona Euro¹⁹⁷, mas também devido à desconfiança e animosidade dos Estados Membros face a Bruxelas, resultado das medidas de austeridade que se foram implementando. O facto de a China ter abordado onze Estados Membros e cinco potenciais Membros (três dos quais eram oficialmente candidatos à época¹⁹⁸) — e Estados que, pelo seu contexto histórico e político, estavam mais afastados do “centro” Europeu, do Ocidente — num período de tal vulnerabilidade criou na União uma percepção de que tal foi feito com um propósito: aprofundar a fragmentação já existente, dividir a Europa. A desconfiança não diminuiu quando as negociações começaram a ser principalmente bilaterais, sendo as cimeiras palco para as reuniões bilaterais entre oficiais chineses e líderes dos países participantes. Por outro lado,

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ Sali, Evangjelia, “16+1 Initiative in China-EU Relations: ‘Golden Opportunity’ or ‘Divide and Rule’”, *16+1 Cooperation and China-EU Relationship* (2018).

¹⁹⁸ “Candidate Countries and Potential Candidates.” Comissão Europeia, <https://ec.europa.eu/environment/enlarg/candidates.htm>.

passou ainda a ideia de que a China age na Europa sem um conceito de fronteiras da UE¹⁹⁹ e de que muita da sua confiança nas suas táticas de dividir e conquistar reside na convicção de que as regras europeias podem ser contornadas.²⁰⁰

Dez anos depois, estas preocupações mantêm-se. O formato alargou-se à Grécia, outro país que se foi afastando de Bruxelas, e a China tornou-se credora de dívidas soberanas avultadas na região, principalmente através dos empréstimos característicos do formato. O receio é que a China utilize a sua influência — que terá arrecadado, segundo esta perspectiva, através dessas dívidas e aprofundamento das relações bilaterais com os participantes — para manter uma posição favorável a si no seio da UE, que a impeça de conceber uma estratégia unificada e coesa que possa prejudicar os seus interesses na região. Esta visão tem paralelos (e em alguns casos origem) às críticas que exaltam o OBOR como uma estratégia chinesa de remodelar a ordem internacional que sirva os seus interesses nacionais.

A divisão a que se referem pode significar várias coisas: tomadas de posição que favoreçam a China, ou inversamente, a ausência de tomadas de posição que a desfavoreçam, o que enfraquece a posição política internacional da UE e cria desentendimentos entre os seus Membros; disputas em relação a normas europeias de concorrência e mercado único, designadamente no que toca aos concursos públicos, podem resultar num desrespeito crescente pelo Direito da UE e, de qualquer forma, desvalorizam-no²⁰¹; e pode significar uma desconfiança crescente entre os Membros, com os participantes na CC-CEEC de certa forma

¹⁹⁹ Budeanu, Andreea Ioana, “16+1 in China-EU Relations: A vehicle for a sustainable connectivity platform”, *16+1 Cooperation and China-EU Relationship* (2018).

²⁰⁰ Godement, François, e Abigaël Vasselier, “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” *European Council on Foreign Relations* (2017).

²⁰¹ Veja-se o exemplo recente da Polónia, que repudiou normas europeias numa decisão do seu Tribunal Constitucional, em outubro de 2021, por decidir serem incompatíveis com a constituição polaca, violando o princípio do primado do Direito da UE. Uns meses antes, em junho, também a Hungria passou uma lei que discrimina seriamente a comunidade LGBTI+ e que a UE (e vários Estados Membros a título individual) contestou por ser também ela contrária a várias normas e princípios europeus. A desconsideração sistemática de normas e regulações europeias poderá ter levado a uma maior confiança por parte de alguns Estados para as desprezarem mais abertamente hoje. Os Estados que o têm feito são também aqueles que mais abertamente se opõem à UE e onde têm crescido mais os movimentos populistas e antidemocráticos.

hostilizados pelos restantes pelas suas relações próximas com a China, da qual mantêm suspeitas, e por outro lado competindo entre si pelos investimentos concedidos, diminuindo os padrões europeus da UE em relação a projetos de construção de infraestrutura.²⁰²

Nos primeiros anos da cooperação, entre 2010 e 2013, a China tentou evitar a presença da UE, o que alguns comentadores leem como um subtexto claro de competição com a União e os seus projetos de financiamento.²⁰³ A CC-CEEC é uma alternativa clara a estes projetos ainda que, segundo estes analistas, nociva, que deixa a UE vulnerável a encontros fora do seu alcance que a possam prejudicar. Traz ainda à superfície insatisfações de alguns Estados Membros com a UE, seja a propósito das desigualdades entre o Ocidente e o Leste da Europa, ou da percepção de tratamentos diferentes para Estados diferentes.²⁰⁴ Todos estes sentimentos trazem divisões internas difíceis de superar e às quais a UE se deve manter atenta.

A corrupção é outro dos dilemas apontados à CC-CEEC e já chegou a prejudicar processos de adesão à UE. Ela pode materializar-se em diversas formas para além da desconsideração de regras de concursos públicos, embora esta seja a mais comum. Pode também ocorrer através da desconsideração de regras ou regulações de sustentabilidade ou ambiente. Um exemplo desse prejuízo foi a corrupção na Macedónia do Norte empregue por empresas chinesas para ignorar regras europeias de concursos públicos para a construção de duas vias rápidas. Mas em termos de corrupção em geral, há vários casos que se podem discutir, como o da autoestrada entre Budapeste e Belgrado e as alegações da ligação entre as taxas de juro altas pagas pela Sérvia e a corrupção nos quadros políticos mais altos do país ou as críticas à Hungria por não ter publicado os termos da sua parte do contrato.²⁰⁵

²⁰² Sali, Evangjelia, “16+1 Initiative in China-EU Relations: ‘Golden Opportunity’ or ‘Divide and Rule’”, *16+1 Cooperation and China-EU Relationship* (2018).

²⁰³ Godement, François, e Abigaël Vasselier, “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” *European Council on Foreign Relations* (2017).

²⁰⁴ *Ibid.*

²⁰⁵ *Ibid.*

3.3. Os Documentos Europeus que Definem a Relação UE-China.

Os documentos oficiais mais pertinentes para o tema são a Perspectiva Estratégica UE-China²⁰⁶, a Agenda Estratégica para a Cooperação UE-China 2020²⁰⁷ e o Acordo Compreensivo sobre o Investimento (CAI). Nesta secção, passarei a resumir e analisar os três.

a. A Perspectiva Estratégica UE-China

A Perspectiva Estratégica (à qual me referirei como “*Outlook*”) foi publicada em 12 de março de 2019 e determina a visão estratégica europeia quanto à sua relação com a China nas suas diversas facetas. Neste documento, a União compromete-se a uma estratégia compreensiva, que considera a dimensão das suas relações comerciais com a China. Porém, o crescimento político-económico chinês tem causado alterações importantes no equilíbrio de vantagens desta relação, e o *Outlook* chega a admitir que esse crescimento é um reflexo “das suas ambições para se tornar num líder global”.²⁰⁸

Este crescimento económico e influência política “sem precedentes”²⁰⁹ é uma razão pela qual a UE já não é da opinião de que a China deva ser vista ou tratada como um País em Desenvolvimento, mas como um ator global da maior importância, líder no setor tecnológico e com presença crescente em todo o mundo — incluindo através do OBOR, uma iniciativa que se pode argumentar que não poderia ser levada a cabo sem meios financeiros, tecnológicos, políticos, humanos e culturais fosse a China um País em Desenvolvimento. Como tal, a União afirma que a China deve ter mais responsabilidades na ordem internacional de acordo com a

²⁰⁶ “Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho: UE-China — Uma perspetiva estratégica.” Comissão Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>.

²⁰⁷ “EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation”, *EEAS* (2013).

²⁰⁸ “Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho: UE-China — Uma perspetiva estratégica.” Comissão Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>.

²⁰⁹ *Ibid.*

influência real que detém e que as suas ambições e afirmações de reforma devem transformar-se em ações fungíveis.²¹⁰

Como referido, a relação da UE com a China é complexa. Por um lado, a UE é o maior parceiro comercial da China (e esta, o segundo maior da UE)²¹¹, por outro, em questões como Direitos Humanos, a UE tem sempre vindo a tentar²¹² ser crítica dos abusos de que a China se vê acusada.²¹³

Para tentar solucionar esta questão, o novo *Outlook* divide a relação em quatro categorias, um pouco à semelhança das três áreas de negociação entre a UE e a China encontradas na auditoria, em que vê a China como²¹⁴:

1. Parceiro de cooperação — no alinhamento dos seus objetivos;
2. Parceiro de negociação — no alinhamento dos seus interesses;
3. Adversário económico — na liderança tecnológica;
4. Rival sistémico — devido aos seus modos de governança alternativos.

Esta categorização requer uma abordagem compreensiva com diferentes abordagens dependendo dos assuntos e políticas em questão, de maneira a maximizar benefícios. Para tal, a UE apresenta três objetivos para a sua resposta²¹⁵:

1. Aprofundar o seu envolvimento com a China na promoção de interesses globais comuns;
2. Procurar uma maior reciprocidade e equilíbrio para a sua relação económica com a China;

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ *Ibid.*

²¹² “Tenta” é um termo crítico neste contexto, precisamente devido à CC-CEEC que tem tido um sucesso moderado a frustrar iniciativas europeias de criticar abusos da China.

²¹³ Bermingham, Finbarr. “European Parliament Passes Landslide Vote on China’s Alleged Rights Abuses in Xinjiang.” *South China Morning Post*, <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3181076/chinas-rights-abuses-xinjiang-hold-serious-risk-genocide-says>.

²¹⁴ “Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho: UE-China — Uma perspetiva estratégica.” Comissão Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>.

²¹⁵ *Ibid.*

3. Adaptar-se às realidades económicas em mudança, para prosperar social e politicamente, fortalecendo as suas políticas internas e base industrial.

Para que estes objetivos sejam alcançados entre a UE como um todo e a China, é necessário que a primeira tenha uma base interna coesa e unida. Neste contexto, o *Outlook* menciona especificamente a CC-CEEC, ainda sem a Grécia: “Nem a UE nem nenhum dos seus Estados Membros conseguem efetivamente alcançar os seus objetivos com a China sem total unidade. Ao cooperar com a China, todos os Estados Membros, individualmente e dentro de quadros de cooperação sub-regionais, tais como o formato 16+1, têm a responsabilidade de assegurar a consistência com o Direito, regras e políticas da UE”.²¹⁶

O *Outlook* preparou um plano com dez alterações concretas, de acordo com as várias facetas da relação UE-China.²¹⁷

<p>Cooperação para apoiar o multilateralismo e lutar contra as alterações climáticas:</p> <p>O entendimento da China de multilateralismo difere em grande medida da ordem internacional assente em regras, evitando as responsabilidades acrescidas que acompanham o seu crescimento político e seletivamente escolhendo as normas que cumpre.</p>	<p>“Ação 1: A UE irá fortalecer a cooperação com a China para cumprir responsabilidades comuns através dos três pilares das Nações Unidas — Direitos Humanos, Paz e Segurança, e Desenvolvimento”.²¹⁸</p> <p>“Ação 2: A fim de lutar contra as alterações climáticas de forma mais eficaz, a UE convoca a China para culminar as suas</p>
---	--

²¹⁶ *Ibid.*

²¹⁷ Toda a seguinte tabela é um sumário de informação apresentada no *Outlook*, razão pela qual algumas das expressões utilizadas são tão semelhantes. A minha intenção aqui foi simplesmente expor a informação do documento da forma mais clara e não analisá-la.

²¹⁸ “Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho: UE-China — Uma perspetiva estratégica.” Comissão Europeia, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>.

<p>A China tem a responsabilidade de apoiar os pilares da ONU: Direitos Humanos, paz e segurança e desenvolvimento (SDGs) — o que seria também um benefício para a relação bilateral entre os dois países.</p> <p>A China é o maior investidor em renováveis, mas o maior emissor de carbono, o que acaba por enfraquecer seriamente o impacto positivo do primeiro.</p>	<p>emissões antes de 2030, de acordo com os objetivos do Acordo de Paris”.²¹⁹</p>
<p>Compromisso para com a paz, segurança e desenvolvimento económico sustentáveis internacionais:</p> <p>Enquanto é um parceiro estratégico da UE, existem diferenças na aplicação e respeito pela lei internacional. Porém, a China tem a responsabilidade de abordar os desafios de segurança regionais e a cooperação é importante para reforçar a confiança política. Os exercícios militares (por exemplo no Mar do Sul da China) e operações de informação são ameaças híbridas que devem ser abordadas na relação.</p>	<p>“Ação 3: A UE irá aprofundar o envolvimento com a China na paz e segurança, construindo sobre a cooperação positiva no Plano Conjunto Compreensivo Conjunto para o Irão”.²²⁰</p> <p>“Ação 4: Preservar o seu interesse na estabilidade, desenvolvimento económico sustentável e boa governança em países parceiros, a UE irá aplicar os acordos bilaterais e instrumentos financeiros existentes de forma mais robusta, e trabalhar com a China para seguir os mesmos princípios através da implementação da</p>

²¹⁹ *Ibid.*

²²⁰ *Ibid.*, 4.

<p>Os investimentos chineses contribuem para o crescimento das economias, mas frequentemente negligenciam a sustentabilidade socioeconómica e financeira que pode resultar em dívidas e transferências de ativos. Ademais, a UE não está em pé de igualdade com estes.</p> <p>Na vizinhança da UE, nomeadamente nos Balcãs Ocidentais, a UE deve perseguir políticas que fortaleçam os seus parceiros e assegurem a aderência aos valores, normas e padrões europeus, nomeadamente aos relacionados ao OBOR.</p> <p>Finalmente, a Estratégia da UE para Conectar a Europa e a Ásia é um quadro para o relacionamento comercial com parceiros, incluindo a China, num pressuposto de igualdade de termos, transparência, sustentabilidade social e ambiental e comunicação financeira e de conectividade.</p>	<p>Estratégia da UE para Conectar a Europa e a Ásia”.²²¹</p>
--	---

²²¹ *Ibid.*, 5.

<p>Alcançar uma relação de comércio e investimento mais recíproca e equilibrada:</p> <p>A China é simultaneamente um mercado estratégico com oportunidades e um adversário estratégico da UE, embora não seja recíproca no acesso ao mercado.</p> <p>Iniciativas como o “<i>Made in China 2025</i>” têm a intenção de impulsionar as empresas domésticas para se tornarem líderes globais em setores de alta tecnologia.</p> <p>Um dos setores mais notáveis em relação à reciprocidade no acesso ao mercado é o da tecnologia financeira, o qual a China tem expandido na Europa mas evitado que o mesmo se passasse no seu território.</p> <p>A questão da reciprocidade também chega ao <i>procurement</i>, cujo mercado da UE é aberto e o maior a nível mundial. Por seu lado, a China mantém as suas tendências protecionistas e dificulta o acesso aos seus mercados nesta área, particularmente em setores mais competitivos.</p>	<p>“Ação 5: De forma a alcançar uma relação económica mais equilibrada e recíproca, a UE convoca a China a concretizar os compromissos conjuntos UE-China existentes. Isto inclui reformar a Organização Mundial do Comércio, em particular nos subsídios e transferências tecnológicas forçadas, e concluir acordos bilaterais sobre investimento até 2020, sobre indicações geográficas rapidamente e sobre aviação com segurança nas próximas semanas”.²²²</p> <p>“Ação 6: Promover a reciprocidade e abrir oportunidades de <i>procurement</i> na China, o Parlamento Europeu e o Conselho devem adotar o Instrumento Internacional de <i>Procurement</i> antes do final de 2019”.²²³</p>
--	---

²²² *Ibid.*, 7.

²²³ *Ibid.*, 7.

<p>Esta questão deve ser resolvida em mecanismos multilaterais como a OMC, o CAI e outros acordos.</p>	
<p>Fortalecer a competitividade da União e assegurar um campo de atuação equilibrado:</p> <p>A UE vai continuar a aplicar medidas para fortalecer o mercado único e atrair investimentos estratégicos.</p> <p>A criação de um mercado único de <i>procurement</i> público é crucial para o mercado da internet, com oportunidades para empresas por toda a UE.</p> <p>Também uma abordagem mais estratégica no enquadramento do <i>procurement</i> público levaria a uma maior transparência, sustentabilidade, padrões de qualidade e segurança e responsabilidade social em concursos públicos.</p> <p>A UE vai ainda publicar guias para um enquadramento da participação de licitantes e bens estrangeiros no mercado europeu. Vai</p>	<p>“Ação 7: Para assegurar não apenas que o preço mas também os altos níveis de padrões de trabalho e sustentabilidade são levados em consideração, a Comissão irá publicar um guia em meados de 2019 sobre a participação de licitantes e bens estrangeiros no mercado de <i>procurement</i> da UE. A Comissão, juntamente com os Estados Membros, irá conduzir uma visão geral da implementação do enquadramento atual para identificar deficiências até ao fim de 2019”.²²⁴</p> <p>“Ação 8: Para abordar plenamente os efeitos distorcivos da propriedade dos Estados estrangeiros e do financiamento estrangeiro no mercado interno, a Comissão irá identificar até ao final de 2019 como preencher as lacunas existentes no Direito da UE”.²²⁵</p>

²²⁴ *Ibid.*, 8.

²²⁵ *Ibid.*, 8.

<p>também, para evitar os efeitos deformadores da propriedade estrangeira e financiamento estrangeiro estatal de empresas europeias, identificar medidas e políticas a aplicar. No contexto industrial, deve promover a cooperação transfronteiriça de valores chave para a concorrência e autonomia estratégica da UE (como a Inteligência Artificial, onde a UE quer ser líder na criação de tecnologia ética, segura e de topo — centrada nas pessoas).</p> <p>Finalmente, a UE tem planos para criar alternativas sustentáveis para as baterias e otimizar o seu programa Horizon Europe, aberto a países terceiros e Organizações Internacionais para se manter na frente da investigação e inovação.</p>	
<p>Fortalecer a segurança de infraestrutura crítica e da base tecnológica:</p> <p>O investimento e oferta de produtos de equipamentos críticos em infraestrutura estratégica e tecnológica podem ser riscos de segurança para a UE, mas é impossível</p>	<p>“Ação 9: Para salvaguardar contra potenciais implicações sérias de segurança para a estrutura crítica digital, é necessária uma abordagem comum da UE para a segurança das redes 5G. Para impulsionar isto, a Comissão Europeia irá emitir uma</p>

<p>ignorar que o 5G vai ser o futuro tecnológico que assegurará o funcionamento da sociedade e economia. A UE tem de cooperar para abordar riscos de segurança interna, tendo em conta a informação sensível e os sistemas que passam pelos sistemas tecnológicos em questão e que os ciberataques são cada vez mais frequentes. A UE irá apoiar assim esforços multilaterais que promovam fluxos de dados livres e seguros e a modernização das regras de controle de exportação da tecnologia. As regras de exportação de controle de bens de uso duplo permitem uma melhor monitorização da segurança pela UE e serviriam para mitigar riscos e acelerar desenvolvimentos tecnológicos.</p>	<p>Recomendação seguindo o Conselho Europeu”.²²⁶</p> <p>“Ação 10: Para detectar e criar consciência sobre riscos de segurança representados por investimentos estrangeiros em ativos críticos, tecnologias e infraestrutura, os Estados Membros devem assegurar a implementação rápida, total e eficaz da Regulação sobre o rastreio dos investimentos diretos estrangeiros”.²²⁷</p>
--	--

b. O CAI ou Acordo Compreensivo sobre o Investimento UE-China

O Acordo Compreensivo sobre o Investimento UE-China (CAI) está em desenvolvimento desde 2012 e apenas em janeiro de 2021 foi publicado um “Acordo em Princípio”²²⁸, uma espécie de esboço final do acordo, aberto a alterações e sem data prevista para a assinatura e publicação do documento final. Em março de 2021, o processo de aprovação do CAI foi

²²⁶ *Ibid.*, 10.

²²⁷ *Ibid.*, 10.

²²⁸ “EU-China agreement: Milestones and documents.” Comissão Europeia, <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2115>.

suspensão, quando a UE decidiu que eram inaceitáveis as contra-sanções que recebera da China em resposta às suas próprias sanções, afirmando que a Delegação para as Relações com a RPC não poderia voltar à sua ordem de trabalhos até ao levantamento das sanções pela parte da China.²²⁹ As sanções iniciais da UE foram emitidas a 22 de março e dirigiram-se a indivíduos e entidades de vários países por violações de Direitos Humanos, ao abrigo do Regime Global de Sanções de Direitos Humanos da UE, aprovado em dezembro de 2020, que permite à UE sancionar indivíduos e entidades estrangeiras que a UE considere serem responsáveis por violações de Direitos Humanos, e que envolve o congelamento de bens dentro da UE, uma proibição de viajar para território da UE e a proibição da disponibilização de fundos por entidades da UE aos listados.²³⁰ Quanto à China particular, a UE listou uma entidade e quatro indivíduos da China²³¹, sanções justificadas pela detenção de Uigures em Xinjiang.²³² No mesmo dia, a China ripostou, sancionando dez indivíduos e quatro entidades da União, incluindo membros do Parlamento Europeu, por porem em causa a soberania e interesses da China e por desinformação. Estas significaram a proibição de entrada em território chinês e de conduzir negócios com a China.²³³

As sanções continuaram: a 30 de julho de 2021, a UE listou mais dois indivíduos e duas entidades chineses, justificando as sanções em ciberataques²³⁴, tendo aprovado novas sanções em novembro do mesmo ano.²³⁵

²²⁹ Parry, Matthew. “Chinese counter-sanctions on EU targets.” Parlamento Europeu, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA\(2021\)690617_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA(2021)690617_EN.pdf)

²³⁰ *Ibid.*

²³¹ “EU China Relations.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-China_Factsheet_01Apr2022.pdf

²³² “EU Imposes Further Sanctions over Serious Violations of Human Rights around the World.” Conselho Europeu, <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/03/22/eu-imposes-further-sanctions-over-serious-violations-of-human-rights-around-the-world/>.

²³³ Parry, Matthew. “Chinese counter-sanctions on EU targets.” Parlamento Europeu, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA\(2021\)690617_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA(2021)690617_EN.pdf)

²³⁴ “EU China Relations.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-China_Factsheet_01Apr2022.pdf

²³⁵ Emmott, Robin. “EU Extends Human Rights Sanctions, Including on Chinese Officials.” Reuters, <https://www.reuters.com/world/eu-extends-human-rights-sanctions-including-chinese-officials-2021-11-24/>.

Apesar de estar suspenso, o CAI permanece um instrumento relevante para as relações entre a UE e a China, alguns analistas argumentam até que a sua importância e vantagens para a China são mais políticas do que económicas, já que a UE tem medidas mais eficazes de conduzir as suas relações políticas com a China, como a criação de diligências que levem a China a obedecer aos seus padrões financeiros e de Direitos Humanos.²³⁶

O acordo foi, segundo o preâmbulo²³⁷, delineado reafirmando o compromisso de ambos em relação à Carta das Nações Unidas de 1945 e aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O preâmbulo reafirma ainda a determinação de fortalecer os laços económicos e financeiros sem esquecer o desenvolvimento sustentável em todos os seus aspetos, “tendo em conta os padrões e acordos internacionais”²³⁸, entre os quais se inserem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU²³⁹ (SDGs), por exemplo.

O CAI é um acordo de liberalização de mercado, que ambiciona remover barreiras financeiras e económicas no acesso aos mercados da China e da UE entre ambas as partes e que, sendo posto em vigor, irá substituir todos os acordos sobre a matéria até ao momento entre a UE e a China. Tocarei apenas nos pontos que considero mais relevantes ao tema.

A liberalização do investimento mútuo significaria por um lado o crescimento do investimento europeu na China, mas simultaneamente um comércio desimpedido e uma maior integração financeira entre ambos, que são dois dos objetivos do OBOR. Indo um pouco mais longe, o aprofundamento da relação económica virá eventualmente acompanhado de um estreitamento de relações culturais e interpessoais, outro dos seus objetivos. Isto aplica-se igualmente para os membros da CC-CEEC que são também Estados Membros da UE.

²³⁶ Seavey, Lucy. “China's Sanctions on Europe.” Brookings, <https://www.brookings.edu/events/chinas-sanctions-on-europe/>.

²³⁷ “EU-China Comprehensive Agreement on Investment (CAI) – Preamble.” Comissão Europeia, https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2021/january/tradoc_159341.pdf.

²³⁸ *Ibid.*

²³⁹ “The 17 Goals | Sustainable Development.” Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, <https://sdgs.un.org/goals>.

Uma das cláusulas do CAI refere-se à transparência dos subsídios dados pelas partes nas áreas profissional, da comunicação, da construção e serviços de engenharia relacionados, de distribuição, ambiental e financeira.²⁴⁰ Será uma complicação acrescida para a China ter os subsídios que concede em escrutínio público²⁴¹, particularmente no âmbito da CC-CEEC, em que a regra é o oposto. Tornando-se claras as cláusulas dos acordos com os países participantes, tornam-se também mais claros os seus objetivos. Sob outra perspectiva, tornando-se claros os resultados dos subsídios e empréstimos concedidos à CEE, também a opinião pública se poderá tornar mais volátil, sendo ela também já bastante negativa, mesmo sem saber ao certo e com apenas rumores de corrupção por detrás destes contratos.

A padronização é um assunto independente dentro da esfera do CAI. O art.7º do CAI permite que as empresas recomendem e participem no processo de desenvolvimento de legislação de padronização, num processo público e transparente.²⁴² A padronização seria também um benefício para os países participantes na CC-CEEC, que teriam medidas adicionais de segurança na construção de infraestrutura e materiais utilizados, algo que não existe neste momento. Não seria, claro, tão benéfico para a China, que teria de aumentar os seus parâmetros para a construção e aquisição de materiais.

c. A Agenda Estratégica para a Cooperação de 2020

Embora o documento tenha sido publicado em 2013, para aplicação prática até 2020, mantém-se uma referência importante para a compreensão das relações atuais entre a UE e a China e irei, por isso, analisá-la.

²⁴⁰ “EU-China Comprehensive Agreement on Investment (CAI) - Annex To Section III Subsection II Article 8 Transparency Of Subsidies.” Comissão Europeia, https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2021/january/tradoc_159345.pdf

²⁴¹ Hu, Weinian, “The EU China Comprehensive Agreement On Investment: an In-depth Reading”, *CEPS Policy Insights*, No PI2021-07 (2021).

²⁴² *Ibid.*

É interessante notar que a Agenda se inicia com o tema da responsabilidade partilhada na ordem internacional, enfatizado no *Outlook* como prioridade, mas começa também com uma declaração conjunta, em que a UE afirma que respeita a soberania e integridade territorial da China, que, por sua vez, apoia a integridade da UE.²⁴³

É discutível a compatibilidade entre o respeito pela dita integridade territorial da China, (sem salvaguardar o princípio de “uma China dois Sistemas”) que irá sempre envolver Taiwan, e o objetivo de prosperidade e paz internacional que a UE tanto proclama. Mas, dificuldades diplomáticas de parte, a UE e a China avançaram com planos estratégicos de desenvolvimento: a UE com a sua Estratégia de 2020 e a China com os seus dois objetivos centenários e o 12º Plano de Cinco Anos.²⁴⁴

A Agenda está dividida em quatro grandes temas, que se desenrolam em iniciativas para os concretizar: paz e segurança; prosperidade; desenvolvimento sustentável; e trocas interpessoais.

1. Paz e Segurança

Com todas as vantagens da globalização, as ameaças à segurança interna e internacional que foram evoluindo com esse processo — guerras, conflitos híbridos, ciberterrorismo — o multilateralismo continua a ser a solução mais apropriada e a UE e a China estão empenhadas em cooperar a nível bilateral, regional e multilateral.²⁴⁵

Este objetivo deverá ser concretizado através da coordenação política, estratégica e securitária e do aprofundamento das relações bilaterais entre a UE e a China, enquanto reforçam a cooperação multilateral em áreas ligadas à paz e desenvolvimento regional e internacional — como as alterações climáticas, o crime transnacional, os Direitos Humanos e a segurança e defesa.²⁴⁶

²⁴³ “EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation”, EEAS (2013).

²⁴⁴ *Ibid.*

²⁴⁵ *Ibid.*

²⁴⁶ *Ibid.*

2. Prosperidade

A cooperação económica entre a China e a UE representou um papel importante no desenvolvimento económico de ambos.²⁴⁷ Ambos têm motivos para manter a sua relação económica estável e aberta ao resto do mundo, de modo a receberem e enviarem tecnologia e inovação, num contexto *win-win*.

As negociações do CAI são a maior prioridade para este objetivo, visto que este acordo irá providenciar alguma liberalização ao investimento para ambas as partes, substituindo os acordos existentes na matéria. Para além do mais, para atingirem a prosperidade económica conjunta, a China e a UE tencionam desenvolver em Acordos de Comércio Livre e políticas de *procurement*, ser membros mais ativos da OMC, com um papel de facilitadores em disputas e ao conduzirem investigações conjuntas de forma transparente, imparcial e justa. É importante mencionar um dos pontos da agenda neste objetivo, a estabilização dos mercados financeiros com uma maior utilização do RMB em investimento e comércio bilateral, visto que um dos objetivos do OBOR é justamente a internacionalização da moeda chinesa.²⁴⁸

Para o OBOR e a CC-CEEC também são relevantes a intenção mútua de aumentar o diálogo industrial e de políticas na área da informação industrial e simplificar as transações dos produtos industriais, tecnologias de informação e telecomunicações. Ademais, está decidida a cooperação no desenvolvimento de sistemas de infraestrutura inteligentes e robustos e da interoperabilidade das redes de transporte e cadeias de fornecimento²⁴⁹, o que inclui o planeamento de programas de co-financiamento e a colaboração próxima entre a China, a UE e os seus Estados Membros.²⁵⁰

²⁴⁷ *Ibid.*

²⁴⁸ “Vision And Actions On Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st- Century Maritime Silk Road”, Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Ministério do Comércio da República Popular da China, com Autorização do Conselho de Estado (2015).

²⁴⁹ Este foi um dos pontos que mais se alterou com a passagem do tempo e eventos extremos como a pandemia que teve início em 2020, que demonstrou as fragilidades da interdependência das cadeias de fornecimento e deu início a uma nova perspectiva: a criação de cadeias de fornecimento independentes (e nomeadamente independentes da China).

²⁵⁰ “EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation”, EEAS (2013).

3. Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é um objetivo comum não só da UE e da China, mas da maioria das nações do globo. Como tantas outras coisas, objetivos sociais podem ser transformados em oportunidades económicas e nasceu, relativamente recentemente, o setor verde, que tem vindo a crescer consideravelmente. Esta é uma excelente oportunidade de cooperação para as duas potências “com uma visão de maximizar as sinergias mútuas entre a civilização ecológica da China e a agenda da eficiência de recursos da União Europeia”.²⁵¹ Esta secção faz ainda questão de destacar a proteção dos direitos de propriedade intelectual, para o desenvolvimento das indústrias emergentes no setor.

Para além da economia, a China e a UE têm a intenção de cooperar noutras áreas do desenvolvimento sustentável, como a criação de políticas públicas sobre o envelhecimento, a segurança social e sistema de saúde.²⁵²

Ademais, a cooperação UE-China neste setor inclui a ciência, tecnologia e inovação: a criação ou desenvolvimento de universidades ou institutos de investigação e de *clusters* de interesse estratégico conjunto. Outros dois pontos a destacar são: a urbanização e o planeamento urbano, setor onde as duas potências se veem a colaborar na prevenção de desastres, preservação de herança cultural e natural, gestão de questões sócio-económicas e de padrões de construção²⁵³; e o progresso social, onde ambos querem reforçar as políticas de proteção do emprego, segurança e saúde, segurança no trabalho, segurança social e migração — ambos relevante para a CC-CEEC, visto que padronizando a construção entre a UE e a China e as condições de trabalho dos trabalhadores contratados pelas empresas chinesas, desaparece questão da qualidade da construção dos contratos com os Estados Membros e a preocupação com o bem estar dos trabalhadores.

²⁵¹ *Ibid.*, 9

²⁵² *Ibid.*

²⁵³ *Ibid.*

4. Trocas Interpessoais

As trocas interpessoais ou culturais são “um vetor essencial da paz”²⁵⁴ e de desenvolvimento económico, para nutrir um sentimento de entendimento comum entre culturas diferentes.

A Agenda destaca os princípios da convenção da UNESCO de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais e a necessidade de cooperar para os atingir, mas também a colaboração nas indústrias da cultura e preservação de heranças e trocas intelectuais. Para além do mais, para atingir este objetivo é necessário estabelecer centros de cooperação cultural e encorajar a aprendizagem das línguas chinesa e dos Estados da UE nos respetivos sistemas de educação.

Por último, destacam-se os programas de intercâmbio de estudantes, já bem conhecidos no OBOR e na CC-CEEC, e na cooperação entre meios de comunicação chineses e europeus.²⁵⁵

Embora tenha sido um esforço importante de cooperação, poucos acordos formais foram assinados sob a alçada desta Agenda. Contudo, houve alguns acordos importantes entre 2013, ano da sua implementação, e 2016²⁵⁶: na cooperação em investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, renovada em 2017; na cooperação em investigação de energia de fusão e da utilização pacífica da energia nuclear (maioritariamente no âmbito do projeto ITER); na cooperação estratégica entre a Europol e o Ministério de Segurança Pública da China, particularmente em relação ao terrorismo; na elaboração conjunta de acordos para a emissão de vistos e passaportes diplomáticos; no diálogo sobre a cibersegurança — embora diversos ataques informáticos dirigidos à UE tenham sido atribuídos à China; na cooperação na saúde, epidemias e segurança alimentar²⁵⁷; na criação da plataforma de conectividade entre a Europa

²⁵⁴ *Ibid.*, 15

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ Godement, François, e Abigaël Vasselier, “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” *European Council on Foreign Relations* (2017).

²⁵⁷ Algo que durante a pandemia da COVID-19 tem sido inconstante, devido a fatores geoestratégicos, mas também a dúvidas iniciais sobre o vírus, a protecionismos económicos causados pela incerteza da crise futura e à nova “diplomacia das vacinas” ou “corrida das vacinas”, em que há a percepção de que os Estados com maior capacidade de produzir e aprovar vacinas as “trocam” por influência geopolítica, podendo fazer a comparação com os empréstimos generosos do OBOR e da CC-CEEC.

e a China, parte do OBOR, a fim de fomentar projetos futuros; e no suporte para a assistência ao desenvolvimento e coordenação entre ambas.

Resumindo, desde que foi criada a CC-CEEC, a UE e a China assinaram e delinearam vários acordos de cooperação económica e financeira, demonstrando vontade de cooperar nestas áreas. Contudo, os documentos oficiais, auditorias independentes e análises académicas indicam que o subgrupo regional não foi benéfico para a confiança europeia na China.

Irei, para explorar essa ineficácia, na secção seguinte analisar o caso específico do investimento da China na construção de uma ferrovia que ligará Budapeste a Belgrado.

3.4. O Caso da Ferrovia Budapeste-Belgrado.



Figura 2 Rota Proposta pela China²⁵⁸

²⁵⁸ Kafkadesk Budapest Office. "Belgrade-Budapest High-Speed Train: Highway to Rail?" Kafkadesk, <https://kafkadesk.org/2020/05/15/belgrade-budapest-high-speed-train-highway-to-rail/>.

A linha ferroviária que conecta Budapeste e Belgrado é uma infraestrutura antiga, construída há mais de 150 anos²⁵⁹, cuja renovação mais recente se realizou na década de 1960²⁶⁰, a despeito de várias tentativas recentes na Hungria para avançar um projeto. A linha tem cerca de 350 km de comprimento — 184 km em território sérvio e 166 km na Hungria — e a viagem completa dura aproximadamente oito horas.

Em novembro de 2013²⁶¹ foi anunciado um projeto que faria parte do âmbito da CC-CEEC e, dessa forma, do OBOR. Esse projeto dizia respeito à modernização da linha ferroviária entre Budapeste e Belgrado e o acordo foi assinado em 2014, durante a Cimeira da CC-CEEC, entre a China, Hungria e Sérvia para a construção de novas faixas para a ferrovia e a reconstrução de faixas pré-existentes²⁶², embora o Primeiro-Ministro da Macedónia do Norte tenha participado também na assinatura²⁶³, visto que os planos da ferrovia criam uma rota entre Belgrado e o porto de Pireu, passando pela Sérvia, Macedónia do Norte, e terminando na Grécia.

Para garantir a viabilidade do projeto avaliado em perto de \$2.9MM — que na realidade são dois projetos assegurados por dois acordos bilaterais, entre a China e a Sérvia, e a China e a Hungria —, a Hungria e a Sérvia contraíram empréstimos a 20 anos com o banco Exim da China correspondente a 85% do valor total da respectiva obra (sendo o restante assegurado pelo governo), com uma taxa de juro de 2,5% e opção de pagamento antecipado e um período de graça de cinco anos. No caso da Hungria, o empréstimo teve um valor de \$2.1MM, já a Sérvia assegurou cerca de \$1.3MM. Foi estipulado que a construção teria início em 2015 e

²⁵⁹ Inotai, Edit. “Budapest to Belgrade: All Aboard the Secret Express.” *Balkan Insight*, <https://balkaninsight.com/2020/04/22/budapest-to-belgrade-all-aboard-the-secret-express/>.

²⁶⁰ Liersch, Penelope. “Construction Begins on Budapest to Belgrade Railway.” *CGTN*, <https://newseu.cgtn.com/news/2021-10-15/Construct>.

²⁶¹ Brinză, Andreea. “China and the Budapest-Belgrade Railway Saga.” *The Diplomat*, <https://thediplomat.com/2020/04/china-and-the-budapest-belgrade-railway-saga/>.

²⁶² Kumar, Hemanth. “Belgrade-Budapest Railway Project, Europe.” *Railway Technology*, <https://www.railway-technology.com/projects/belgrade-budapest-railway-project-europe/>.

²⁶³ Szunomár, Ágnes. “Budapest–Belgrade Railway (Hungarian Section).” *The People's Map of Global China*, <https://thepeoplesmap.net/project/budapest-belgrade-railway-hungarian-section/>.

deveria ficar completa em 2017, todavia em 2017 apenas estava em processo a construção da primeira secção da parte sérvia da ferrovia entre Belgrado e Stara Pazova, com 34,5 km.²⁶⁴ As outras duas secções são entre Stara Pazova e Novi Sad, com 40,4 km, e Novi Sad e Subotica, com 107,4 km.²⁶⁵ Em dezembro de 2021, ainda não tinham sido construídas as secções entre Pireu e Skopje, e entre Skopje e Belgrado²⁶⁶ e, neste momento, a data planeada para a finalização do projeto é 2025.

Este é o segundo projeto de infraestrutura mais dispendioso na História da Hungria e o primeiro projeto substancial na Europa que se insere no âmbito do OBOR, e a magnitude do empréstimo é tal que, segundo estimativas do jornal Figyelo a Hungria levará cerca de 2400 anos a reaver o investimento.²⁶⁷

As motivações para decidir iniciar um projeto desta envergadura e risco financeiro com a China são alvo de debate, especialmente em relação à Hungria, que sendo Estado Membro da UE tem acesso a fundos e financiamento comunitário. Há algum consenso na seguinte explicação: para a China, trata-se de um projeto que forneça confiança a outros países europeus para chegarem a acordos semelhantes consigo (para além dos benefícios já comuns do tipo de acordos assinados, isto é, garantia de pagamento e juros, devido a salvaguardas contratuais envolvendo colaterais²⁶⁸, o retorno imediato de parte do investimento a empresas chinesas que participam no projeto e o poder político que a China arrecada sobre os líderes políticos e empresários

²⁶⁴ Keller-Alánt, Ákos. “Whose Line Is It Anyway?” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/whose-line-is-it-anyway/>.

²⁶⁵ Kumar, Hemanth. “Belgrade-Budapest Railway Project, Europe.” Railway Technology, <https://www.railway-technology.com/projects/belgrade-budapest-railway-project-europe/>.

²⁶⁶ Szunomár, Ágnes. “Budapest–Belgrade Railway (Hungarian Section).” The People's Map of Global China, <https://thepeoplesmap.net/project/budapest-belgrade-railway-hungarian-section/>.

²⁶⁷ Keller-Alánt, Ákos. “Whose Line Is It Anyway?” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/whose-line-is-it-anyway/>.

²⁶⁸ Miller, Nick. “‘Why Are They Giving Us the Money?’ behind China's Plans to 'Rescue' a Decrepit Rail Link.” The Sydney Morning Herald, <https://www.smh.com.au/world/europe/why-are-they-giving-us-the-money-behind-china-s-plans-to-rescue-a-decrepit-rail-link-20180606-p4zjwk.html>.

envolvidos²⁶⁹); para a Sérvia, a questão mais importante é melhorar a sua infraestrutura e as suas relações com a China; e para a Hungria, a razão será a sua vontade de se transformar num centro logístico e de transporte.²⁷⁰ No entanto, apesar do discurso político do governo húngaro de que quer que o país seja um centro europeu de transporte, as cidades cobertas pelo projeto, por onde passa a ferrovia, não são cidades movimentadas que vão aumentar de forma significativa o tráfego de pessoas nos comboios ou dinamizar a sua economia através de um caminho de ferro modernizado. São especialmente zonas rurais no sul do país, evitando as cidades mais populosas como Szeged²⁷¹, o que criou a desconfiança nos analistas e na oposição (que tem sido vocal na sua posição contra o projeto) de que o acordo com a China não foi baseado numa análise de custo-benefício e sim em objetivos geopolíticos e ganhos pessoais financeiros; acusações a que o governo respondeu publicamente que grande parte dos investimentos mais importantes no país foram efetuados sem uma análise de eficiência.²⁷² A Hungria argumenta ainda que a modernização da ferrovia é crucial para o desenvolvimento das relações com a China, o que na perspectiva da UE tem consequências negativas. Quanto mais a Hungria, sendo uma autodenominada democracia iliberal, se aproximar da China, um regime não democrático com um poderio económico e político esmagador, maior a probabilidade de se aproximar politicamente desta, tanto por dependência económica gerada por este tipo de projetos, como por afinidade de regime. Isto significa para a UE não apenas a diminuição da democracia dentro da União, mas também um alinhar da Hungria com posições mais favoráveis ao seu novo parceiro chinês na tomada de decisão europeia. Isto já se verificou, como já foi referido, em vários casos em que a Hungria se recusou a aprovar declarações de reprovação da

²⁶⁹ Curic, Ana, e Attila Kálmán. “From Budapest to Belgrade: A Railway Line Increases Chinese Influence in the Balkans.” Investigate Europe, <https://www.investigate-europe.eu/en/2021/from-budapest-to-belgrade-a-railway-line-increases-chinese-influence-in-the-balkans/>.

²⁷⁰ Brinză, Andreea. “China and the Budapest-Belgrade Railway Saga.” The Diplomat, <https://thediplomat.com/2020/04/china-and-the-budapest-belgrade-railway-saga/>.

²⁷¹ Szunomár, Ágnes. “Budapest–Belgrade Railway (Hungarian Section).” The People's Map of Global China, <https://thepeoplesmap.net/project/budapest-belgrade-railway-hungarian-section/>.

²⁷² Inotai, Edit. “Budapest to Belgrade: All Aboard the Secret Express.” Balkan Insight, <https://balkaninsight.com/2020/04/22/budapest-to-belgrade-all-aboard-the-secret-express/>.

UE face a violações de Direitos Humanos na China. Outra problemática apontada pela oposição é a das cadeias de fornecimento²⁷³, que foram, entretanto, severamente afetadas pela pandemia e, por esse motivo, a maioria dos Estados europeus está a tentar criar alternativas às cadeias dependentes da China. Pelo contrário, a Hungria cria com este projeto mais dependência à China nas suas cadeias de fornecimento, com uma ferrovia que está a ser construída para ser uma rota de transporte de mercadorias vindas da China para a Europa.

É também de notar que — e indo de encontro às preocupações da oposição húngara — os maiores parceiros económicos da Hungria se encontram na Europa Ocidental, não no Sul e não na China. Em 2017²⁷⁴, o maior receptor das exportações da Hungria foi a Alemanha (com €30MM), seguida da Roménia (€5.9MM), Itália (€5.8MM), Áustria (€5.5MM) e Eslováquia (€5.4MM), e a Hungria representou apenas cerca de 3% das exportações totais chinesas para a Europa. No entanto, foi no ano de 2017 que as relações sino-húngaras foram atualizadas para uma parceria estratégica compreensiva.²⁷⁵ É difícil de compreender a motivação da China para renovar uma ferrovia para transportar bens com um país com quem não partilha laços comerciais significantes, mas há analistas²⁷⁶ que atribuem quatro pontos ao seu interesse estratégico:

1. A rota entre Budapeste e Belgrado conecta os Balcãs à UE e dá acesso ao mercado comum europeu;
2. A ferrovia faz parte de uma rota entre o porto de Pireu e Budapeste destinada a transportar bens chineses até à Europa;
3. É um projeto de base para a CC-CEEC;

²⁷³ Káncz, Csaba. “The New Budapest-Belgrade Railway Line: A White Elephant on the New Silk Road.” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/the-new-budapest-belgrade-railway-line-a-white-elephant-on-the-new-silk-road/>.

²⁷⁴ Keller-Alánt, Ákos. “Whose Line Is It Anyway?” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/whose-line-is-it-anyway/>.

²⁷⁵ *Ibid.*

²⁷⁶ Rencz, Flora. “The BRI in Europe and the Budapest-Belgrade Railway Link.” European Institute for Asian Studies, <https://www.eias.org/wp-content/uploads/2019/07/EIAS-Briefing-Paper-The-BRI-in-Europe-and-the-Budapest-Belgrade-Railway-Link-Final.pdf>.

4. O projeto servirá de referência da capacidade chinesa na construção de infraestrutura, o que poderá levar a acordos semelhantes com mais países europeus.

Como já foi referido, o projeto deveria ter sido iniciado (e concluído) muito antes de 2022. O atraso na construção deveu-se em parte à UE. A 26 de maio de 2016, a União iniciou uma disputa legal contra a Hungria, por suspeitas de corrupção, nomeadamente que o projeto da ferrovia não respeitava as normas que obrigavam a existência de concurso público na atribuição de grandes projetos de infraestrutura. Foi pedido, neste processo, que a Hungria fosse mais transparente nos seus procedimentos de atribuição de projetos a empresas.²⁷⁷ Face a isto, a Hungria lançou um concurso público em novembro, processo que repetiu em fevereiro de 2018, anunciando os vencedores em abril de 2019.

A questão da corrupção está diretamente relacionada com o facto de a empresa RM International Zrt., cujo proprietário é um amigo íntimo de Orbán, ter ganho o maior concurso público do projeto. Na realidade, o principal empreiteiro tinha sido inicialmente nomeado por um consórcio que incluía várias entidades chinesas e as Ferrovias Nacionais Húngaras (MÁV)²⁷⁸, não em concurso. O proprietário da RM International, Lorinc Meszaros, tinha centenas de empresas em seu nome e de familiares seus, que lucraram, de acordo com uma investigação da *Atlatszo*, cerca de €1.5MM entre 2010 e 2017, ano em que a RM International começou a declarar lucro. A maioria desse dinheiro foi produto de contratos de projetos financiados pela UE.²⁷⁹ Com esse montante em mente, é fácil voltar à pergunta: porque decidiu a Hungria angariar financiamento da China, quando a UE está disponível para o fazer? Muitos analistas concordam que a falta de escrutínio, associada ao princípio do OBOR de não-

²⁷⁷ Brînză, Andreea. “China and the Budapest-Belgrade Railway Saga.” *The Diplomat*, <https://thediplomat.com/2020/04/china-and-the-budapest-belgrade-railway-saga/>.

²⁷⁸ Spike, Justin. “EC Launches Infringement Proceeding Concerning Budapest-Belgrade Railway Project.” *The Budapest Beacon*, <https://budapestbeacon.com/ec-launches-infringement-proceeding-concerning-budapest-belgrade-railway-project/>.

²⁷⁹ Káncz, Csaba. “The New Budapest-Belgrade Railway Line: A White Elephant on the New Silk Road.” *CHOICE - China Observers*, <https://chinaobservers.eu/the-new-budapest-belgrade-railway-line-a-white-elephant-on-the-new-silk-road/>.

ingerência nos assuntos internos — contrário aos requisitos da UE para financiar projetos em Estados Membros, de democracia e Direitos Humanos — é um dos principais fatores. Sem essa interferência, o governo húngaro estaria muito mais livre para tomar decisões contrárias aos ideais europeus e a alimentar o capitalismo político que canaliza dinheiro público para os oligarcas húngaros.²⁸⁰ Em abril de 2020, o governo húngaro aprovou uma lei que viria a pôr em dúvida ainda mais a legitimidade deste acordo, tornando confidenciais os contratos dentro deste projeto durante dez anos. Para além da problemática dos concursos públicos e da corrupção ligada ao círculo mais próximo de Orbán, estas normas criaram outras suspeitas, relacionadas com uma outra lei, de 2012²⁸¹, segundo a qual a dívida externa teria de descer para 50% do PIB. Com um projeto desta natureza e ambição, as preocupações sobre a magnitude da dívida para com a China.

A decisão judicial do processo da UE foi publicada a 7 de outubro de 2021, declarando que a Hungria deveria tornar pública toda a informação relativa ao processo num prazo de 15 dias, prazo que o governo não cumpriu.

Em meados de 2022, apenas uma secção na Sérvia está operacional, trecho que foi inaugurado em março.

²⁸⁰ Eddy, Kester. “Will the €4bn Belgrade-Budapest Rail Upgrade Be a Benefit or Burden?” Euronews, <https://www.euronews.com/my-europe/2020/10/06/will-the-4bn-belgrade-budapest-rail-upgrade-be-a-benefit-or-burden>.

²⁸¹ Brînză, Andreea. “China and the Budapest-Belgrade Railway Saga.” The Diplomat, <https://thediplomat.com/2020/04/china-and-the-budapest-belgrade-railway-saga/>.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, penso que seja importante reiterar o facto de todos os Estados que foram inseridos na CC-CEEC ao momento da sua concepção terem duas características fundamentais para os objetivos da China com o formato: têm laços fortes à UE, como Estados Membros, candidatos ou potenciais candidatos; e têm uma pertença histórica ao comunismo como antigas repúblicas soviéticas ou, não sendo este o caso, como Estados que estiveram inseridos na sua esfera imediata de influência. A primeira cria uma ligação direta à UE que a China terá ponderado com o formato adotado utilizar em seu benefício — económico e político. A segunda é sinal de um certo sentimento de isolamento por parte desses Estados, afastados da Europa Ocidental pela sua ligação à URSS, por serem democracias mais recentes, e pelo seu desenvolvimento económico mais lento. Note-se que — como já referi no texto — países da Europa Central como a Alemanha e Áustria, tradicionalmente inseridas no Ocidente, não foram convidadas para o mecanismo de cooperação com a China, embora tenham laços económicos significativos com esta. Este sentimento de isolamento é importante para a CC-CEEC.

Por um lado, os Estados que são membros da UE poderiam encontrar financiamento para projetos de infraestrutura dentro da União. No entanto, esse investimento seria sempre realizado com determinados requisitos políticos, como de transparência ou de padrões mínimos europeus que aumentariam os preços e os prazos. Pelo contrário, o investimento chinês é tipicamente efetuado através de empréstimos sem exigências ou interferências políticas, geralmente com condições — à primeira vista — vantajosas para o Estado receptor, e com a conveniência de que a construção é tipicamente feita por empresas e trabalhadores chineses, com padrões chineses, diminuindo em princípio os custos e os prazos dos projetos. Digo em princípio pois como já pudemos constatar no Capítulo 3 com o exemplo da ferrovia entre Budapeste e Belgrado, os prazos foram alargados em grande medida.

Por outro lado, o isolamento cria desconfiança e torna mais simples o processo de criar influência num país através do investimento económico com o fim de minar a coesão da UE. Sendo ou não um objetivo da China, até aos eventos que levaram à saída da Lituânia e, pouco mais tarde, à Guerra na Ucrânia, a CC-CEEC exacerbou a fratura entre Ocidente e Leste da Europa, prejudicando o processo de integração europeia como um todo e em particular para determinados países que estão em processo de adesão. Isto ocorreu devido, primeiro, à desconfiança crescente da UE em relação à China, que se pode acompanhar pela evolução do seu discurso nos documentos oficiais e relatórios analisados; e segundo porque a CC-CEEC é pela sua natureza aversa à União, visto que dá prioridade às relações bilaterais com os seus Estados participantes — o que é característico da política externa chinesa — face às relações multilaterais. Mesmo sendo um formato de cooperação com a CEE, os investimentos são feitos bilateralmente. Um bom exemplo é a ferrovia Budapeste-Belgrado já analisada, que envolveu contratos e reuniões entre a China e a Sérvia e Hungria separadamente, ou o MoU com a Grécia aquando da sua entrada na cooperação, que contém alíneas que contradizem diretamente o Direito Europeu, ou vão contra os interesses da União.

Por causa desta preferência por relacionamentos bilaterais, a China passou a ter dois canais de comunicação na Europa: a UE e a CEE, criando um caminho para eventualmente poder manipular as relações entre estes Estados — a Grécia e a Hungria demonstraram esta possibilidade ao não permitirem à UE denunciar a China por Direitos Humanos, por exemplo — e manobrar as suas ações e estratégia na região com mais facilidade. Estas são características tradicionais da China imperial, que nem Mao abandonou durante a sua Revolução Permanente. Voltando brevemente ao projeto de investimento na ferrovia que liga as capitais da Hungria e da Sérvia, é possível identificar nele as críticas e receios da UE sobre o formato, bem como tirar conclusões sobre possíveis intenções chinesas em torná-lo numa realidade. Primeiro, olhando para as datas, a ferrovia é um dos poucos investimentos, e certamente o maior,

realizados pela China no âmbito da CC-CEEC, contudo foi planeada antes de o formato ser criado. Foi anunciada nesse mesmo ano, em 2013, e aí incluída, e o acordo para a sua construção assinados um ano depois, na cimeira da CC-CEEC. A expectativa era de que se iniciaria a construção em 2015, finalizando-se esta em 2017. A realidade foi bem diferente e apenas se iniciou o projeto em 2017, com a construção de uma pequena secção, que foi inaugurada em 2022. A projeção de finalização é ainda assim — tendo demorado cinco anos a finalizar uma secção e quatro anos a dar sequer início ao projeto — terminar em 2025. É seguro concluir destes factos que o projeto não correu como se esperaria.

Outro facto interessante é a escolha dos países da CEE onde investir com esta magnitude. A Hungria e a Sérvia são neste momento os dois Estados europeus mais próximos da China, sendo os únicos que não demonstraram ressentimento a nível de política externa pela atitude inerte da China quanto à invasão da Ucrânia pela Rússia. Se esta aproximação foi resultado da cooperação e investimento chinês, ou vice-versa, é difícil, porém concluir. Pode-se, todavia, comentar outras questões associadas a esta aproximação. A Hungria, como membro da UE, poderia ter procurado financiamento comunitário, mas há duas razões principais para não o ter feito: primeiro, previu que as relações próximas com a China serviriam de contrapeso ao poder da UE no seu sistema político e jurídico interno; segundo, os empréstimos da China eram mais atrativos, tanto de um ponto de vista financeiro, como político. Financeiro porque as suas condições são melhores: tem taxas de juro baixas, um período de graça alargado e um volume considerável de investimento (85% do valor total). Político, porque a China não requer alterações do sistema político para este se aproximar ao modelo de democracia liberal e de respeito pelos Direitos Humanos da Europa Ocidental, ao contrário da UE. Como “democracia iliberal”, o governo de Órban não parece ter interesse em iniciar esse tipo de modificações e, pelo contrário, tem vindo a contrariar esses valores até ao momento.

Quanto à parte financeira, falta relacioná-la com a diplomacia da armadilha da dívida, conceito chave do OBOR da política de comércio externo chinesa. Esta tática caracteriza-se por emprestar grandes quantidades de dinheiro com condições à primeira vista vantajosas, mas com cláusulas que permitem à China obter ativos estratégicos, caso o país que contraiu o empréstimo não realize o pagamento. A primeira parte desta definição encaixa nos empréstimos concedidos tanto à Hungria (€2.1MM), como à Sérvia (€1.3MM). Porém, apenas será possível verificar se a segunda se concretizou depois do período de graça ter terminado. Assim, é impossível concluir neste momento se o projeto da ferrovia Budapeste-Belgrado é um exemplo de diplomacia de armadilha da dívida.

O que é possível concluir é que os objetivos da Hungria não correspondem às suas escolhas, como se verifica na decisão de a construir em cidades insignificantes para o comércio externo e interno, embora tenha afirmado que queria tornar-se um centro de transporte na Europa, melhorando a sua posição geopolítica. Estas escolhas parecem ser demonstrativas de que o interesse real da Hungria é a aproximação à China através de meios financeiros, que muitos alegam ser corruptos. A corrupção e falta de transparência são marcos muito referidos dos projetos do OBOR, não sendo surpreendente que se alarguem à Europa. A UE procedeu até juridicamente contra este projeto devido a suspeitas de corrupção, e os efeitos negativos não são apenas esses. Alegações dessas criam mais desunião entre Estados Membros, dificultando o processo de tomada de decisão, para além de que a UE está a tentar criar independência face às cadeias de fornecimento chinesas, que apenas sairão fortalecidas com a completude desta ferrovia, que é na verdade uma rota entre a China e a Europa. Depois, porque os maiores parceiros comerciais da Hungria são países da Europa Ocidental, pelo que tornar-se um centro logístico prioritário para o comércio entre a China e Europa não parece ser o caminho mais eficaz para melhorar a sua situação geoestratégica.

A questão do financiamento da UE de projetos de investimento levanta precisamente a pergunta: porque precisa a CEE da China? Ou, pelo menos, os países que pertencem à UE dentro desse grupo. A primeira e mais óbvia resposta é que necessitam de fundos e de infraestruturas. Os Estados Membros podem requerer financiamento comunitário, porém já expus as supostas vantagens do financiamento chinês. Os Estados que não fazem parte da União, contudo, têm outro dilema: carecem também de infraestruturas, mas como não são membros não lhes é possível aceder aos fundos Europeus, pelo que a China é uma alternativa disponível e promissora. Outra razão é, ou pelo menos era até à invasão da Ucrânia, o interesse estratégico de contrabalançar o poder da Rússia na região ao aproximarem-se de outra potência. Aqui pode chegar-se à conclusão que a China ou falhou em compreender as necessidades geoestratégicas da CEE, ou simplesmente ignorou-as em prol de outros benefícios próprios, ao não condenar publicamente as ações da Rússia e afastar-se de Putin.

Pode concluir-se uma incompreensão, seguida de sanção, por parte de Beijing pela saída da Lituânia da CC-CEEC. Esta ação, por agora inédita, por parte do Estado europeu demonstrou várias questões fulcrais:

1. A ineficácia do formato, que não criou nem unidade entre os participantes nem satisfação plena face aos investimentos efetuados, tendo sido facilmente quebrado pela instabilidade das relações sino-lituanas;
2. A China não assume culpa pela sua inação na CC-CEEC, pelo contrário desviou as responsabilidades da falta de investimento para fatores externos como o mercado;
3. A China não atribuiu a devida importância nem às reações que adviriam da falta de investimento, nem à não criação de unidade no grupo, mantendo-se firme na sua política externa. Deste modo, quando as relações com a Lituânia enfraqueceram devido à guerra comercial iniciada pelo apoio desta a Taiwan, Beijing não terá sido capaz de impedir a sua retirada;

4. A UE mostrou que estava unida contra os ataques de Beijing contra a Lituânia, apoiando-a na OMC.

Quanto à China, viu na CEE um meio eficaz para aliviar o seu problema de sobrecapacidade, enviando força de trabalho para esses países, e para criar mais dependência no seu mercado. Encontrou um ponto de contacto entre a Europa Ocidental e outras rotas do OBOR, e descobriu novos ativos estratégicos que poderia utilizar. Vejamos o exemplo de outro investimento no formato: o porto de Pireu. É um ponto geoestratégico, situado entre a Europa, a Ásia e África, com duas vertentes importantes: uma económica — com a criação de novos corredores e rotas económicas intra e intercontinentais — e uma militar — oferecendo uma oportunidade de colocar tropas no porto e de controlar as ações que lá se realizam, incluindo o poder de impedir ações militares que prejudiquem a China. Pireu é tão importante como entrada na Europa e ponto de encontro intercontinental que se poderá chegar à conclusão de que foi a razão para convidar a Grécia para o formato, que já tinha estatuto de observador desde 2015, um ano antes da compra do porto pela COSCO.

A CC-CEEC parece realmente atrativa: os seus objetivos são criar laços interculturais, económico-financeiros e comerciais, e educacionais, construir uma comunidade de cooperação e paz com a CEE e, por extensão, com a Europa, e deste modo contribuir para uma Ordem Internacional aberta e inclusiva, sem interferência política. Pode retirar-se da realidade já exposta que esta é uma ordem revisionista, em que a China pode controlar económica e politicamente os outros Estados através de dívida. São óbvias as semelhanças com o OBOR, no qual foi inserida em 2015. Partilham princípios e valores, nomeadamente a cooperação com a China que envolve a criação de corredores económicos, no caso específico da CC-CEEC, até à Europa; e o desenvolvimento da presença chinesa em pontos estratégicos (pontos onde observamos ser possível a sua presença militar).

Tal como o OBOR, também a CC-CEEC se compromete a cumprir as regras europeias, o que foi aceite por escrito no Acordo de Riga. Porém, como constatámos ao longo do texto, diversos projetos que foram realizados estão envolvidos em controvérsias ou processos legais por, nomeadamente, corrupção e violação do Direito Europeu. E mesmo considerando estes como uma falha do sistema, todos eles sofrem de falta de transparência, o que levanta a questão: se a China cumpre o Direito Europeu, qual a utilidade de ofuscar os detalhes dos negócios? Naturalmente, esse comportamento nutre suspeitas por parte da UE e de outros Estados.

Outra pergunta a que posso apenas especular é a de saber se o OBOR foi planeado antes ou depois da CC-CEEC. Embora esta tenha sido anunciada antes do OBOR e mais tarde incorporada neste, é possível — diria até provável, tendo em conta as suas semelhanças — que estivesse já concluído todo o planeamento do OBOR e a sua incorporação neste não tenha sido um acaso. A CC-CEEC é, para todos os efeitos, uma secção regional do OBOR que facilita a entrada da China no espaço europeu através de corredores económicos e relações bilaterais aprofundadas.

Mesmo assim, a China teve uma abordagem específica na CC-CEEC. Através das Doze Medidas, decidiu e acordou com os restantes Estados da CEE que seria responsável por diversas questões na cooperação:

1. A coordenação do formato;
2. Os fundos vastos para o investimento;
3. A inserção de empresas chinesas no mercado europeu.

A China quis assim “controlar” o formato através destas responsabilidades, mas, como já foi concluído, não foi capaz de criar uma iniciativa com longevidade. Ademais, os seus parceiros económicos principais eram já países da Europa Ocidental, pelo que o argumento do interesse económico no Ocidente através da CEE não parece ser sustentável. Por outro lado, o posicionamento político, militar e corporativo estratégico em pontos europeus mostra ser um

argumento mais forte para o interesse chinês na CEE, como já foi demonstrado nos exemplos de Pireu, Hungria e Sérvia.

Essa relação com a Hungria e Sérvia em particular, mas também até certo ponto com a Grécia, permite à China ter aliados dentro da UE e da CEE, o que posa desafios à União. É, aliás, uma das duas grandes apreensões da UE em relação ao formato. Em perspectiva, e passados dez anos, tendo a concluir que a insatisfação da maioria dos países da CEE e a relativa estabilidade dos regimes com democracias mais fracas na Europa— não descurando a relevância do *soft power* chinês a nível cultural e académico — demonstra que o formato teve pouca influência real na política interna dos Estados Membros. Quanto ao normal funcionamento da UE, a China demonstrou um esforço clássico de manipular uns Estados contra os outros, para criar divisões internas na UE. Contudo, a pouca interferência que se tem verificado da parte de Estados participantes na CC-CEEC na política europeia, para além dos poucos casos em que determinados Estados se recusaram a assinar declarações de denúncia ou outras declarações da UE (e algumas tentativas da Hungria de minar esforços europeus de unidade), podemos também afirmar que a China não parece ter tido muita influência.

Como se pode constatar no texto, a China é um parceiro económico extremamente importante para a União, e esta é o maior parceiro comercial da China. A sua relação a nível político é, então, de extrema importância para que se mantenham os laços comerciais com valor para ambos. Foi mencionado que a China espera que a UE se manifeste num futuro próximo como um polo mais independente e de contrapeso dos EUA, o que não parece de esperar tendo em conta a aliança transatlântica revitalizada com Biden e, mais recentemente, com o fortalecimento da NATO e da própria UE devido à ameaça da Rússia na Ucrânia. Mais uma vez, a China ignorou o posicionamento europeu quando não sancionou as ações russas. Esta situação, contudo, está dependente da política interna norte-americana e das próximas eleições, em que poderá haver a possibilidade de Trump concorrer.

Essa perspectiva chinesa leva a outro ponto importante: serão as visões europeia e chinesa da relação China-UE compatíveis? A China vê e quer para a UE que ela seja um contrapeso aos EUA, um pilar de uma ordem internacional multipolar (e, portanto, diferente da ordem hoje existente, baseada no poderio político, económico e militar dos EUA em aliança com o Ocidente), e um parceiro comercial, económico e financeiro. Por outro lado, a UE vê a China como um parceiro de cooperação em determinados objetivos estratégicos e na negociação de interesses, o que é compatível com o terceiro ponto da visão chinesa, mas simultaneamente como adversário económico na tecnologia e rival sistémico na governança (como poder autoritário, não democrático, que quer avançar o seu modo de governo no mundo, ela admite a crença em que a China ambiciona ser líder global na Perspectiva Estratégica). Esta análise, mais pormenorizada no texto, leva-me a concluir que as duas visões não são compatíveis: a UE tem uma visão muito mais negativa da China e não tem interesses revisionistas para a ordem internacional.

Isto não significa que a UE deseje a manutenção do estado atual das relações com a China, e o *Outlook* propõe exatamente melhorar as relações económicas sino-europeias sem comprometer a unidade da UE. Essa aproximação seria feita, de acordo com o documento, a partir da cooperação política em tópicos negociáveis e difíceis, com o Irão, o ambiente e a economia; e da criação pela UE de salvaguardas no setor tecnológico e da cibersegurança, tendo em consideração que é esse o setor em que a China se tem mais desenvolvido e, por outro lado, onde tem arriscado mais nos seus avanços ofensivos de ciberataques e desinformação. Na Agenda Estratégica para a Cooperação, a UE mostrava também a vontade de cooperar nos setores da segurança e dos Direitos Humanos, mas com o passar dos anos foi-se apercebendo de que a China posa uma ameaça securitária para várias regiões e, mantendo esse objetivo no *Outlook*, torna claro no seu discurso que Beijing não tem o mesmo entendimento dessas matérias que a Europa, embora tenha a responsabilidade de as respeitar.

Em suma, termino a concluir que depois de dez anos de promessas de investimento e tentativas de cooperação, as que mais surtiram efeitos foram aquelas que envolveram o *soft power*, nos setores académicos e culturais. Na área económica e financeira, do investimento em infraestruturas em que a CEE tinha realmente um interesse prático e algo urgente em realizar, os resultados foram tais que restou apenas nos países da região, por agora, um sentimento de descontentamento e ineficiência. Não posso neste momento, então, dizer que a CC-CEEC está a ser sustentável. Isto não significa que não o possa ser no futuro, dependendo de circunstâncias vindouras impossíveis agora de calcular. Neste momento, porém, com a Guerra na Ucrânia, a falta de investimento ao longo dos dez anos da existência do formato, a saída da Lituânia e as dúvidas que pairam sobre a legitimidade e os perigos a longo prazo dos contratos de empréstimos da China, não posso dizer que haja sustentabilidade da CC-CEEC.

Bibliografia

“Belt and Road Initiative.” Belt and Road Initiative, <https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/>. (Consultado a 5 de agosto de 2022)

“Candidate Countries and Potential Candidates.” Comissão Europeia, <https://ec.europa.eu/environment/enlarg/candidates.htm>. (Consultado a 10 de agosto de 2022)

“China's twelve measures for promoting friendly cooperation with Central and Eastern European countries.”, Cooperation Between China and Central and Eastern European Countries, http://www.china-ceec.org/eng/ldrhw_1/2012hs/hdxw/201610/t20161020_6828798.htm. (Consultado a 6 de agosto de 2020)

“EU Imposes Further Sanctions over Serious Violations of Human Rights around the World.” Conselho Europeu, <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/03/22/eu-imposes-further-sanctions-over-serious-violations-of-human-rights-around-the-world/>. (Consultado a 25 de junho de 2022)

“EU Refers China to the WTO Following Its Trade Restrictions on Lithuania.” Comissão Europeia, https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_22_627. (Consultado a 12 de junho de 2022)

“EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation”, EEAS (2013).

“EU-China Comprehensive Agreement on Investment (CAI) - Annex To Section III Subsection II Article 8 Transparency Of Subsidies.” Comissão Europeia, https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2021/january/tradoc_159345.pdf (Consultado a 5 de setembro de 2021)

“EU-China Comprehensive Agreement on Investment (CAI) – Preamble.” Comissão Europeia, https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2021/january/tradoc_159341.pdf. (Consultado a 5 de setembro de 2021)

“EU-China Opinion Pool: The Future of 17+1 after Lithuania's Departure.” Merics, <https://merics.org/en/opinion/eu-china-opinion-pool-future-171-after-lithuanias-departure>. (Consultado a 12 de junho de 2022)

“Greece and the New 17+1 Format”, OBOReuropa. <https://www.oboreurope.com/en/greece-171-format/>. (Consultado a 8 de agosto de 2021)

“Joint Communication To The European Parliament, The European Council And The Council — EU-China – A strategic outlook”, Comissão Europeia (2019).

“Jointly Build Silk Road in the New Era with Mutual Learning of Civilization and Common Development.” Consulado-Geral da República Popular da China em Joanesburgo. Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, <https://www.mfa.gov.cn/ce/cgjb/eng/zxxx/t1078943.htm>. (Consultado a 20 de maio de 2020)

“Lithuania Quits 'Divisive' China 17+1 Group.” EURACTIV,
<https://www.euractiv.com/section/china/news/lithuania-quits-divisive-china-171-group/>.

(Consultado a 3 de julho de 2022)

“NATO 2022: Strategic Concept.” NATO,
https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf.

(Consultado a 23 de agosto de 2022)

“NATO 2030: United for a New Era.” NATO,
https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2020/12/pdf/201201-Reflection-Group-Final-Report-Uni.pdf. (Consultado a 23 de agosto de 2022)

“NATO Strategic Concept 2022.” NATO,
https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf.

(Consultado a 24 de agosto de 2022)

“President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China,
https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpfwzysiesgitfhshzzfh_665686/t1076334.shtml. (Consultado a 18 de maio de 2020)

“The 17 Goals | Sustainable Development.” Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, <https://sdgs.un.org/goals>. (Consultado a 4 de julho de 2022)

“The medium-term agenda for cooperation between China and Central and Eastern European countries.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/201511/t20151124_679424.html. (Consultado a 5 de abril de 2020)

“The Riga Guidelines for cooperation between China and Central and Eastern European countries.” Conselho de Estado da República Popular da China, http://english.www.gov.cn/news/international_exchanges/2016/11/06/content_281475484363051.htm. (Consultado a 10 de maio de 2020)

“Treaty of Nanjing (Nanking), 1842.” US-China Institute (1901), <https://china.usc.edu/treaty-nanjing-nanking-1842>. (Consultado a 17 de março de 2020)

“U.S. Relations With China.” Council on Foreign Relations, <https://www.cfr.org/timeline/us-relations-china>. (Consultado a 14 de agosto de 2022)

“Vision And Actions On Jointly Building Silk Road Economic Belt And 21st- Century Maritime Silk Road.” Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Ministério do Comércio da República Popular da China, com Autorização do Conselho de Estado (2015).

“Written interview with media from Central and Eastern European countries by premier Li Keqiang.” Embaixada da República Popular da China na República da Eslovénia, http://si.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/201412/t20141216_3018472.htm. (Consultado a 27 de setembro de 2022)

“Xi Jinping Delivers Speech at SCO Summit, and Raises Four-Point Proposal,” Ministério dos Negócios Estrangeiro da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zjg_663340/dozys_664276/dqzzywt_664402/201309/t2013. (Consultado a 3 de março de 2020)

Acker, Kevin, Deborah Brautigam, e Yufan Huang. “Debt Relief with Chinese Characteristics.”, *China Africa Research Initiative*, Working Paper No. 2020/39 (2020), <https://static1.squarespace.com/static/5652847de4b033f56d2bdc29/t/60353345259d4448e01a37d8/1614099270470/WP+39+-+Acker%2C+Brautigam%2C+Huang+-+Debt+Relief.pdf>.

Ang, Yuen Yuen. “Demystifying Belt and Road: The Struggle to Define China’s ‘Project of the Century’.” *Foreign Affairs* <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2019-05-22/demystifying-belt-and-road>. (Consultado a 20 de fevereiro de 2021)

ANI News. “Amid Ukraine Crisis, CEE Aligns with EU, Sees China as ‘Russian Ally’.” *ThePrint*, <https://theprint.in/world/amid-ukraine-crisis-cee-aligns-with-eu-sees-china-as-russian-ally/979532/>. (Consultado a 5 de julho de 2022)

Bermingham, Finbarr. “European Parliament Passes Landslide Vote on China’s Alleged Rights Abuses in Xinjiang.” *South China Morning Post*, <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3181076/chinas-rights-abuses-xinjiang-hold-serious-risk-genocide-says>. (Consultado a 23 de julho de 2022)

BNS. “Lithuanian Parliament Passes Resolution Condemning 'Uighur Genocide' in China”. lrt.lt. <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1413940/lithuanian-parliament-passes-resolution-condemning-uyghur-genocide-in-china>. (Consultado a 13 de junho de 2022)

Borrell, Joseph. “On China's Choices and Responsibilities.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/eeas/china%E2%80%99s-choices-and-responsibilities_en. (Consultado a 20 de agosto de 2022)

Brautigam, Deborah, e Meg Rithmire. “The Chinese 'Debt Trap' Is a Myth.” The Atlantic, <https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/02/china-debt-trap-diplomacy/617953/>. (Consultado a 11 de julho de 2022)

Brînză, Andreea. “China and the Budapest-Belgrade Railway Saga.” The Diplomat, <https://thediplomat.com/2020/04/china-and-the-budapest-belgrade-railway-saga/>. (Consultado a 4 de junho de 2022)

Brzozowski, Alexandra, Aneta Zachová, Davide Basso, Fernando Heller, Michal Hudec, Sofia Stuart Leeson, e Spiros Sideris. “European NATO Allies Harden China Stance but Cracks Remain.” EURACTIV, https://www.euractiv.com/section/politics/short_news/european-nato-allies-harden-china-stance-but-cracks-remain/. (Consultado a 20 de agosto de 2022)

Budeanu, Andreea Ioana. “16+1 in China-EU Relations: A vehicle for a sustainable connectivity platform.” 16+1 Cooperation and China-EU Relationship (2018).

Chen, James. “Green-Field Investment.” Investopedia, <https://www.investopedia.com/terms/g/greenfield.asp>. (Consultado a 16 de junho de 2021)

Ciurtin, Horia. “The ‘16+1’ Becomes the ‘17+1’: Greece Joins China's Cooperation Framework in Central and Eastern Europe.” Coordinating Secretariat for Maritime Issues, <http://ceec-china-maritime.org/?p=2457>. (Consultado a 2 de setembro de 2021)

Curic, Ana, e Attila Kálmán. “From Budapest to Belgrade: A Railway Line Increases Chinese Influence in the Balkans.” Investigate Europe, <https://www.investigate-europe.eu/en/2021/from-budapest-to-belgrade-a-railway-line-increases-chinese-influence-in-the-balkans/>. (Consultado a 4 de junho de 2022)

Eddy, Kester. “Will the €4bn Belgrade-Budapest Rail Upgrade Be a Benefit or Burden?” Euronews, <https://www.euronews.com/my-europe/2020/10/06/will-the-4bn-belgrade-budapest-rail-upgrade-be-a-benefit-or-burden>. (Consultado a 6 de junho de 2022)

Elliott, Jane. *Some Did It For Civilisation, Some Did It For Their Country: A Revised View Of The Boxer War*. Hong Kong: Chinese University Press (2002).

Emmott, Robin. “EU Extends Human Rights Sanctions, Including on Chinese Officials.” Reuters, <https://www.reuters.com/world/eu-extends-human-rights-sanctions-including-chinese-officials-2021-11-24/>. (Consultado a 13 de julho de 2022)

“EU China Relations.” EEAS, https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-China_Factsheet_01Apr2022.pdf. (Consultado a 19 de agosto de 2022)

“EU-China agreement: Milestones and documents.” Comissão Europeia, <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2115>. (Consultado a 21 de outubro de 2021)

Fandi, Cui. “Czech Politicians Warned of 'Abandoning National Interests for Political Capital to West' If Nation Quits China-Led '16+1' Investment Platform.” Global Times, <https://www.globaltimes.cn/page/202206/1267747.shtml>. (Consultado a 10 de agosto de 2022)

Georgiopoulos, George. “China's Cosco Acquires 51 PCT Stake in Greece's Piraeus Port.” Reuters, <https://www.reuters.com/article/greece-privatisation-port-idUSL8N1AR252>. (Consultado a 7 de setembro de 2021)

Godement, François, e Abigaël Vasselier. “China at the Gates: A New Power Audit of EU-China Relations.” European Council on Foreign Relations (2017).

Gosling, Tim. “Czech Republic Eyes Exit from China's 16+1 Investment Club.” Al Jazeera, <https://www.aljazeera.com/features/2022/6/8/czech-republic-eyes-exit-from-chinas-161-investment-club>. (Consultado a 10 de agosto de 2022)

“Greece Blocks EU Statement on China Human Rights at UN.” eKathimerini, <https://www.ekathimerini.com/news/219368/greece-blocks-eu-statement-on-china-human-rights-at-un/>. (Consultado a 15 de junho de 2020)

Haralambides, Hercules, e Olaf Merk. “Belt Road Initiative Maritime Trade Flows - International Transport Forum.” *International Transport Forum Discussion Papers*, No. 2020/02 (2020),

. https://www.itf-oecd.org/sites/default/files/docs/belt-road-initiative-maritime-trade-flows_1.pdf.

Hsü Immanuel Chung-yueh. *The Rise of Modern China*. 6ª ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.

Hu, Weinian. “The EU_China Comprehensive Agreement On Investment: an In-depth Reading.” *CEPS Policy Insights*, No PI2021-07 (2021).

Inotai, Edit. “Budapest to Belgrade: All Aboard the Secret Express.” *Balkan Insight*, <https://balkaninsight.com/2020/04/22/budapest-to-belgrade-all-aboard-the-secret-express/>.

(Consultado a 10 de junho de 2022)

Jakóbowski, Jakub, e Marcin Kaczmarek. “Beijing’s mistaken offer: the ‘16+1’ and China’s policy towards the European Union.” *OSW | Commentary*, No. 250 (2017).

Jinping, Xi. “Keeping up the Momentum and Working Together for A New Chapter in China-CEEC Cooperation.” Embaixada da República Popular da China na República da Estónia, <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceee/eng/dssghd/t1853043.htm>. (Consultado a 2 de outubro de 2020)

Jinping, Xi. “Promote Friendship between Our People and Work Together to Build a Bright Future.” Discurso por S.E. Xi Jinping Presidente da República Popular da China na Universidade Nazarbayev, <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cebel/eng/zxxx/t1078088.htm>. (Consultado a 11 de fevereiro de 2021)

Jones, Lee, and Shahar Hameiri. “Debunking the Myth of ‘Debt-Trap Diplomacy’: How Recipient Countries Shape China’s Belt and Road Initiative.” Chatham House, <https://www.chathamhouse.org/2020/08/debunking-myth-debt-trap-diplomacy/4-sri-lanka-and-bri>. (Consultado a 11 de julho de 2022)

Kafkadesk Budapest Office. “Belgrade-Budapest High-Speed Train: Highway to Rail?” Kafkadesk, <https://kafkadesk.org/2020/05/15/belgrade-budapest-high-speed-train-highway-to-rail/>. (Consultado a 9 de junho de 2022)

Káncz, Csaba. “The New Budapest-Belgrade Railway Line: A White Elephant on the New Silk Road.” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/the-new-budapest-belgrade-railway-line-a-white-elephant-on-the-new-silk-road/>. (Consultado a 9 de junho de 2022)

Karásková, Ivana. “The Other Great Power Threat – China as a New Challenge for NATO’s Eastern Flank.” Merics, <https://merics.org/en/opinion/other-great-power-threat-china-new-challenge-natos-eastern-flank>. (Consultado a 27 de julho de 2022)

Kaufman, Alison A. “The ‘Century of Humiliation’ and China’s National Narratives.”, Testimony before the U.S.-China Economic and Security Review Commission Hearing on “China’s Narratives Regarding National Security Policy.” (2011)

<https://www.uscc.gov/sites/default/files/3.10.11Kaufman.pdf>. (Consultado a 15 de setembro de 2021)

Keller-Alánt, Ákos. “Whose Line Is It Anyway?” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/whose-line-is-it-anyway/>. (Consultado a 15 de junho de 2022)

Keqiang, Li. “Full text of Chinese premier Li Keqiang's remarks at the fourth summit of China and Central and Eastern European countries.” Conselho de Estado da República Popular da China,

http://english.www.gov.cn/premier/speeches/2015/11/25/content_281475242031730.htm.

(Consultado a 12 de maio de 2021)

Keqiang, Li. “Work together to open up new prospects for win-win cooperation.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China,

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/2015zt/lzlcxzdogjldrhw/201511/t20151125_704750.html. (Consultado a 4 de maio de 2021)

Kissinger, Henry. *Da China*. 2ªed. Lisboa: Quetzal, 2012.

Kumar, Hemanth. “Belgrade-Budapest Railway Project, Europe.” Railway Technology, <https://www.railway-technology.com/projects/belgrade-budapest-railway-project-europe/>.

(Consultado a 10 de junho de 2022)

Lau, Stuart. “Lithuania pulls out of China's '17+1' bloc in Eastern Europe.” POLITICO, <https://www.politico.eu/article/lithuania-pulls-out-china-17-1-bloc-eastern-central-europe-foreign-minister-gabrielius-landsbergis/>. (Consultado a 20 de junho de 2022)

Lew, Jacob J., Gary Roughead, Jennifer Hillman, e David Sacks. “China’s Belt and Road: Implications for the United States.” Council on Foreign Relations, https://www.cfr.org/report/chinas-belt-and-road-implications-for-the-united-states/download/pdf/2021-04/TFR%20%2379_China%27s%20Belt%20and%20Road_Implications%20for%20the%20United%20States_FINAL.pdf. (Consultado a 7 de agosto de 2022)

Liersch, Penelope. “Construction Begins on Budapest to Belgrade Railway.” CGTN, <https://newseu.cgtn.com/news/2021-10-15/Construct>. (Consultado a 6 de junho de 2022)

Lopatka, Jan. “Czechs Considering 'All Options' Regarding China's 16+1 Group.” Reuters, <https://www.reuters.com/world/czechs-considering-all-options-regarding-chinas-161-group-2022-05-20/>. (Consultado a 3 de julho de 2022)

LRT.IT. “Lithuania Mulls Leaving China's 17+1 Forum, Expanding Links with Taiwan.” Lrt.lt, <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1356107/lithuania-mulls-leaving-china-s-17plus1-forum-expanding-links-with-taiwan>. (Consultado a 8 de junho de 2022)

LRT.IT. “Lithuania Quits 'Divisive' China 17+1 Group.” Lrt.lt, <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1416061/lithuania-quits-divisive-china-17plus1-group>. (Consultado a 8 de junho de 2022)

Mações, Bruno. *Belt and Road: A Chinese World Order*. Londres: Hurst & Company, 2018.

Mao, Zedong. “On The People’s Democratic Dictatorship: In Commemoration of the Twenty-eighth Anniversary of the Communist Party of China.” *History and Public Policy Program Digital Archive, Translation from Selected Works of Mao Tse-Tung Vol.4* (1961): 411-23.

Mao, Zedong, e Joseph Stalin. “Conversation between the Soviet Union’s Joseph Stalin and China’s Mao Zedong, 1949.” US-China Institute, <https://china.usc.edu/conversation-between-soviet-unions-joseph-stalin-and-chinas-mao-zedong-1949>. (Consultado a 16 de maio de 2021)

Maurice, Eric. “China's 16+1 Foray into Central and Eastern Europe.” EUobserver, <https://euobserver.com/world/138347>. (Consultado a 10 de junho de 2021)

McBride, James, e Andrew Chatzky. “Is 'Made in China 2025' a Threat to Global Trade?” Council on Foreign Relations, <https://www.cfr.org/background/made-china-2025-threat-global-trade>. (Consultado 30 de abril de 2022)

McDonell, Stephen. “China's Xi Allowed to Remain 'President for Life' as Term Limits Removed.” BBC News, <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-43361276>. (Consultado a 29 de julho de 2022)

Miller, Nick. “Why Are They Giving Us the Money?’ behind China's Plans to 'Rescue' a Decrepit Rail Link.” The Sydney Morning Herald, <https://www.smh.com.au/world/europe/why-are-they-giving-us-the-money-behind-china-s-plans-to-rescue-a-decrepit-rail-link-20180606-p4zjwk.html>. (Consultado a 6 de junho de 2022)

Parry, Matthew. “Chinese counter-sanctions on EU targets.” Parlamento Europeu, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA\(2021\)690617_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2021/690617/EPRS_ATA(2021)690617_EN.pdf). (Consultado a 14 de julho de 2022)

Pepermans, Astrid. “China’s 16+1 and Belt and Road Initiative in Central and Eastern Europe: economic and political influence at a cheap price.” *Journal of Contemporary Central and Eastern Europe* Vol. 26 (2018): 181-203.

Qingqing, Chen, e Yang Kunyi. “Lithuania's Decision to Quit China-CEEC 17+1 Won't Change Fundamentals of Platform.” Global Times, <https://www.globaltimes.cn/page/202105/1224260.shtml>. (Consultado a 4 de junho de 2022)

Rencz, Flora. “The BRI in Europe and the Budapest-Belgrade Railway Link.” European Institute for Asian Studies, <https://www.eias.org/wp-content/uploads/2019/07/EIAS-Briefing-Paper-The-BRI-in-Europe-and-the-Budapest-Belgrade-Railway-Link-Final.pdf>. (Consultado a 6 de junho de 2022)

Rolland, Nadège. “China's “Belt and Road Initiative”: Underwhelming or Game-Changer?” *The Washington Quarterly* Vol. 40(1) (2017): 127–142.

Sali, Evangjelia. “16+1 Initiative in China-EU Relations: ‘Golden Opportunity’ or ‘Divide and Rule’.” *16+1 Cooperation and China-EU Relationship* (2018).

Seavey, Lucy. “China's Sanctions on Europe.” Brookings, <https://www.brookings.edu/events/chinas-sanctions-on-europe/>. (Consultado a 28 de julho de 2022)

Shopov, Vladimir. “Decade of Patience: How China Became a Power in the Western Balkans.” European Council of Foreign Relations, <https://ecfr.eu/publication/decade-of-patience-how-china-became-a-power-in-the-western-balkans/>. (Consultado a 7 de maio de 2022)

Snow, Edgar. “Interview with Mao.” The New Republic, <https://newrepublic.com/article/119916/edgar-snow-interview-china-chairman-mao-zedong>. (Consultado a 27 de junho de 2022)

Spence, Jonathan D. *The Search for Modern China*. New York: Norton, 1991.

Speranza, Lauren, e Candace Huntington. “China's Failures in CEE Open the Door for the U.S.” Center for European Policy Analysis (CEPA), <https://cepa.org/chinas-failures-in-cee-open-the-door-for-the-u-s/>. (Consultado a 21 de julho de 2022)

Spike, Justin. “EC Launches Infringement Proceeding Concerning Budapest-Belgrade Railway Project.” The Budapest Beacon, <https://budapestbeacon.com/ec-launches-infringement-proceeding-concerning-budapest-belgrade-railway-project/>. (Consultado a 10 de junho de 2022)

Stamatoukou, Eleni. “Greek Court Blocks Expansion of Major Port under Chinese Deal.” Balkan Insight, <https://balkaninsight.com/2022/03/15/greek-highest-administrative-court-blocked-coscos-master-plans-of-investments-in-piraeus/>. (Consultado a 25 de agosto de 2022)

Stec, Grzegorz, e Francesca Ghiretti. “China-CEE relations + Xinhua interviews with Kuleba and Lavrov + UK-China relations.” Merics, <https://merics.org/en/merics-briefs/china-cee-relations-xinhua-interviews-kuleba-and-lavrov-uk-china-relations>. (Consultado a 11 de agosto de 2022)

Swanson, Ana, e Joel Moky. “Why the Industrial Revolution didn’t happen in China.” The Washington Post, <https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2016/10/28/why-the-industrial-revolution-didnt-happen-in-china/>. (Consultado a 19 de julho de 2022)

Szczudlik, Justyna. “What Does China Think about Central and Eastern Europe?” CHOICE - China Observers, <https://chinaobservers.eu/what-does-china-think-about-central-and-eastern-europe/>.(Consultado a 20 de maio de 2022)

Szunomár, Ágnes. “Budapest–Belgrade Railway (Hungarian Section).” The People's Map of Global China, <https://thepeoplesmap.net/project/budapest-belgrade-railway-hungarian-section/>. (Consultado a 9 de junho de 2022)

“The medium-term agenda for cooperation between China and Central and Eastern European countries.” Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/201511/t20151124_679424.html. (Consultado a 13 de março de 2021)

Tidey, Alice. “How China's Ukraine Stance May Be Final Straw for Eastern EU Countries.” Euronews, <https://www.euronews.com/my-europe/2022/04/22/how-china-s-ukraine-stance-may-be-final-straw-for-eastern-eu-countries>. (Consultado a 15 de agosto de 2022)

Tiezzi, Shannon. “Czech Senate President Milos Vystrcil on China, Taiwan, and the 16+1.” The Diplomat, <https://thediplomat.com/2022/06/czech-senate-president-milos-vystrcil-on-china-taiwan-and-the-161/>. (Consultado a 12 de julho de 2022)

Turcsányi, Richard Q. “China and the Frustrated Region: Central and Eastern Europe’s Repeating Troubles with Great Powers.” *China Report* 56:1 (2020), <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0009445519895626>.

Tzogopoulos, George N. “Greece, China and the 17+1 Initiative.” *Hellenic Foundation for European Foreign Policy* #45/2020 (2020). <https://www.eliamep.gr/wp-content/uploads/2020/11/Tzogopoulos-45-final.pdf>.

Vangeli, Anastas. “China’s Engagement with the Sixteen Countries of Central, East and Southeast Europe under the Belt and Road Initiative.” *China and World Economy* Vol. 5, Issue 5 (2017): 101-124.

Wong, Brian, e Wang Yingliang. “China’s Vision for Relations With Europe Is Slipping Out of Reach.” The Diplomat, <https://thediplomat.com/2022/04/chinas-vision-for-relations-with-europe-is-slipping-out-of-reach/>. (Consultado a 4 de maio de 2022)

Zhou, Enlai, e A. Y. Vyshinsky. “The Treaty of Friendship, Alliance and Mutual Assistance Between the People's Republic of China and the Soviet Union, February 1950.” Central Intelligence Agency, <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01443R000300050007-8.pdf>. (Consultado a 6 de junho de 2020)